

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE- CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - MESTRADO**

MARINA DO NASCIMENTO BESSA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO
PINTO, 1955-1958.**

**Rio de Janeiro
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARINA DO NASCIMENTO BESSA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO
PINTO, 1955-1958.**

*Relatório final de Dissertação de Mestrado apresentado
à Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à
obtenção do título de Mestre em Enfermagem.*

Orientador: Prof Dr Wellington Mendonça de Amorim

**Rio de Janeiro
2009**

Bessa, Marina do Nascimento.
B557 O movimento estudantil na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1955-1958 / Marina do Nascimento Bessa, 2009.
115f.

Orientador: Wellington Mendonça de Amorim.
Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

1. Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – História. 2. Escolas de enfermagem – Rio de Janeiro, RJ. 3. Diretórios acadêmicos. 4. Movimentos estudantis. I. Amorim, Wellington Mendonça de. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Mestrado em Enfermagem. III. Título.

CDD – 610.720981

MARINA DO NASCIMENTO BESSA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO
PINTO, 1955-1958.**

*Relatório final de Dissertação de Mestrado apresentado
à Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à
obtenção do título de Mestre em Enfermagem.*

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wellington Mendonça Amorim
Presidente

Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho
1º Titular

Prof. Dra. Angela Maria Souza Martins
1º Suplente

Prof. Dr. Fernando Porto
2º Titular

Prof. Dra. Almerinda Moreira
2º Suplente

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente em minha vida, pela sua imensa misericórdia. Obrigada por me proporcionar saúde para sempre lutar pelos meus objetivos.

Aos meus avós Roberto Nascimento e Yolanda Alves que não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. MEU AMOR POR VOCÊS É ETERNO!

Ao meu pai, José Mário, por me ensinar sempre a lutar pelos meus objetivos. Obrigada pela formação que me permitiu ter mesmo com os sacrifícios que só ele sabe quais foram.

Ao meu amor Leandro, que teve a paciência de ouvir as minhas reclamações. Obrigada por me incentivar e cobrar para que eu continuasse e fosse capaz de concluir mais uma etapa de nossas vidas que vamos construindo juntos. TE AMO!!

Ao meu irmão Mario Roberto pelas traduções, incentivo e apoio durante o mestrado.

Ao meu orientador Doutor Wellington Mendonça de Amorim, exemplo de mestre e amigo, pelo constante incentivo, sempre compreendeu as minhas inquietações e indicou a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade. Agradeço, principalmente, pela confiança depositada. Obrigada pelos seus ensinamentos!!!

Aos Professores Doutores do Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem Almerinda Moreira, Osnir Claudiano da Silva Junior e Fernando Porto pelas contribuições positivas e o apoio e estímulo sempre recebidos.

A Natália, obrigada pela sua amizade, paciência, leituras e infinitas revisões.

A Tia Elaine, Sandra e Antônia, obrigada pelo apoio nos momentos em que mais precisei.

Aos amigos do LAPHE, Lílian Fernandes, Erica Toledo, Ricardo Menezes e Andréia Menezes, obrigada pelo apoio e palavras de incentivo. Sem vocês, as discussões dentro e fora da sala de aula não teriam sido tão interessantes.

Ao Sr. Jose Baptista pela paciência e disponibilidade em me receber e ajudar a compor o produto final deste trabalho.

Aos Professores Doutores Silvio de Almeida e Ângela Martins pelo sim ao meu convite de fazer parte da banca examinadora. Seus ensinamentos e contribuições foram fundamentais para realizar a pesquisa.

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma ajudaram para que esse estudo fosse realizado, e que por ventura eu tenha omitido a citação, minha sincera gratidão!

RESUMO

O estudo trata dos efeitos simbólicos decorrentes da relação do movimento estudantil a partir da criação do Diretório Acadêmico no espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, entre os anos de 1955 e 1958. Os objetivos da pesquisa são: Descrever as circunstâncias da criação do Diretório Acadêmico na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; Analisar as relações de força entre o Diretório Acadêmico, a direção da Escola e o Serviço Nacional de Doenças Mentais e discutir os efeitos simbólicos decorrentes da implementação do Diretório Acadêmico no espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto entre os anos de 1955 a 1958. O estudo de natureza histórico-social, na perspectiva da micro-história, fundamentou-se teoricamente no pensamento de Pierre Bourdieu e na análise documental. A seleção documental foi realizada através do confronto dos documentos encontrados com a produção historiográfica referente ao tema geral da pesquisa. As fontes foram documentos escritos como atas, decretos, leis, relatórios e duas entrevistas durante a investigação. A análise e interpretação das informações foram desenvolvidas por meio de elucidações de elos e dos nexos entre as informações obtidas nos documentos e trianguladas com a produção do conhecimento em história do Brasil e da enfermagem brasileira. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, nasceu sob a égide da Guerra Fria, em um momento caracterizado por transformações no setor político e econômico do país. Nesse período, o movimento estudantil se consolidou de forma organizada, com forte capacidade de mobilização e força política permitindo que o estudante participasse ativamente na defesa de seus interesses, nas universidades e perante aos altos poderes da República. A formação do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto constituiu-se como um novo espaço de luta simbólica, até então ausente dos desafios administrativos e pedagógicos enfrentados pela direção da Escola. Tais lutas giravam em torno das relações de força e redistribuição de poder entre os grupos que se opunham entre si no espaço social da Escola, segundo determinados interesses em jogo e seus volumes de capital político. Com a aproximação dos alunos de enfermagem as lideranças do movimento estudantil foram criadas as condições para se alterar as regras e regularidades políticas de dominação inscritas na Escola, o que significou uma vitória na manutenção do espírito de luta a favor do estudante já que possibilitou a participação desses em discussões relativas ao ensino, o cotidiano acadêmico, a enfermagem, e vida social e política brasileira da época.

Descritores: História da enfermagem, escolas de enfermagem, enfermagem.

ABSTRACT

The study deals with the effects arising from the symbolic relationship of the student movement from the creation of social space in the directory Scholar, School of Nursing Alfredo Pinto, between the years 1955 and 1958. The research objectives are: To describe the circumstances of the creation of the directory Scholar at the School of Nursing Alfredo Pinto; Analyze the relative strengths of the directory Scholar, director of the National Office for School and Mental Diseases and discuss the symbolic effects arising from the implementation of Directory Scholar in the social space Alfredo Pinto Nursing School between the years 1955 to 1958. The study of historical and social nature, in view of the micro-history, was based theoretically on the thought of Pierre Bourdieu and document analysis. The selection was made by documentary comparing the documents found with the production historiographic concerning the general theme of research. The sources were written documents such as minutes, ordinances, laws, reports, and two interviews during the investigation. The analysis and interpretation of information were developed by means of evidence of links and connections between information in documents and triangulated with the production of knowledge in history of Brazil and Brazilian nursing. The survey results showed that the Board of Nursing Scholar Alfredo Pinto, born under the aegis of the Cold War, a time characterized by changes in political and economic sector of the country. During this period, the student movement was consolidated in an organized way, with strong political mobilization and enabling the student to participate actively in defense of their interests, universities and at the high powers of the Republic. Training Directory Scholar's Alfredo Pinto School of Nursing was formed as a new area of symbolic fight, then missing the challenges faced by educational and administrative direction of the School. Such struggles revolve around relations of power and redistribution of power between the groups that opposed one another in social space of the School, according to certain interests at stake and their volumes of political capital. With the approach of nursing students from the leaders of the student movement created the conditions to change the rules and regularities of political domination entered the school, which meant a victory in keeping the spirit of struggle for the student who already has the participation these discussions on education, the academic routine, the nurses, and social and political life of the Brazilian season.

Keywords: History of nursing, schools of nursing, nursing.

RESUMEN

El estudio trata de los efectos simbólicos generados por la relación del movimiento estudiantil a partir de la creación del Directorio Académico en el espacio social de la Escuela de Enfermería Alfredo Pinto, entre los años de 1955 y 1958. Los objetivos de la investigación son: describir las circunstancias de la creación del Directorio Académico en la Escuela de Enfermería Alfredo Pinto; analizar las relaciones de fuerza entre el Directorio Académico, la dirección de la Escuela y la Oficina Nacional de Enfermedades Mentales y discutir los efectos simbólicos generados por la implantación del Directorio Académico en el espacio social de la Escuela de Enfermería Alfredo Pinto entre los años de 1955 y 1958. El estudio es basado en el contexto histórico y social del análisis documental y en el pensamiento social de Pierre Bourdieu. La elección documental fue realizada confrontándose los documentos encontrados con la producción historiográfica que se refiere al tema general de la investigación. Las fuentes fueron documentos como actas, decretos, leyes, informes y dos entrevistas realizadas durante la investigación. El análisis y la interpretación de las informaciones fueron desarrollados dilucidándose los eslabones y los nexos entre las informaciones obtenidas en los documentos y aquellas relacionadas con la producción del conocimiento en la historia y la enfermería brasileña. Los resultados de la investigación evidenciaron que el Directorio Académico de la Escuela de Enfermería nació bajo un escenario de la Guerra Fría, en un momento caracterizado por los cambios en la vida política y económica del país. Durante este periodo, el movimiento estudiantil se consolidó en una manera organizada, con una fuerte capacidad de movilización y también con fuerza política, que permitió al estudiante participar activamente en la defensa de sus intereses, en las universidades y frente a los más altos poderes de la República. La creación del Directorio Académico estableció un nuevo campo de lucha simbólica, hasta entonces ausente en los retos administrativos y desafíos educativos que enfrentaba la Dirección de la Escuela. Estas luchas giraban alrededor de las relaciones de fuerza y redistribución de poder entre los grupos que se oponían en el espacio social de la Escuela, según sus intereses y la importancia de su capital político. Con el acercamiento de los estudiantes de enfermería a los dirigentes del movimiento estudiantil fueron creadas las condiciones para cambiar las reglas y regularidades de la dominación política vigentes en la escuela. Este hecho significó una victoria para mantener el espíritu de lucha en favor de los estudiantes, ya que posibilitó la participación de ellos en los debates sobre la enseñanza, la rutina académica, la enfermería, y la vida social y política brasileña de la época.

Descriptores: Historia de la enfermería, escuelas de enfermería, enfermería.

SUMÁRIO

Introdução/ Problematização	10
Objetivo	22
Relevância do estudo	23
Referencial teórico e metodológico	25
Procedimentos metodológicos	28
Capítulo 1- As circunstâncias de criação do Diretório Acadêmico da EEAP.	33
Capítulo 2- O Diretório Acadêmico e as relações de força na EEAP.	57
Capítulo 3- Os efeitos reais e simbólicos da implementação do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.	77
O jogo de forças entre os agentes na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.	77
A participação dos estudantes da segunda gestão do Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini dentro e fora do espaço social da EEAP.	88
Considerações Finais	98
Referências	106
Apêndice 1- Entrevista direcionada ao depoente membro da entidade estudantil	112
Apêndice 2 -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	113
Apêndice 3- Carta de cessão de direitos sobre depoimento oral para o Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem (Laphe).	114
Apêndice 4- Lista de SIGLAS	115

1.INTRODUÇÃO

O objeto de estudo do presente trabalho refere-se aos efeitos simbólicos decorrentes da relação do movimento estudantil a partir da criação do Diretório Acadêmico no espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, entre os anos de 1955 e 1958.

O recorte temporal tem início em 1955, visto que foi o ano marcado pela fundação do órgão de representação estudantil da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto¹ (EEAP), conforme consta na Ata da Assembléia Geral do Corpo Discente da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. E, estende-se até 1958, ano em que se finalizou a gestão da segunda diretoria do Diretório Acadêmico (DA) da EEAP, como consta no relatório da gestão desse.

O ponto de partida para o desenvolvimento do estudo² surgiu após minha experiência como graduanda em enfermagem e bolsista de iniciação científica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), quando, em 2006, elaboramos um estudo denominado “Aspectos da Formação Profissional da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1943-1949”. O resultado apontou algumas estratégias utilizadas pela primeira enfermeira diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, com o intuito de elevar a qualidade do ensino para igualá-la às demais escolas congêneres, que mantinham modelos de formação fundados na enfermagem moderna³.

¹Criada sob denominação de Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE) pelo o Decreto n ° 791, de 27 de setembro de 1890 (MOREIRA, 2005, p. 111-113). Em 22 de setembro de 1942 foi alterada sua denominação para Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto através do Decreto Lei 4725. Posteriormente, pelo Decreto Lei 7055, de 18 de novembro de 1944, a Escola recebeu a denominação de *Escola de Enfermagem Alfredo Pinto* permanecendo até a data deste estudo. Até esse momento, por ausência de registro que sinalize outra informação sobre a formação de enfermeiros e enfermeiras no país, inferimos ser esta a primeira escola de enfermagem do Brasil.

² Este estudo integra a pesquisa institucional “*A Reconfiguração da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto em meados do século XX*” (AMORIM, 2004), coordenada pelo Professor Doutor Wellington Mendonça de Amorim, a qual trata do processo de reconfiguração da EEAP, resultante da redistribuição de poder simbólico no campo da educação e saúde, ocorrido entre 1937 e 1956 e está inserido na linha de pesquisa *Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil*, do Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem - LAPHE, da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto- EEAP, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

³ A Enfermagem moderna foi criada a partir de 1860, quando Florence Nightingale (1820-1910) fundou a primeira escola de Enfermagem em cujos princípios amalgamavam-se na ciência e na arte. A influência do modelo norte-americano, chegou ao Brasil a partir de 1921 por meio do estabelecimento do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública. (Parsons, Ethel. A enfermagem moderna no Brasil, fac-smile da publicação no Arquivo de Hygiene, re-publicado na Escola de Enfermagem Anna Nery, Revista de Enfermagem, 1977).

Do mesmo modo, explorando esse espaço social enquanto objeto de análise, outros estudos foram desenvolvidos com o intuito de aprofundar os conhecimentos relacionados à trajetória da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, em meados do século XX, quais sejam:

“O cotidiano dos alunos na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1949-1956” (MEIRELLES & AMORIM, 2008), que enfocou o cotidiano de todos que estudaram na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto no período de 1949 a 1956. O resultado do estudo apontou algumas dificuldades enfrentadas pelos discentes, inclusive aqueles advindos de outros Estados, como a adaptação aos novos costumes e às regras estabelecidas pela diretora, por exemplo, vestimenta, pontualidade e regularidades hierárquicas.

Um outro estudo foi intitulado “Impacto da Lei 775/1949 na Formação de Enfermagem” (MONTEIRO & AMORIM, 2007), o qual tratou a formação profissional na EEAP frente às exigências da legislação do ensino de enfermagem no Brasil (1950-1956). Para a EEAP, a regulamentação da Lei 775/1949 foi positiva na formação profissional e veio a comprovar que a Escola já se encontrava de acordo com as novas especificações em vários aspectos, principalmente quanto à estruturação didática e de ensino, pois já eram aplicadas as disciplinas exigidas por esta Lei;

E, também, “Reconhecimento do psiquiatra Jurandyr Manfredini entre os estudantes da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1954-1955” (VIDAL & AMORIM, 2008), que tratou sobre o reconhecimento do corpo discente da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto ao psiquiatra Jurandyr Manfredini, consagrando-o como a primeira denominação do Diretório Acadêmico da EEAP⁴. O resultado do estudo evidenciou que Jurandyr Manfredini conquistou prestígio e admiração junto aos discentes, que o viam como personalidade de grande influência política e posição hierárquica favorável frente à EEAP.

⁴ A denominação Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini permaneceu até o ano de 1995, quando foi substituído pelo nome de Centro Acadêmico Professor Walter Fernandes, em homenagem ao enfermeiro e professor que lecionou na EEAP.

O interesse pela produção de um conhecimento histórico mais aprofundado sobre o Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, abrangendo os seus primeiros anos de funcionamento, iniciou-se pela necessidade de preencher algumas lacunas, a fim de permitir maior compreensão sobre o desenvolvimento e participação política dos estudantes de enfermagem na EEAP.

Durante os seminários semanais no Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem, quando eram apresentados estudos sobre a EEAP, alguns questionamentos vieram à tona: Como surgiu o envolvimento político dos estudantes de enfermagem? Quando foi criado o Diretório Acadêmico da EEAP? Quais foram as lutas que os estudantes de enfermagem tomaram para si? Quais foram os benefícios que os estudantes conquistaram após a formação do Diretório Acadêmico? De que forma a criação de um Diretório Acadêmico contribuiu para o desenvolvimento da enfermagem brasileira?

Para Sarlo & Brêtas (2007), a participação política é uma ação que ocorre em solidariedade com outras, no âmbito do Estado ou de uma classe, com vistas a conservar ou modificar a estrutura e os valores do sistema de interesses dominantes. Essa ação se desenvolve dentro das relações de poder e, conseqüentemente, carrega implícito no seu ato as relações de um sistema de interesses.

Os mesmos autores (2007) afirmam que o cidadão comum participa da política com sua própria identidade e se organiza (associações, partidos políticos, movimentos sindicais, entre outros) quando percebe que sua ação individual se identifica com a de outros indivíduos, o que vem dar veracidade à afirmação de que só há participação quando se está entre iguais.

Sendo assim, entendemos que a criação do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto significou uma importante vitória na manutenção do espírito de luta a favor do estudante e do ensino de enfermagem, porque acabou por proporcionar a

possibilidade de participação política dos estudantes em discussões entre grupos de agentes que foram capazes de influenciar o ensino, a vida acadêmica e a enfermagem brasileira.

No início do século XX, o país contava com uma estrutura ainda precária de ensino superior. As faculdades eram poucas e isoladas. Nos principais estados do país existiam as faculdades de Direito, de Medicina e as Escolas Politécnicas. Na década de 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro como uma reunião das escolas superiores existentes na cidade. O impulso ao crescimento do ensino superior ocorreu a partir de 1930, com a implementação de novas universidades no país: Universidade de São Paulo, Universidade de Porto Alegre e Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2007, p. 56).

No período correspondente ao governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934)⁵, foi promulgado o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras dispendo sobre a organização técnica - administrativa do ensino superior e a adoção do sistema universitário brasileiro. Para a fundação de entidades universitárias, o decreto estabeleceu a exigência da existência de três unidades de ensino superior - Direito, Medicina e Engenharia - ou, no lugar de uma delas, uma faculdade de Ciências e Letras (VERBETE BIOGRÁFICO-DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO – FGV, p. 7, 1997).

Sobre os aspectos referentes ao corpo estudantil, o Estatuto das Universidades enfatizou que o corpo discente de cada um dos institutos universitários e dos institutos isolados de ensino superior deveria organizar associações destinadas a criar e desenvolver o espírito de classe, a defender os interesses gerais e dos estudantes, e a tornar agradável e educativo o convívio entre os membros discentes dos institutos. O mesmo documento enfatizou que os diretórios dos estudantes deveriam ser responsáveis pela defesa dos interesses do corpo discente e de cada um dos estudantes, perante os órgãos da direção

⁵ Durante este período, Vargas deu início à estruturação do novo Estado, com a nomeação dos interventores para os governos estaduais, a implantação da justiça revolucionária, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a promulgação das primeiras leis trabalhistas (BIOGRAFIAS - DICIONÁRIO HISTÓRICO BRASILEIRO-FGV 1997).

técnica-administrativa dos institutos. Consta, também, que poderia ser organizado um Diretório Central dos Estudantes, constituído por dois representantes de cada um dos diretórios dos institutos universitários ou isolados, no intuito de *“promover a aproximação e máxima solidariedade entre os corpos discentes dos diversos institutos de ensino superior e defender os interesses gerais da classe perante as autoridades superiores de ensino e perante altos poderes da República”*⁶.

Segundo Poerner (1979, p. 127), até 1937, as entidades estudantis que surgiram possuíam um caráter local, carecendo de expressividade nacional. Pecavam, portanto, pela transitoriedade, visando problemas específicos e determinados, em função de sua duração, nasciam e morriam. Tal fato dificultava as tentativas de dar organicidade ao movimento estudantil, permitindo somente o funcionamento regular de entidades cujo raio de ação raramente ultrapassava o limite dos muros da Faculdade em que tinham sede, tais como os Grêmios, Diretórios Acadêmicos ou Associações.

A mudança desse quadro ocorreu em 11 de agosto de 1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), na Casa do Estudante do Brasil⁷. Fruto de uma tomada de consciência quanto à necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representou o mais importante marco divisor da participação estudantil ao longo da história brasileira (POERNER, 1979, p. 127).

A Fundação da UNE ocorreu na vigência do Estado Novo (1937-1945) liderado por Getúlio Vargas que, para ampliar seus poderes e intervir nos poderes Legislativo e Judiciário, outorgou uma nova constituição estabelecendo uma ditadura. O plano do governo de Vargas

⁶ Decreto 19.851 dispôs que o ensino superior no Brasil deveria obedecer ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em Institutos isolados e que a organização técnica e administrativa das universidades deveriam observar os dispositivos do Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 11 de abril de 1931, p.5.800- 5808. Disponível na Biblioteca do Ministério da Fazenda/ Centro de Estudos Documentação Rui Barbosa.

⁷ A Casa do Estudante do Brasil era uma entidade sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes. A casa do estudante foi instalada inicialmente, no início dos anos de 1930, num casarão de três andares no Largo da Carioca, sendo dirigida por Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça (ARAÚJO, 2007, p. 23).

visava ao desenvolvimento econômico, ao intervencionismo e à industrialização. (D'ARAÚJO, 1997, p. 23)

Em seu governo, foi reorganizado o campo da educação e saúde ao reformular a organização do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) que passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde (MES)⁸.

Durante o 2º Congresso Nacional dos Estudantes, na segunda Assembléia do Conselho Nacional dos Estudantes, no dia 22 de dezembro de 1938, ocorreu a formação efetiva e o reconhecimento formal da UNE, bem como a aprovação do seu estatuto, pelo qual ela se tornou, oficialmente, “o órgão máximo de representação dos estudantes”, tendo por finalidade congregar todos os estudantes no Brasil para a defesa dos seus interesses. O Conselho Nacional dos Estudantes passou à condição de órgão deliberativo da UNE e a nova entidade estudantil instalou sua sede e secretaria na Casa do Estudante do Brasil (POERNER, 1979, p. 139).

A primeira diretoria da UNE passou a coordenar o movimento estudantil brasileiro, a vida e as atividades das organizações estudantis espalhadas pelo País, procurando estabelecer uma corrente regular de intercâmbio e cooperação entre as associações filiadas, a fim de dar a este movimento um cunho de unidade e um sentido nacional (POERNER, 1979, p. 141).

Uma das principais lutas do movimento estudantil foi pela reforma educacional brasileira. Como resultado do 2º Congresso Nacional dos Estudantes, ocorrido em 1938, foi elaborado um plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira apresentado ao poder público. Educação funcional para todos os cursos; ensino popular obrigatório; ensino profissional intensivo não apenas para a formação de médicos, advogados ou engenheiros; criação de cidades universitárias e a nacionalização do ensino em todo país eram algumas propostas dos estudantes para solucionar o problema educacional (POERNER, 1979, p.325).

⁸ Decreto 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e saúde pública. *Diário Oficial da União*, Poder legislativo, Rio de Janeiro, DF, 15 de Janeiro de 1937, p. 1210.

Durante o processo de reorganização do MES, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Capanema. A lei não priorizou a reforma do sistema de ensino universitário porque enfocou suas ações no ensino secundário, dividindo-o em um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginásial, e um segundo ciclo de três anos, com duas ramificações, uma denominada "clássico", com ênfase no estudo de línguas clássicas e modernas, e outra denominada "científico", com ênfase maior no estudo das ciências (física, química, biologia, matemática e outras disciplinas)⁹.

Sob ideário do Estado Novo, a EEAP¹⁰ encontrava-se como o objeto de disputa entre médicos psiquiatras, sanitaristas e enfermeiras diplomadas por um processo de reorganização de sua estrutura administrativa e pedagógica frente aos interesses da política de educação e saúde da época (AMORIM & BARREIRA, 2007, p. 55-61).

A EEAP criada em 1890, para atender às necessidades do Hospício Nacional de Alienados (HNA) e dos hospitais civis e militares, foi dominada, durante cinquenta e três anos, no viés administrativo e pedagógico, por médicos psiquiatras ligados aos órgãos federais de assistência a psicopatas, que atuavam no espaço da Escola e fora dela, principalmente, quando este espaço de poder estava ameaçado por outras forças do campo médico e/ou da enfermagem moderna.

Foi através da reorganização da Escola e a aprovação do novo regulamento¹¹, em 1942, que a direção da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto passou a ser exercida por uma enfermeira diplomada com curso de aperfeiçoamento e experiência de ensino e administração de escolas de enfermagem. Assim, Maria de Castro Pamphiro¹² tornou-se a primeira

⁹Lei Orgânica do Ensino Secundário - Decreto Lei 42422. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 09 de abril de 1942.

¹⁰ A época a Escola era denominada Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras EPEE. Apesar da denominação da EEAP ter passado por alterações ao longo de sua trajetória., para fins didáticos, em qualquer período apontado no estudo, utilizaremos a denominação de Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, denominação dada por meio do Decreto de Lei 7055 de 1944 e que permanece até a presente data.

¹¹ Decreto Lei nº 4.725 e Decreto Lei nº 10.472, ambos de 22 de setembro de 1942.

¹² Natural de Valença, Minas Gerais, nascida em 16 de fevereiro de 1902, filha de: Palmira de Castro Pamphiro e Nicator Pamphiro, católica. Estudou durante sete anos e nove meses na 11ª Escola mista e na 6ª escola do 1º distrito. Em 19 de fevereiro de 1923, iniciou o curso da Escola Preparatória de Nurses de São Francisco de Assis (Escola de Enfermeiras do

enfermeira diplomada, designada pelo Presidente Getúlio Vargas, para assumir a direção da EEAP em fevereiro de 1943¹³.

Ao assumir a direção da EEAP Maria de Castro Pamphiro compôs de alianças construídas entre os agentes que ocupavam as posições mais altas no campo da educação e da saúde a listar: Gustavo de Capanema que comandava o Ministério da Educação e Saúde; Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde; Adauto Junqueira Botelho, diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais; e Laís Netto dos Reys, enfermeira diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery, com forte ligação com a Igreja Católica, instituição que se constituiu como uma das bases de apoio político do Governo Vargas.

Na primeira metade da gestão, esta diretora enfermeira procurou preventivamente, moldar o curso da EEAP de acordo com as exigências de uma nova proposta legislativa para regular o ensino da enfermagem do Brasil (Lei 775/1949), com o propósito de afastar a ameaça de constituir-se num espaço de formação de um agente de enfermagem idealizado pelo campo sanitário sob a denominação de enfermeiro auxiliar¹⁴. Para tanto, foram adotadas estratégias no sentido de elevar a qualidade de ensino da EEAP pelo acréscimo de disciplinas complementares ao currículo, elevação do número de professoras enfermeiras diplomadas e aumento da duração do curso (BESSA & AMORIM, 2006, p. 71).

Dentre as exigências da Lei 775/1949, destacava-se a obrigatoriedade do ensino prático e teórico da disciplina de enfermagem em psiquiatria. Nesse aspecto, Maria de Castro Pamphiro conquistou um espaço de autonomia no campo do ensino psiquiátrico, pois a Escola

Departamento Nacional de Saúde Pública), no Rio de Janeiro, Distrito Federal. Pertenceu à turma pioneira da Escola de Enfermeira do Departamento Nacional de Saúde Pública, foi instrutora da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN). Formou-se em 19 de junho de 1925. Foi diretora interina da EEAN, no período de doença e morte de Rachel Haddock Lobo. Em fevereiro de 1943, Maria de Castro Pamphiro assumiu a direção da EEAP onde permaneceu até 1956.

¹³ Decreto s/n. de 29 de dezembro de 1942. O Presidente da República Getúlio Vargas designa: Maria de Castro Pamphiro para exercer o cargo de diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 6 de jan.1943.

¹⁴ Maria Castro Pamphiro na luta para tornar a EEAP um estabelecimento de ensino de enfermagem moderna, assumiu o repúdio da denominação de enfermeiro auxiliar uma vez que “tal denominação trazia limitações e não fazia jus à qualidade do ensino ministrado pela EEAP” (AMORIM, 2004, p. 157).

tornou-se uma referência para as demais escolas de enfermagem que buscavam o apoio da EEAP para a incorporação do ensino da enfermagem em psiquiatria.

A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto estava subordinada ao SNDM¹⁵, órgão cujas finalidades dirigiam-se a planejar em todo território nacional os serviços de assistência e proteção a psicopatas, orientando, coordenando e fiscalizando as respectivas instalações e atividades; a opinar sobre a organização de quaisquer serviços públicos ou particulares de assistência e proteção a psicopatas e rever códigos, regulamentos e regimentos que cuidassem do assunto além de facilitar e organizar o ensino da psiquiatria e de higiene mental em suas dependências¹⁶.

A função do diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais era de orientar e coordenar as atividades, baixar portarias, instruções e ordens de serviço do SNDM sendo, portanto, um agente de grande influência no espaço da EEAP.

O SNDM teve como primeiro diretor o psiquiatra Aduino Junqueira Botelho¹⁷. Este psiquiatra acompanhou todo o processo de reorganização da EEAP sob a direção de Maria de Castro Pamphiro, até que em 16 de setembro de 1954, foi concedida a exoneração de Aduino Junqueira Botelho do cargo de diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais. Em substituição, foi nomeado o médico psiquiatra Jurandyr Manfredini¹⁸, que ocupava a função

¹⁵ Por meio da Reforma Barros Barreto, em 1941, o Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) resultou da fusão da Divisão da Assistência a Psicopatas (DAP) com o Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal (SAP) e da incorporação dos estabelecimentos de assistência a psicopatas e da EEAP (AMORIM & BARREIRA, 2007, p. 55-61).

¹⁶ Regimento Interno do Serviço Nacional de Doenças Mentais aprovado pelo decreto 17.185 de 18 de novembro de 1944 - *Coleção das Leis*, 1944, Vol. VII. Atos do Poder Executivo, Imprensa Nacional Rio de Janeiro, DF, p.424-437.

¹⁷ Nascido em Leopoldina, Minas Gerais, em 12 de maio de 1895. Formou-se pela Faculdade Medicina do Rio de Janeiro em dezembro de 1916. Foi professor da Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro, diretor do Sanatório Botafogo e membro titular da Academia Nacional de Medicina. Escreveu, juntamente com Jurandyr Manfredini, para *Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro*, periódico pioneiro em abordar temas referentes à psiquiatria forense. Foi editor do periódico *Arquivos do Serviço Nacional de Doenças Mentais*. Foi o primeiro diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, onde permaneceu por 15 anos. Faleceu em 4 de fevereiro de 1963.

¹⁸ Nascido em 21 de janeiro de 1905, na cidade de Pirai do Sul, Paraná. Foi diplomado pela Universidade do Paraná. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1930 após ser aprovado no concurso para oficiais do exército, atuando como médico no Hospital Central do Exército. Iniciou sua atividade catedrática em 1935, como assistente voluntário na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Atuou como psiquiatra na Seção Nina Rodrigues do Hospital Psiquiátrico onde foi o pioneiro da terapêutica de convulsoterapia, tal experiência o possibilitou produzir sua tese em 1939. No início de 1950, tornou-se assistente de Maurício de Medeiros (Diretor do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil); ministrou aulas de psiquiatria e direito. Em 1954, foi nomeado diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais sob indicação do Ministro da Saúde Armis Tarborda de Ataíde (VIDAL & AMORIM, 2007, p.1-3).

de Assistente da Cadeira de Psiquiatria da Faculdade Nacional de Medicina, da Universidade do Brasil.

Na década de 1940, já havia participação política dos acadêmicos de escolas de enfermagem por meio da formação de Diretórios Acadêmicos e atuações no movimento estudantil. O Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Carlos Chagas é um exemplo. Seus acadêmicos, além de participar do VI Congresso Nacional de Estudantes, elaboraram, em outubro de 1943, uma “Tese” que foi dirigida ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo de Capanema:

“O DA da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, por intermédio da União Nacional dos Estudantes pede a Sua Excelência, O Sr. Ministro da Educação:

1º) a regulamentação do título “Escola de Enfermagem ou Enfermeiras”, restringindo-o somente às escolas oficializadas, e consideradas superiores;

2º) O fechamento destes cursos, ou, ao menos, sua regulamentação, permitindo sua existência, somente como anexos das escolas superiores, onde funcionarão com o título de “Cursos para Serventes de Hospital”, não lhes permitindo outorgar “”pseudo diplomas¹⁹”.

Na luta pela elevação da qualidade de formação da enfermagem, os acadêmicos esclareceram a indignação pela prática de obter a designação de enfermeiro sem que o indivíduo fosse formado nas escolas consideradas oficiais ou de alto padrão.

No espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, a participação, de forma organizada, dos estudantes demarcou a data de 28 de maio de 1955 ao ser efetivada a existência do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto por meio da Assembléia Geral do Corpo Discente. A Assembléia contou com a participação de dois terços dos membros do corpo discente da Escola e com os membros da União Metropolitana dos Estudantes (UME), entidade que congregava os universitários do, então, Distrito Federal e que funcionava na mesma sede da União Nacional dos Estudantes (UNE).

¹⁹ Tese defendida e aprovada no VI Conselho Nacional de Estudantes do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, BH.FGV-CPDOC Organização dos cursos de assistente social e enfermagem GC38.1200.

Após a fundação do Diretório Acadêmico da EEAP ficou evidenciado um novo desafio para a gestão de Maria de Castro Pamphiro já que ela não se encontrava em posição privilegiada frente à parte dos estudantes que eram integrantes do recém criado Diretório Acadêmico e que defendiam o fim da gestão da diretora.

A efetivação do Diretório Acadêmico ocorreu sem o prévio consentimento da diretora Maria de Castro Pamphiro, agente que detinha o poder institucional no espaço da EEAP, a mesma foi excluída do processo de tomada de decisões referentes à organização estudantil.

Somente no dia 14 de julho de 1955, Maria de Castro Pamphiro e o diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM), Jurandyr Manfredini, tomaram ciência da existência do Diretório Acadêmico por meio de uma Assembléia Geral do Corpo Discente.

Mesmo sendo, a princípio, contraditório em razão do esforço da diretora pela causa da enfermagem moderna e pela elevação do padrão de ensino no espaço da EEAP, a formação do Diretório Acadêmico proporcionou o surgimento de discursos de insatisfação advindos de parte dos discentes que lideravam o DA da EEAP contra a gestão da diretora Maria de Castro Pamphiro²⁰.

Ao assumir a direção da EEAP, em 1943, Maria de Castro Pamphiro mantinha alianças com agentes que faziam crer, ver e reconhecer a importância da permanência da diretora na Escola. No entanto, os porta-vozes que ocupavam posições estratégicas foram substituídos por novos agentes com visões e interesses distintos, como, por exemplo: Juscelino Kubitschek, que se tornou Presidente da República em 1956; Maurício de Medeiros, nomeado em 1955 ao cargo de Ministro da Saúde; Jurandyr Manfredini, diretor do SNDM em 1954; e Waleska Paixão²¹, diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery entre 1950 e 1957, o

²⁰ Ata da Assembléia Geral do Corpo Discente, 1955. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

²¹ Waleska Paixão nasceu em 3 de novembro de 1903, em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. No ano de 1939, concluiu sua graduação na Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em Minas Gerais. Além disso, cursou simultaneamente Sociologia, Filosofia e Moral, no Instituto Superior de Cultura Católica, em Belo Horizonte. Estudou na Universidade de Cornell, em Nova Iorque (Estados Unidos), no período de 1943–1944 onde cursou Administração e Ensino. Dirigiu a Escola Carlos

que levou ao enfraquecimento da conservação de Maria de Castro Pamphiro na direção da EEAP.

A gestão de Maria de Castro Pamphiro encerrou-se por meio do decreto de 17 de outubro quando o então Presidente da República Juscelino Kubitschek concedeu dispensa à Maria de Castro Pamphiro da função gratificada (FG-3) de diretora da EEAP (publicado em diário oficial em 18 de outubro de 1956). Pelo mesmo decreto, nomeou Lydia das Dores Matta²², enfermeira classe G, do quadro permanente do Ministério da Saúde, para exercer a função gratificada (FG-3) e assumir a direção da EEAP.

A chegada de Lydia das Dores Matta demarcou o fim de um período de influência mais direta da Escola de Enfermagem Anna Nery sob a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, pois esta diretora havia se formado na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP), espaço formador que travou forte concorrência com a EEAN²³ (BAPTISTA & BARREIRA, 2002, p. 205-216).

Chagas durante nove anos (1939-1948) e a Escola Anna Nery durante dezesseis anos (1950-1966), em ambas substituindo Laís Netto dos Reys. Dentre as inúmeras funções exercidas por Waleska Paixão, destacou-se a presidência da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) de 1950 a 1952. Waleska Paixão faleceu em 25 de novembro de 1993, aos 90 anos (ALVES & SILVA JUNIOR, 2006).

²² Cursou a faculdade de Enfermagem da Universidade de São Paulo, concluiu o curso no ano de 1948. Assumiu o cargo de diretora da EEAP até o ano de 1961. Também dirigiu a Escola de Enfermagem Magalhães Barata, do Pará. Foi a primeira enfermeira a trabalhar no cargo de enfermeira PL-7 do quadro da Secretaria do Senado Federal. No ano de 1967, colaborou nos trabalhos de construção da sede da ABEn de Brasília. Foi integrante da sub-comissão de registro do XIX Congresso Brasileiro de Enfermagem. Aposentou-se em 5 de abril de 1969 (MARTINS & ANTONIO, 2006).

²³ A Escola de Enfermagem Anna Nery surgiu no contexto do movimento sanitário brasileiro no início do século XX, sendo criada pelo Decreto 16300 de 31 de dezembro de 1923, como Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde (DNS). A Escola foi fundada por iniciativa do sanitário Carlos Chagas com o apoio de enfermeiras americanas que integraram a Missão Técnica de Cooperação para o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, chefiada pela Enfermeira Ethel Parson e patrocinada pela Fundação Rockefeller. Esta Escola demarcou, no Brasil, a implantação de um modelo de ensino e de prática de enfermagem moderna, segundo os princípios norteadores do Sistema Nightingale. Em 1937, durante a gestão da enfermeira norte-americana Bertha Lucille Pullen, a Escola integrou-se a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, como instituição de educação complementar. A partir de 1931, a EEAN foi considerada Escola oficial padrão (Decreto 20109) para efeito de equiparação e reconhecimento de outras escolas de enfermagem que viessem a ser criadas. Como escola padrão foi adotado os princípios da hierarquia e disciplina como fundamentos de formação da enfermeira. A EEAN foi considerada o centro gerador de líderes que pudessem multiplicar o número de escolas de enfermagem em todo país. Em 1945, a Escola foi elevada a categoria de Universidade de Ensino (decreto lei 8393) na direção de Laís Netto dos Reys, primeira diretora enfermeira formada pela EEAN. Por outro lado, a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) foi criada pelo Decreto-Lei 13.040, de 31 de outubro de 1942. Pelo patrocínio da fundação Rockefeller, a EEUSP foi criada anexa a Faculdade de Medicina com o objetivo de dar sustentação ao projeto do Hospital das Clínicas, em um contexto de tecnificação da medicina e do avanço do hospital moderno e da racionalização do processo de diagnóstico e cura. Sua primeira diretora foi Edith Magalhães Fraenkel, diplomada pela EEAN. Em 1946, a primeira turma de dezesseis alunas foi formada. Inicialmente, o currículo da EEUSP seguia de perto o programa determinado pela EEAN. Gradualmente, a EEUSP foi tomando características próprias e tornando-se independente em relação à área de influência da EEAN. A EEUSP foi uma das primeiras escolas a incluir em seu

Desse modo, a EEAP apresentou-se como um espaço de lutas por uma redistribuição de poder entre os grupos que se opunham entre si, segundo determinados interesses em jogo e seus volumes de capital político. Esses grupos eram constituídos pelos agentes que detinham os poderes institucionais (representados pela diretora da Escola e pelo diretor do SNDM) e os estudantes que constituíam a recém-criada organização estudantil. Todos buscavam, segundo seus modos de ser e ver, alterar as regras e regularidades inscritas na Escola.

A partir desse contexto, buscamos, na trajetória da primeira escola de enfermagem no Brasil, elucidar as seguintes questões:

1) Como se estabeleceram as relações de força entre o recém-organizado Diretório Acadêmico, a direção da EEAP e o Serviço Nacional de Doenças Mentais?

2) Quais os desdobramentos decorrentes da criação do Diretório Acadêmico para o espaço social da EEAP?

Para o desenvolvimento da pesquisa, formulamos os seguintes objetivos:

Descrever as circunstâncias da criação do Diretório Acadêmico na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto;

Analisar as relações de força entre o Diretório Acadêmico, a direção da EEAP e o Serviço Nacional de Doenças Mentais;

Discutir os efeitos simbólicos decorrentes da implementação do Diretório Acadêmico no espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto entre os anos de 1955 a 1958.

1.1 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Podemos considerar que a condição de estudante adquire um caráter transitório, já que constitui uma etapa que evolui para uma integração “real” na vida profissional, destinada à profissionalização e à entrada no mercado de trabalho. Por esse motivo, a participação do estudante na história brasileira, freqüentemente, é vista como um fenômeno de segundo plano, na medida em que consideram a ação do estudante como um “ardor juvenil” que tende a desaparecer naturalmente a partir do momento em que os jovens começassem a atingir a idade adulta (MENDES JUNIOR, 1982, p. 7).

Ocorre, entretanto, que em muitos momentos na história brasileira, os estudantes desempenharam um papel decisivo ao lutar contra a repressão dos grupos dominantes, o que desencadeou movimentos mais amplos e de transformações políticas no país.

Acreditamos que estudar as relações entre a representação estudantil e os agentes que detinham poderes institucionais no âmbito da EEAP nos faz compreender os eventos que demarcaram a trajetória da primeira escola de enfermagem brasileira em meados do século XX. Além disso, nos faz refletir sobre os traços que marcam a identidade, o cotidiano da EEAP e a formação de enfermeiros e enfermeiras no Rio de Janeiro.

Este estudo pretende ampliar a reduzida produção científica em torno do movimento estudantil e suas relações com a instituição educacional, dando enfoque, principalmente, à implementação do Diretório Acadêmico na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, o que nos proporciona uma nova luz sobre a importância do movimento estudantil no desenvolvimento da enfermagem brasileira assim como promove o avanço de outros estudos referentes a história da educação.

Devemos considerar que o princípio unificador de toda pesquisa da micro-história é a crença de que a observação microscópica pode revelar fatores previamente não observados (BURKE, 1992, p. 139). Nesse aspecto, o estudo será também, mais uma contribuição na produção científica da história da enfermagem brasileira e proporcionará novas questões a serem elucidadas por outros estudos sobre a trajetória da EEAP, inseridos na linha de pesquisa “*Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil*” do Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem (LAPHE) da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo histórico-social na perspectiva da micro-história, na qual pressupõe uma forma específica de trabalhar com objetos históricos de abrangência reduzida, sem, no entanto, ocasionar uma perda de rigor investigativo, apegando-se, portanto, às mínimas evidências que a documentação pode fornecer para dar vida a personagens esquecidos e desvelar enredos e sociedades ocultados pela história geral (VAINFAS, 2002, p. 103).

Como a micro-história se direciona para os estudos de comunidades, de situações – limite ou de personagens populares para aquilo que está à sombra das histórias nacionais ou oficiais - podemos considerar que o Diretório Acadêmico, no espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, e suas relações com os agentes inseridos nesse espaço são como um micro-universo, pois ainda que sofra influências dos aspectos macro da realidade (notadamente em nível político e econômico), possui um poder de explicação único, e que não pode ser obtido com o redimensionamento a uma escala maior.

O estudo foi baseado na análise documental, atentando para o fato de que os documentos são portadores de um discurso e que não devem ser considerados como fatos e fenômenos transparentes (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 377).

Adotamos o pensamento de Pierre Bourdieu e utilizamos os conceitos de campo, luta e jogo de poder com o objetivo de entender as relações sociais desenvolvidas pelos agentes e grupos de agentes na dinâmica de construção e reconstrução do espaço social que se dá segundo a sua ocupação pelos agentes que nele se distribuem (BOURDIEU, 1997, p. 21).

O espaço social estudado é a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto que, segundo Boudieu, representa um espaço onde os agentes e grupos de agentes são definidos pelas suas posições relativas nesse espaço. Para compreender o sentido e o funcionamento desse espaço

social é necessário ainda referi-lo ao sistema das relações entre as posições ocupadas por aqueles capazes de produzi-lo, reproduzi-lo e utilizá-lo (BOURDIEU, 2007, p. 134).

Enquanto espaço social e institucional, a EEAP apresenta uma condição peculiar, pois apesar de constituir-se como uma instituição formadora de enfermeiros e enfermeiras, tendo como finalidade o ensino de enfermagem, a Escola não estava integrada no âmbito do Ministério da Educação, mas sim, ligada à hierarquia do SNDM, no âmbito do Ministério da Saúde.

Nesse sentido, estudaremos o campo da educação e da saúde, a partir da percepção de que, nesses campos, estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem de relações de forças e de lutas para conservar ou transformar esses campos e a dinâmica da EEAP.

O campo, enquanto espaço multidimensional, é onde se estabelecem relações nas quais as posições dos agentes determinam a forma das intenções. Define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido se não relacionalmente, por meio de jogo das oposições e das distinções (BOURDIEU, 2007, p. 179).

A EEAP, inserida no campo da educação e saúde, foi palco de atuação dos diretores do SNDM, diretoras enfermeiras da EEAP e dos estudantes de enfermagem inseridos no movimento estudantil que, norteados pelo seu capital cultural, lutavam para legitimar suas posições.

Os três agentes e grupos de agentes, resguardadas suas especificidades, estavam posicionados no interior do Ministério da Saúde em uma hierarquia na qual, no topo, encontrava-se o Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais que tinha o capital institucional e o poder de legitimar sobre os serviços de assistência a psicopatas, incluindo aí a EEAP.

Em uma posição hierárquica intermediária estavam as diretoras enfermeiras da EEAP (Maria de Castro Pamphiro e Lydia das Dores Matta) que, a partir de 1942, detiveram o poder de garantir o padrão de formação de enfermeiros e enfermeiras da EEAP. Por um lado, as diretoras deveriam cumprir as ordens advindas pelos Diretores do SNDM (Jurandyr Manfredini e Lysânias Marcellino da Silva) e, por outro, tinham o poder de determinar as decisões internas da EEAP e influenciar nas orientações dos estudantes de enfermagem da Escola.

Os discentes de enfermagem da EEAP que possuíam envolvimento com o movimento estudantil eram os grupos de agentes que se situavam nas posições mais baixas no espaço social da EEAP, pois deviam obediência à diretora da Escola. Entretanto, buscavam, segundo seus modos ver, conquistar posições que lhes outorgassem o direito de sugerir a destituição da diretora da Escola.

As posições sociais ocupadas pelos estudantes conduziram a uma luta por meio de procuração e ou delegação travada entre o presidente do Diretório Acadêmico, a diretora da Escola de Enfermagem, Maria de Castro Pamphiro e o Diretor do SNDM, Jurandyr Manfredini, na qual estava em jogo a fundação do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.

Segundo Bourdieu (1997, p.52), o resultado das lutas simbólicas, dos agentes ou das instituições pelas posições dominantes no interior do campo, pode ser conservação ou a transformação de sua configuração. Nesse aspecto, as relações de força e as lutas estabelecidas entre os agentes sociais que compuseram o campo da saúde resultaram na redistribuição do poder no espaço social da EEAP após a criação do Diretório Acadêmico em 1955.

1.2.1 Procedimentos Metodológicos

A seleção documental foi realizada através do confronto dos documentos encontrados com a produção historiográfica referente ao tema geral da pesquisa.

As fontes primárias foram documentos escritos oficiais produzidos na comunicação intra e interinstitucional, como ofícios, decretos, atas, relatórios e documentos produzidos pela Escola.

Para contribuir com depoimentos orais, buscamos os sujeitos que participaram, direta ou indiretamente, dos eventos destacados neste projeto, contudo, enfrentamos a dificuldade de encontrar os agentes devido ao lapso de tempo transcorrido já que, os principais atores do estudo já não se encontram mais vivos.

Sendo assim, para enriquecer o estudo e complementar as fontes escritas foram realizadas duas entrevistas com um agente integrante do movimento estudantil que participou da fundação do Diretório Acadêmico da EEAP em 1955.

A primeira entrevista livre foi realizada em março de 2007, livre, pois tinha a intenção de conhecer o depoente, explorar fatos históricos novos e buscar pistas sobre outros sujeitos do estudo e fontes documentais. A segunda entrevista foi em agosto de 2008, pautada em um instrumento de coleta de dados com roteiro de entrevista semi-estruturada²⁴ (Apêndice 1).

Vale lembrar que para atender a Resolução 196/96, o projeto em questão foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e, na intenção de assegurar ao sujeito da pesquisa o devido respeito à sua dignidade, foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice 2).

²⁴ O instrumento de coleta de dados foi elaborado com 12 perguntas relacionadas às vivências do depoente no movimento estudantil. Não foram abordadas perguntas relacionadas diretamente a criação do Diretório Acadêmico da EEAP porque identificamos na primeira entrevista, que o depoente não tinha condições de respondê-las devido ao esquecimento. Nesse aspecto, é importante reconhecer que não existe memória sem que exista o esquecimento e por esse motivo, tentamos adaptar nossos métodos de trabalho às características peculiares da potencialidade da memória do depoente.

Ao depoente, foi entregue uma Carta de Cessão de Direitos (Apêndice 3) para que, após a leitura e conferência do material transcrito, o depoente pudesse autorizar a divulgação do conteúdo para futuras pesquisas de interesse ao Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem.

Foram encontrados nos acervos os seguintes documentos:

Disponíveis no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO estão o *Convite de formatura dos acadêmicos da EEAP no ano de 1956*; as *Atas das reuniões do Diretório Acadêmico da EEAP de 1955 a 1957* que correspondem a um total de 9 atas elaboradas durante as assembléias do corpo discente da EEAP. A primeira ata referiu-se à fundação do Diretório Acadêmico da EEAP, datada de 28 de maio de 1955, enquanto a última ata, datada de julho de 1957, tratou do fim da primeira gestão do DA (1955-1957); *Relatório das atividades da Diretoria do DA durante a gestão de 1957-1958*, contendo um resumo das atividades realizadas pelos membros do Diretório Acadêmico durante o período supracitado e os *Relatórios das diretoras da EEAP entre os anos de 1955 a 1958* que eram relatórios anuais elaborados pelas diretoras Maria de Castro Pamphiro e Lydía das Dores Matta direcionado ao diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais. Em seus conteúdos foram descritas as características do movimento escolar, administrativo, do corpo docente e discente, as atividades que foram realizadas durante o ano letivo, plano de trabalhos e outras;

Na *Casa de Oswaldo Cruz COC- Fiocruz, RJ* encontramos o livro intitulado *“No mundo do ensino”* de autoria de *Maurício de Medeiros, de 1953*, que abordou a visão do referido autor sobre questões universitárias e assuntos de ensino durante sua vida acadêmica, a *Lei nº 1.920 de 25 de julho de 1953* na qual tratou da criação do Ministério da Saúde por meio do desmembramento do Ministério da Educação e Saúde assim como o *Decreto nº 34.596 de 16 de novembro de 1953* que aprovou o regulamento do Ministério da Saúde;

Disponível no Acervo da Fiocruz - Biblioteca de Manguinhos, RJ, pesquisamos o Decreto nº 35.347 de 8 de abril de 1954, que designou Adauto Junqueira Botelho e João de Barros Barreto para exercer funções de membro do Conselho Nacional de Saúde;

No Acervo da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEN- RJ, foram encontrados os Anais de Enfermagem de janeiro de 1952 (volume V- nº 1) - dedicado ao V Congresso Nacional de Enfermagem, realizado no período de 11 a 18 de novembro de 1951, no Distrito Federal, à época, Rio de Janeiro. Nele foram publicados dois artigos: “A Formação da Estudante de Enfermagem” escrito por Waleska Paixão e “Organizações estudantis em Escolas de Enfermagem” desenvolvido por Maria Julieta Calmon Villas-Bôas.

No Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem- CEPEn – Brasília, foi utilizada a fonte documental denominada Relatório Final de Levantamento de Recursos Humanos e Necessidades de Enfermagem no Brasil de 1956-1958. Tal fonte trata de um amplo estudo realizado pela Associação Brasileira de Enfermagem que teve como um dos objetivos conhecer a organização e o funcionamento dos serviços de enfermagem, o contingente de pessoal, condições de trabalho, a estrutura dos centros de formação etc, no período correspondente de 1956 a 1958. A pesquisa contou com a participação de integrantes da Organização Mundial de Saúde (OMS), Fundação Rockefeller, os Ministérios da Educação e Cultura (MEC) e o da Saúde (MS), Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).

Disponíveis na Biblioteca do Ministério da Fazenda/Centro de Estudos Documentação Rui Barbosa –RJ o Decreto nº 37 613 de 19 de julho de 1955 que regulou a constituição dos órgãos de representação do corpo discente e suas relações com a direção dos institutos de ensino superior; o Decreto de 16 de setembro de 1954, que exonerou o médico psiquiatra Adauto Junqueira Botelho e nomeou o médico psiquiatra Jurandyr Manfredini para exercer o cargo de diretor do SNDM, do DNS; e o Decreto de 17 de outubro de 1956,

referente à dispensa de Maria de Castro Pamphiro e designação de Lydia das Dores Matta para exercer função gratificada de diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto;

Disponível no Acervo do Instituto de Psiquiatria-IPUB da Universidade Federal do Rio de Janeiro estava o livro intitulado “*O casamento (psiquiatria forense)*”, de autoria de Maurício de Medeiros e Jurandyr Manfredini. O livro reúne oito conferências pronunciadas por Maurício de Medeiros e Jurandyr Manfredini num curso de extensão universitária realizado por ambos em abril de 1954, subordinado ao tema “Psiquiatria e Casamento”. Outro documento pesquisado foi o *Jornal Brasileiro de Psiquiatria entre os anos de 1949 a 1960*, criado como continuação dos Anais do Instituto de Psiquiatria e destinado à publicação e divulgação de atividades científicas, culturais e médico-sociais de interesse para os neuropsiquiatras.

Na Biblioteca Nacional, localizada na cidade do Rio de Janeiro, pesquisamos a *Revista Brasileira de Saúde Mental* entre os anos de 1955 a 1967. A Revista Brasileira de Saúde Mental foi fundada em 1955, pelo diretor do SNDM, Jurandyr Manfredini, com a finalidade de apresentar os trabalhos científicos de relevância para a psiquiatria. Nelas também foram divulgados noticiários das atividades do SNDM.

Quanto aos documentos analisados no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* e na *Revista Brasileira de Saúde Mental* produzidos após o recorte temporal, optamos em utilizá-los no estudo tendo em vista a contribuição que estes apresentaram na elucidação dos fatos e fenômenos reais e simbólicos.

As fontes de apoio bibliográfico constituem-se de literaturas pertinentes à história do Brasil, política de saúde, história da enfermagem e trajetória da EEAP.

A análise e interpretação das informações foram desenvolvidas através das elucidações de elos (por concordância ou por discordância) e dos nexos entre as informações obtidas nos

documentos, triangulados com a produção do conhecimento em história de enfermagem brasileira e a história do Brasil (FÉLIX, 1998, p. 93).

2. CAPÍTULO I

AS CIRCUNSTÂNCIAS DE CRIAÇÃO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA EEAP

Neste capítulo, apresentamos uma descrição inicial da política brasileira no contexto da Guerra Fria, enfocando as características do segundo Governo Vargas (1951-1954) até a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Descrevemos os campos da educação e saúde e sua relação com o movimento estudantil, por meio da UNE e UME e, também, com o ensino da enfermagem brasileira. Sobre a formação de órgãos de representação estudantil, foram apontadas as visões das enfermeiras diretoras das escolas de enfermagem que eram as principais porta-vozes do campo da enfermagem. No Espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto apontamos as características da gestão da primeira diretora enfermeira Maria de Castro Pamphiro (1943-1956), culminando com a fundação do primeiro órgão de representação estudantil da EEAP, denominado Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Guerra Fria²⁵ dominou o cenário internacional e afetou toda a política latino-americana (D'ARAUJO, 1999, p. 101). Estados Unidos e União Soviética participaram da divisão do mundo em zonas de influência. O Brasil, aliado dos Estados Unidos durante a guerra e pós-guerra, integrou o subsistema americano, cabendo-lhe a tarefa de preservar os interesses políticos do Ocidente no âmbito do hemisfério sul (LAFER, 1973, p. 88-89).

A onda de liberalismo e a consolidação da hegemonia norte-americana no ocidente reacenderam princípios econômicos antagônicos a qualquer tipo de protecionismo e intervencionismo, repercutindo vivamente em certos segmentos da sociedade brasileira (LINHARES; FLAMARION; TEIXEIRA & MENDONÇA, 1990, p. 335).

²⁵ Conflito político ideológico entre os Estados Unidos, defensores do capitalismo e a União Soviética, defensora do socialismo (MOTA & BRAICK, 1997, p. 530).

Durante o segundo governo²⁶ de Getúlio Vargas (1951-1954) foram criadas empresas estatais e monopolistas que atuavam na área de infra-estrutura como petróleo, eletricidade e siderurgia (CALDEIRA, 1997, p. 291).

Iniciaram-se, no país, grandes debates em torno do possível desenvolvimento, onde a questão da estatização das empresas entra em foco, acentuando os movimentos nacionalistas tal como a campanha “O petróleo é nosso” (SOUZA, 1984, p. 53).

Nesse governo Vargas foi demonstrada a necessidade de articular uma reforma do sistema administrativo da União com a intenção de descentralizar suas atribuições administrativas de presidente e distribuir as atividades aos ministros e chefes de departamento. A reforma administrativa fazia parte da estratégia de incrementar a intervenção do Estado por meio de coordenação, controle e planejamento da economia brasileira (HAMILTON & FONSECA, 2003 p. 807).

Uma das ações do Governo Vargas foi o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde (MES)²⁷ em dois ministérios: Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Lei nº 1.920 de 25 de julho de 1953.

A crise do governo de Getúlio Vargas culminou com o atentado ao líder da oposição, o deputado da UDN, Carlos Lacerda. Pressões pela renúncia do presidente, denúncias e escândalos desgastaram a imagem do governo, resultando no suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954 (D'ARAÚJO, 1999, p. 113).

Os meados da década de 1950 demarcaram um período caracterizado por diversas transformações no setor político e econômico do país, inaugurando os governos de Café

²⁶ Em 1950, Getúlio Vargas (PTB) saiu vitorioso nas eleições à presidência da República disputada contra o candidato Eduardo Gomes (UDN). Vargas foi eleito pelo voto popular direto e secreto, com aproximadamente 49% do total dos votos válidos (D'ARAÚJO, 1999, p.102).

²⁷ Anteriormente denominado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MESP), foi criado através do decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930 no governo Vargas. O Decreto nº 19.518, de 22 de dezembro de 1930, desligou do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, repartições que passaram a ser subordinadas ao MESP. *Coleções de Leis do Brasil, 1930.*

Filho²⁸ (agosto de 1954 a novembro de 1955), Carlos Luz²⁹ (8 a 11 de novembro de 1955), Nereu Ramos³⁰ (novembro de 1955 a janeiro de 1956) e o Governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961).

Esse período confirmou o populismo brasileiro que podia ser definido na especificidade da democracia brasileira a partir da fragilidade de suas instituições políticas, que repousava não no funcionamento regular das instituições políticas, mas no carisma de um líder que se relacionava diretamente com a sociedade, com as massas populares e com os representantes dos poderes dominantes. Por um lado, os partidos seriam secundários e as relações políticas seriam marcadas pelo favorecimento e pelas relações pessoais. Para integrar esse sistema, os trabalhadores eram fundamentais, pois o Estado concedia vantagens e benefícios trabalhistas em troca do apoio político dos sindicatos (ARAÚJO, 2007, p.59).

Por outro lado, as vantagens e benefícios trabalhistas, mais do que “concedidos”, foram “conquistados” pelos trabalhadores, salientando que as relações entre o governo e

²⁸ Café Filho nasceu em Natal no dia 3 de fevereiro de 1899, filho de João Fernandes Campos Café e de Florência Amélia Campos Café, trabalhou como jornalista e advogado durante a juventude, tendo participado da Aliança Liberal na campanha de 1930. Em 1933 fundou o Partido Social Nacionalista (PSN) do Rio Grande do Norte, e alguns anos mais tarde, o Partido Republicano Progressista. Em 1934 e 1945 foi eleito deputado federal, e em 1950 foi indicado para vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas. Em 1954, assumiu a Presidência, exercendo o cargo até novembro de 1955. Após a presidência, foi ministro do Tribunal de Contas da Guanabara durante toda a década de 1960 (VERBETE BIOGRÁFICO- DHBB- FGV, p.1-5).

²⁹ Carlos Luz nasceu em Três Corações, Minas Gerais, no dia 4 de agosto de 1894. Filho de Alberto Gomes Ribeiro da Luz e de Augusta Coimbra da Luz. Diplomou-se em direito em 1915, foi nomeado delegado de polícia da Leopoldina. Em 1920, passou a dedicar-se à advocacia e ao jornalismo. Em 1923 foi eleito vereador da Leopoldina. Assumiu a presidência da Câmara Municipal. Foi prefeito da cidade por 3 anos e reeleito em 1927. Em setembro de 1932 foi nomeado secretário da Agricultura, viação e Obras Públicas de MG. Foi eleito deputado federal na legenda do Partido Progressista em outubro de 1934. Em 1947, foi eleito deputado pelo Partido Social Democrático e em 1955, foi empossado presidente da Câmara dos Deputados. Assumiu a presidência da República em novembro de 1955 para substituir Café Filho até a saída do hospital. Em 1958 foi mais uma vez eleito para Câmara dos Deputados. Entre 1951 e 1957 integrou a diretoria da associação Comercial do Rio de Janeiro (BIOGRAFIAS - OS ANOS DE JK- DHBB- FGV).

³⁰ Nereu Ramos nasceu em Lajes (SC) no dia 3 de setembro de 1888, filho de Vidal José de Oliveira Ramos e de Teresa Fiúza Ramos. Bacharelou-se em Direito em 1909. Em 1911 iniciou sua participação no jornalismo e na política. Em 1921 fundou o jornal *A República* e foi um dos organizadores em seu estado da Reação Republicana. Em 1932 foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Em 1º de maio de 1935 assumiu o cargo de governador do estado, dando início a um período de dez anos em que esteve à frente do governo de Santa Catarina. Em 12 de março de 1951, Nereu foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. Em 1º de janeiro de 1956, a vigência do estado de sítio foi prorrogada até 26 de fevereiro. No dia 31 de janeiro, Nereu passou o governo a Juscelino Kubitschek. Entre 3 de outubro e 4 de novembro de 1956, Nereu acumulava interinamente o cargo de ministro da Educação e reassumiu, então, sua cadeira no Senado. No dia 16 de junho de 1958, em pleno exercício do mandato, faleceu em desastre aéreo ocorrido em Curitiba (BIOGRAFIAS - OS ANOS DE JK- DHBB- FGV).

trabalhadores se davam em mão dupla, pois, nessa época, homens e mulheres que desejavam promover o desenvolvimento do país acreditavam em alguns princípios e levantaram algumas bandeiras tais como o nacionalismo, a defesa da soberania nacional, a reforma das estruturas socioeconômicas do Brasil e a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores (ARAÚJO, 2007, p. 60).

A morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, resultou em vacâncias nas principais posições hierárquicas do campo da saúde, acarretando disputas internas entre diversos grupos, inclusive os agentes das especialidades médicas para ocupar as mais altas posições no Ministério da Saúde, no âmbito do Governo Federal. Como foi o caso de Aramis Taborda de Athayde³¹ que, logo após a morte de Getúlio, substituiu Mário Pinotti no cargo de Ministro da Saúde, permanecendo de 05 de setembro de 1954 até 20 de novembro de 1955.

O vice-presidente Café Filho assumiu o poder e formou o ministério com maioria udenista³². Seu governo foi, em grande parte, controlado por antigetulistas. Os ministros de Estado, os presidentes de autarquias e os ocupantes de cargos de confiança ligados ao PTB e ao PSD foram imediatamente substituídos por elementos próximos à UDN e aos partidos menores, defensores das posições udenistas, ou por pessoas sem vínculos partidários (LAMARÃO, 2006, p.2).

A política econômica do presidente Café Filho estava voltada para a redução da taxa inflacionária. Houve a necessidade de contenção de gastos públicos e de uma drástica redução das linhas de crédito, o que causou grandes descontentamentos entre industriais e latifundiários (MOTA & BRAICK, 1997, p. 539).

³¹Aramis Taborda de Athayde nasceu em Curitiba (PR) no dia 12 de dezembro de 1900, do capitão Aristides Ataíde e de Benedita de Jesus Taborda Ataíde. Em 1924 diplomou-se pela faculdade de Medicina do Paraná. Em 1927 obteve a livre-docência da cadeira de medicina legal da faculdade de Medicina do Paraná. Em outubro de 1950, reelegeu-se deputado federal pelo PSD. Participou de diversos congressos médicos no Brasil e foi membro de associações médicas do Paraná e do Rio de Janeiro (GALERIA DOS MINISTROS - MS , 2005).

³² União Democrática Nacional - Partido brasileiro fundado em 7 de abril de 1945, de orientação liberal e opositor à figura de Getúlio Vargas. Concorreu às eleições presidenciais de 1945, 1950 e 1955 postulando o brigadeiro Eduardo Gomes nas duas primeiras e o general Juarez Távora na última, perdendo nas três ocasiões. Em 1960 apoiou Jânio Quadros obtendo vitória nas eleições presidenciais (PARTIDOS POLÍTICOS NACIONAIS, DHBB - FGV).

A sucessão presidencial passou a constituir o tema central das discussões na vida política brasileira. Após o lançamento oficial da candidatura de Juscelino Kubitschek pelo PSD às eleições presidenciais, a movimentação contra as eleições e a favor da intervenção dos militares tornou-se mais evidente (LAMARÃO, 2006, p. 4). Em abril de 1955, reunidos em convenção nacional, os trabalhistas aprovaram oficialmente a candidatura de Goulart à vice-presidência, ao lado de Kubitschek (LAMARÃO, 2006, p. 7).

Café Filho assegurou ao país que garantiria a realização das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955. As urnas deram vitória a Juscelino pela aliança PTB-PSD, com 36% dos votos, enquanto Juarez Távora (UDN) alcançou 30% dos votos. João Goulart elegeu-se para a vice-presidência pela chapa PTB-PSD (FAUSTO, 2001, p. 232).

Café Filho sofreu problemas de saúde que o obrigaram a abandonar o poder. Em seu lugar, assumiu o presidente da Câmara dos deputados, Carlos Luz. Em novembro, Carlos Luz foi impedido de continuar na presidência, transferida ao Presidente do Senado, Nereu Ramos, na linha da sucessão constitucional (FAUSTO, 2001, p.232).

Em 19 de novembro de 1955, o presidente Nereu Ramos nomeou Maurício Campos de Medeiros³³ para exercer o cargo de Ministro da Saúde, no qual permaneceu até setembro de 1958 (BIOGRAFIAS- OS ANOS DE JK-DHBB-FGV).

Em 1956, inaugurou-se a gestão de Juscelino Kubitschek³⁴ que marcou a vitória do novo projeto industrializante. A opção pela abertura da economia ao capital estrangeiro

³³ Maurício Campos de Medeiros nasceu no Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1885. Filho de Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Maria Carolina Ribeiro de Medeiros. Completou os estudos básicos no Ginásio Nacional (Colégio Pedro II). Em 1907, diplomou-se em medicina na Faculdade de Medicina. Tornou-se livre docente das cadeiras de patologia geral, na faculdade de Medicina e de psicologia, na Escola Normal do Distrito Federal (Instituto de Educação). Envolvendo-se na política foi eleito deputado estadual no Estado do Rio de Janeiro em 1916 e deputado federal, em 1921. Voltou a ser eleito para a Câmara dos Deputados em 1927 e 1930. Foi atingido pelas medidas repressivas adotadas pelo governo Vargas depois da Revolta Comunista de novembro de 1935. Foi demitido do cargo de catedrático de clínica propedêutica médica, sendo reintegrado em maio de 1945. Em setembro de 1946, foi nomeado diretor do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. Representou o Brasil no Congresso Nacional de Psiquiatria. Foi membro de Academia Brasileira de Letras. Nomeado Ministro da Saúde, em 1955. Foi membro de inúmeras associações médicas e culturais, nacionais e internacionais. Deixou publicadas diversas obras, notadamente, sobre temas médicos (BIOGRAFIAS- OS ANOS DE JK- DHBB- FGV).

³⁴ Juscelino Kubitschek (JK) nasceu em Diamantina (MG) no dia 12 de setembro de 1902, filho de João César Oliveira e de Julia Kubitschek. Diplomou-se em 1927 na faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Em 1934 ingressou na carreira política e filiou-se ao Partido Progressista de Minas Gerais para concorrer ao cargo de Deputado Federal. Iniciou em 1935 seu

superou o modelo econômico até então vigente, acenando a possibilidade de transformações estruturais aceleradas, através da implantação de um núcleo capitalista dinâmico e integrado, capaz de gerar novas frentes de emprego e a melhoria do nível de vida geral (LINHARES; FLAMARION; TEIXEIRA & MENDONÇA, 1990, p. 343).

A ação deste novo governo foi baseada num Plano de Metas que definia seis grandes objetivos econômico-sociais que deveriam ser alcançados pelo presidente: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação³⁵ e a construção de Brasília. A prioridade econômica do governo foi a de completar o processo de substituição de importações e produzir, no Brasil, automóveis, máquinas e equipamentos (CALDEIRA, 1997, p. 294). Segundo Cunha (2002, p.132), a meta referente à educação recebeu pouca atenção da política de JK. Alguma relevância foi dada à destinação de recursos para a qualificação de mão de obra para as empresas, já que era um fator relevante para o desenvolvimento industrial.

Através do Plano de Metas, o Brasil ingressou em sua fase de economia industrial avançada, concretizando-se uma estrutura monopolista específica que articulou: a multinacional, a empresa privada nacional e a empresa pública: dando prioridade ao setor produtivo de bens de consumo duráveis e à internacionalização da economia brasileira (LINHARES; FLAMARION; TEIXEIRA & MENDONÇA 1990, p. 334).

Para garantir apoio dos trabalhadores, o governo contou com dois importantes fatores: o impacto da industrialização acelerada sobre a massa total de empresas e o patrocínio de uma

primeiro mandato parlamentar. JK manteve-se afastado do cenário político durante o Estado Novo voltando a exercer suas funções médicas como chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital Militar. Em 1940, assumiu o cargo de prefeito de Belo Horizonte onde se dedicou às obras de infra-estrutura da cidade. Participou ativamente dos trabalhos de criação do Partido Social Democrático (PSD). Ao ser promulgada a nova Carta em setembro de 1946, a Assembléia Constituinte foi transformada em Congresso ordinário, permanecendo Juscelino no exercício de seu mandato na Câmara Federal. Em 31 de janeiro de 1951 conquistou as eleições do governo mineiro. A base de sua administração seria o binômio: energia e transporte e lançar MG na fase de industrialização. Após o lançamento de sua candidatura à presidência foi iniciada uma movimentação contra as eleições, mas em 31 de janeiro de 1956, JK assumiu a presidência sob aliança partidária PSD-PTB. Dentre suas ações na presidência, JK instituiu o Plano de Metas, transferiu a capital para Brasília e propôs a criação da Universidade de Brasília. Encerrou seu mandato em 1961. Em 1968, JK abandonou o cenário político e dedicou-se a vida empresarial. Em 1974 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Faleceu vítima de acidente automobilístico em 22 de agosto de 1976 (BIOGRAFIAS - OS ANOS DE JK- DHBB- FGV).

“ideologia de Estado” mobilizadora que engajasse os trabalhadores no projeto de modernização nacional (LINHARES; FLAMARION; TEIXEIRA & MENDONÇA, 1990, p. 335).

O favorecimento ostensivo à concentração de capitais e empresas propiciados pela inserção das multinacionais em nosso território levou à necessidade da superioridade tecnológica e financeira do mercado que passou a requerer fornecimento dos demais setores em uma intensidade tal que somente poderia ser atendido por investimentos de alto porte. Doravante, as oportunidades para o pequeno capital estariam dificultadas. O setor produtivo estatal, responsável pelos bens de produção, não conseguiu crescer em escala compatível com a demanda do setor de bens duráveis. Foi necessário recorrer às importações devido à escassez interna de insumos básicos, gerando dependência externa da economia brasileira e elevação da produtividade do trabalho sem repasses e, também, inflacionada (LINHARES; FLAMARION; TEIXEIRA & MENDONÇA, 1990, p. 336).

Após a Segunda Guerra Mundial, especialmente na década de 1950, o crescente interesse pelo desenvolvimento levou economistas e políticos a dedicarem, cada vez mais, atenção à saúde como fator de crescimento econômico. Assim, a saúde passou a ser considerada investimento para o desenvolvimento e instrumento de eliminação de pobreza (CAMPOS, 2006, p. 194).

Segundo Lima & Pinto (2003, p. 1045), a aceleração do processo de urbanização, a ampliação da massa trabalhadora, as precárias condições de higiene, saúde e habitação e a acumulação de capital industrial faziam com que a sociedade demandasse políticas sociais capazes de dar conta dos problemas mencionados. O Estado passou a não mais responder à questão social de maneira policial, à proporção que os problemas de saúde passaram a ser tratados como fatos políticos inseridos nas relações de poder.

No pós-segunda Guerra Mundial, as conquistas científicas e tecnológicas, tais como o desenvolvimento de importantes antibióticos, fomentou um ambiente de “otimismo sanitário”, ou seja, a crença de que a ciência e as novas tecnologias poderiam eliminar as doenças infecciosas, trazendo o progresso. Este otimismo teve como desdobramento as campanhas regionais e mundiais de erradicação de doenças, como, por exemplo, a proposta de erradicação internacional da malária (CAMPOS, 2006, p. 201).

Na década de 1950, os modelos de atenção à saúde ficaram caracterizados de forma dicotômica, pois, por um lado, os serviços vinculados ao recém criado Ministério da Saúde (MS) se organizaram por meio das ações da saúde pública e, em parte, com a assistência hospitalar, ligada aos serviços nacionais específicos como câncer, malária e saúde mental. Possuía caráter preventivo com destaque para as ações do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)³⁶ e as campanhas voltadas para o combate de endemias tais como, varíola, sarampo e tuberculose.

Por outro lado, consolidava-se uma estrutura de assistência médica individual, de caráter curativo amparado por uma rede de hospitais vinculados ao Ministério do Trabalho e, também, às instituições Filantrópicas e à medicina privada.

Havia uma tendência para a construção de hospitais cada vez maiores em quantidade e extensão, colocando em segundo plano a rede de postos de saúde, consultórios e ambulatórios (PERES s/d).

Em ambos os modelos o hospital passou a ser um cenário não só de terapêuticas e curas, mas também um espaço para o consumo dos produtos oriundos da indústria médico-farmacêutica, de negociações políticas e de desenvolvimento de práticas e saberes.

³⁶ Serviço Especial de Saúde pública foi criado em 1942 e atuou no Brasil, até 1960, quando tornou-se a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). O SESP era financiado com recursos norte-americanos e brasileiros e elaborou suas políticas sanitárias a partir de um acordo com o Instituto de Assuntos Interamericanos. Empreendeu políticas sanitárias voltadas para as populações do interior, montou uma rede de unidades sanitárias e outros equipamentos; construiu e Administrou escolas de enfermagem, hospitais, centros de saúde, além de praticar educação sanitária (CAMPOS, 2006, p.14).

O debate intelectual concentrou-se na reflexão acerca das contradições presentes na sociedade, o que, longe de representar uma “traição” ao nacionalismo, correspondeu à sua releitura surgindo o Nacional-Desenvolvimentismo³⁷. O responsável pela sua elaboração foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955 sob os auspícios do Ministério da Educação, para promover estudo dos problemas brasileiros. Reunindo intelectuais das mais diversas filiações ideológicas e áreas do saber, a agência tornou-se a matriz de um certo tipo de pensamento destinado à mobilização social em torno do progresso do país (LINHARES; FLAMARION; TEIXEIRA & MENDONÇA, 1990, p. 347).

Através de um discurso pontuado por qualificações como novo, dinâmico, simples, moderno, o desenvolvimento atualizava o país sobre as tendências vigentes no seio do capitalismo internacional. Em termos culturais isso equivaleu às tentativas de eliminar toda e qualquer mancha à imagem de um Brasil cosmopolita e urbano, resultando na lenta diluição de temáticas e formas de expressão artísticas prevalentes da era Vargas (LINHARES; FLAMARION; TEIXEIRA & MENDONÇA, 1990, p. 347).

Na década de 1950, o campo da educação no Brasil foi caracterizado pelo crescimento do número de escolas de nível superior. Segundo fontes do Ministério da Educação e Cultura, até 1930 tinham sido criadas 78 escolas de nível superior, entre 1930 e 1960 o número aumentou para 338. Em 1950, o quantitativo de estudantes em universidades foi contabilizado como quase o dobro, em comparação com o ano de 1935 (SOUZA, 1984, p. 74).

A necessidade de formar enfermeiros para atender as exigências provocadas pelo crescimento da demanda hospitalar possivelmente, resultou na grande expansão de escolas de enfermagem no Brasil. Data de 1949 o funcionamento no país de 13 escolas de enfermagem localizadas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Anápolis, Goiânia, Belém e Fortaleza (RESENDE, 1961, p.114). Segundo Baptista & Lima (2002, p. 362), entre as

³⁷Ideologia de mobilização popular no sentido de preservar as riquezas nacionais e empreender um desenvolvimento alavancado pelo Estado (D'ARAUJO 1999 p.101).

décadas de 1940 e 1960 já era possível entender a criação de cursos de enfermagem como investimento atraente, pois a expansão da rede hospitalar nesse período requeria profissionais que pudessem assegurar produtividade. A partir daí, o ensino de enfermagem ganhou dimensões econômicas e assumiu importância como fator de mobilização de recursos.

No documento Relatório Final do Levantamento de Recursos Humanos e Necessidades de Enfermagem 1956-1958 (p. 38), elaborado pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), consta que, em 1956, verificava-se no Brasil a existência de 33 escolas de enfermagem, das quais 2 localizadas no Norte, 4 no Nordeste, 12 Sudeste, 12 no Sul e 3 no Centro-Oeste. Dessas escolas, 13 eram subordinadas à administração governamental e 20 eram particulares.

Os diplomas emitidos pelas escolas de enfermagem do país até dezembro de 1956 revelaram um total de 4.517 enfermeiros, mais 205 estrangeiros, sem revalidação de diploma. Pelo levantamento das escolas, hospitais e instituições de saúde pública chegou-se a conclusão de que o número daqueles elementos em atividade era de aproximadamente 3.600, assim distribuídos em 68,7% em hospitais, 15,2% em saúde pública, 10,5% em Escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e 5,6% em outras atividades de enfermagem³⁸.

Após a regulamentação da Lei 775/1949, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto teve sua reorganização reconhecida, encontrando respaldo legal para manter-se diplomando enfermeiros, evitando assim a legitimação da denominação “enfermeiro auxiliar” como previam a Lei. 4.725 e o Decreto 10.472, ambos de 1942. Também acabou com a necessidade de equiparação das demais escolas à Escola Anna Nery³⁹ (MONTEIRO & AMORIM, 2007, p.11).

³⁸ Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958. p. 52. Publicado pela Associação Brasileira de Enfermagem 1976-1980. Disponível no Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem - CEPEn-Brasília.

³⁹ O Decreto 20.109 de 15/06/1931 regulou o exercício da enfermagem no Brasil e determinou que a Escola Ana Nery seria a escola padrão oficial. As escolas oficiais ou particulares que desejassem equiparação deveriam corresponder a requisitos básicos nos moldes da escola padrão, no que correspondessem à direção, às condições para admissão, à duração do curso etc (RESENDE, 1961, p.113).

Amorim (2004, p.197) relatou que o projeto de Maria de Castro Pamphiro para a Escola constituiu-se, fundamentalmente, na conquista de um espaço de autonomia institucional no campo da educação, em pé de igualdade com as demais escolas reconhecidas como de alto padrão.

Durante a sua gestão, foram introduzidas cerimônias religiosas, premiações aos melhores alunos, atividades culturais, confecção de novos uniformes, incorporação de rituais como a entrega da insígnia e da touca. O relacionamento entre a direção e os alunos da EEAP era mantido por meio de um regime controlador no espaço da EEAP, objetivando garantir a ordem e o respeito por parte dos alunos. Os estudantes que viviam sob o regime de internato deveriam seguir as regras estabelecidas pela direção. Caso algumas dessas regras fossem descumpridas, os estudantes prestavam esclarecimentos à diretora e recebiam advertências (MEIRELLES & AMORIM, 2008, p.11).

As estratégias e atitudes utilizadas por Maria de Castro Pamphiro eram marcadas pelo autoritarismo, repressão, imposição de regras e hierarquização reproduzindo características semelhantes àquelas impostas pelo Estado Novo (1937-1945), já que durante esse período, a enfermagem brasileira recebeu forte influência do autoritarismo de Vargas e da Igreja Católica.

A busca pela liberdade de expressão e o repúdio contra ações autoritárias afloradas pelo processo de redemocratização a partir de 1945, fez com que as principais autoridades da enfermagem passassem a refletir sobre o excesso de tradições e atitudes utilizadas no ensino da enfermagem brasileira como consta no artigo “A formação moral da estudante de enfermagem” publicado nos Anais de Enfermagem de 1952⁴⁰.

“Seria aconselhável revermos as bases das nossas idéias de autoridade, que muitas vezes hipertrofiada, mesmo desvirtuada, impõe à mocidade independente de hoje um fardo

⁴⁰ A formação moral da estudante de enfermagem. Anais de Enfermagem V.1, janeiro de 1952. Dedicado ao V Congresso Nacional de Enfermagem ocorrido de 11 a 18 de novembro de 1951, DF, Rio de Janeiro. Disponível no Acervo da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn- RJ.

quase insuportável e dificulta as relações harmoniosas dos corpos docente e discente” (PAIXÃO, 1952, p. 21).

Os estudantes argumentavam que a aquisição de cultura passou a ser uma aspiração e um direito de todo povo, e que as organizações de ensino no Brasil não satisfaziam ainda a necessidade de contribuir para a melhoria do nível cultural da população, afirmando ainda que os métodos educacionais em vigor no país, “arcaicos e rotineiros”, eram prejudiciais à formação da mocidade (II Congresso Nacional dos Estudantes, 1938).

Segundo Bourdieu (1997, p. 19-21), a estrutura das posições sociais é resultante da distribuição das diferentes espécies de capital entre os diversos agentes em luta. Souza (1984, p.74) afirma que as classes médias viam na educação, sobretudo, um instrumento para a conquista de um novo *status* social, além de meio para alcançar as formas e as técnicas de saber que podiam garantir a continuidade dos processos de participação sócio-econômica e cultural ascendente.

Entre os anos de 1945 e 1964, o movimento estudantil brasileiro consolidou-se como um movimento organizado, com grande capacidade de mobilização de massas e com uma direção política crítica contestadora em relação ao Estado. Os estudantes participaram ativamente dos debates políticos em seus diferentes momentos: na campanha “O petróleo é nosso”, na luta pela reforma universitária e nas campanhas pelas reformas de base (ARAÚJO, 2007, p. 62).

Segundo Poerner (1979, p. 179), de 1947 a 1950, a UNE ficou sob hegemonia dos estudantes ligados ao Partido Socialista Brasileiro. Nessa fase, a UNE se destacou na luta pela defesa do patrimônio territorial e econômico do Brasil, com a campanha de criação da PETROBRÁS e pela proteção de riquezas minerais brasileiras.

A partir de 1947, surge a campanha “O petróleo é nosso” que foi um grande movimento cívico, de cunho nacionalista, que empolgou grandes parcelas da sociedade

brasileira: estudantes, intelectuais, artistas, militares nacionalistas, militantes comunistas e socialistas. O movimento se opunha à concessão das jazidas petrolíferas para a exploração de empresas estrangeiras e foi um dos maiores movimentos de opinião pública, no qual os estudantes participaram ativamente (ARAÚJO, 2007, p. 63).

A UNE, sob direção dos estudantes udenistas (período de 1950 a 1956), pode ser considerada um fato isolado e estranho à tradição da entidade. De uma forma geral, ao longo de sua existência, a UNE foi sempre associada às correntes de esquerda presentes no movimento estudantil brasileiro. Assim como também a própria historiografia sobre a entidade valoriza seu conteúdo e sua direção política de esquerda (ARAÚJO, 2007, p. 79).

A ascensão direitista na UNE coincidiu com o início da infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro. Essa fase corresponde ao decréscimo na participação política estudantil, principalmente de 1952 a meados de 1954, período em que a apatia do movimento se viu agravada pelo surgimento do “peleguismo” universitário (POERNER 1979, p. 182).

Com o início do governo de Juscelino Kubitscheck, a liderança estudantil reacionária teve sua atenção voltada mais para a obtenção de empregos públicos criados com o surgimento de novas empresas - em decorrência de o país haver ingressado numa fase de desenvolvimento econômico - do que, propriamente, para a repressão policial aos seus colegas progressistas. Dessa “negligência” direitista se aproveitou o grupo democrático que já havia reconquistado, em outubro de 1955, a presidência da União Metropolitana de Estudantes, com a eleição de José Batista de Oliveira Junior (POERNER, 1979, p. 184).

De 1956 a 1960, durante todo o período do governo de JK, a UNE gozou de grande liberdade e prestígio. O presidente tinha um canal de diálogo sempre aberto para os estudantes e suas entidades representativas (ARAÚJO, 2007, p. 86).

Durante a permanência do Ministro da Educação e Cultura, Candido Motta Filho⁴¹, foi publicado o Decreto nº 37.613/ 1955, que regulava a constituição dos órgãos de representação do corpo discente e suas relações com a direção dos institutos de ensino superior. Consta em seu primeiro artigo:

“O corpo discente de cada um dos estabelecimentos de ensino superior deverá organizar associações destinadas a criar e desenvolver o espírito de classe, a defender os interesses gerais dos estudantes e a tornar agradável e educativo o convívio entre membros dos corpos discentes.”⁴²

Destacamos aqui a importância desse Decreto na regulamentação dos espaços, das práticas do comportamento dos agentes individuais e coletivos do campo da educação. Nesse caso, os estudantes que, por meio de alianças, conquistaram o poder de impor, interrogar, responder e proferir um discurso autorizado em prol do estabelecimento dos Diretórios Acadêmicos nas instituições de ensino das diversas áreas profissionais.

O Decretoº 37.613/1955 dispôs que *as direções dos estabelecimentos de ensino não poderiam intervir na vida do Diretório Acadêmico* o que lhes conferiam mais poderes e autonomia para legitimar as decisões na defesa dos interesses dos estudantes.

Essa autonomia dos estudantes relativa aos seus interesses enquanto grupo poderia subtrair parte do poder conquistado pelas enfermeiras diplomadas que exerciam na constituição do *habitus* profissional utilizados a partir do período de (1923 –1931),

⁴¹ Advogado, professor, jornalista, ensaísta e político, nasceu em São Paulo, SP, em 16 de setembro de 1897. Em sua vida política, participou da Revolução Constitucionalista. Durante o Estado Novo, foi chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda. Foi nomeado Ministro do Trabalho no Governo Gaspar Dutra, e ocupou o cargo de Ministro da Educação e Cultura no Governo Café Filho. Foi presidente nacional do Partido Republicano. Faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 4 de fevereiro de 1977. Disponível em <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/candidomotafilho.htm>

⁴²Decreto 37.613 de 19 de julho de 1955- Regula a constituição dos órgãos de representação do corpo discente e suas relações com a direção dos institutos de ensino superior. Coleções e Leis do Brasil. P.243-246. Disponível na Biblioteca do Ministério da Fazenda/ Centro de Estudos Documentação Rui Barbosa –RJ.

caracterizado pela consolidação do modelo anglo-americano de enfermagem implantado no espaço da EAN e da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED)⁴³.

Na EEAP, somente após 53 anos de sua existência é que o controle administrativo e pedagógico da Escola veio a ser conquistado pelas enfermeiras diplomadas, com a chegada de Maria de Castro Pamphiro na direção da Escola.

Antes disso, a formação de enfermeiras e enfermeiros na EEAP foi controlada, durante cinco décadas, por médicos psiquiatras, os quais mencionavam que as enfermeiras deveriam ter alguns atributos que eram inerentes à condição feminina, tais como: caridade, meiguice e espírito de sacrifício. Além disso, evocavam a enfermeira como submissa e sem iniciativa própria, cuja prática deveria estar limitada a auxiliar o médico como mera executora de ordens, e apenas o valor moral deveria estar em primeiro plano (SILVA JUNIOR & BRAGA, 2002, p. 6).

A Lei 775 de 1949 instituiu, compulsoriamente, a criação de escolas de enfermagem em centros universitários ou sedes de faculdades de Medicina, e estipulou condições de admissão aos cursos de enfermagem semelhantes aos de outros institutos de nível superior, reafirmando a relação entre a Universidade e as Escolas de Enfermagem⁴⁴.

Segundo Santos, Trezza;, Candiotti & Leite (2002, p. 568) a lei 775/1949 contribuiu para consolidar a inserção da enfermagem no ensino universitário, o que foi visto pelas enfermeiras como um avanço, ou seja, uma vitória firmada em lei.

A tendência de preparar enfermeiros em instituições de ensino superior foi expressa em um dos “considerandos” incluídos na apresentação do Decreto 20.109/1931 e posteriormente, acentuou-se com a incorporação da Escola de Enfermeiras Ana Nery à

⁴³ A Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) foi fundada em 12 de agosto de 1926 pelas primeiras enfermeiras formadas pela Escola de Enfermagem Ana Nery, no Rio de Janeiro. Manteve esse nome até 1928, quando passou a ser dominada de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, sendo, então, registrada juridicamente. Em 1954 recebeu o nome de Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), conservando-o até os dias atuais (CARVALHO, 1976, p. 1-38).

⁴⁴ Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958. p. 220. Publicado pela Associação Brasileira de Enfermagem 1976-1980. Disponível no Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem - CEPEn-Brasília.

Universidade do Brasil, a princípio como instituto complementar e em 1945 como uma unidade autônoma da Universidade do Brasil, e com a criação em 1942 e 1946, respectivamente, de duas escolas de enfermagem, uma no Estado de São Paulo e outra no estado da Bahia, anexas às faculdades de Medicina das Universidades daqueles estados⁴⁵.

Ressalta-se que o ensino superior, de caráter seletivo, era ministrado ou em escolas isoladas ou em universidades que se constituíssem pela reunião, sob a administração comum autônoma, de três ou mais estabelecimentos de ensino superior. Um dos seus objetivos era a habilitação para o exercício das profissões técnico-científicas e liberais.⁴⁶

No documento relatório final do Levantamento de Recursos Humanos e Necessidades de Enfermagem 1956-1958 consta que, em 1956, a filiação à universidade assumia dupla modalidade. As escolas poderiam ser constituídas por institutos autônomos com representação nos Conselhos Universitários e Reitoria. Nesse caso, existiam quatro escolas nessa situação. Na outra modalidade, as escolas se filiavam às universidades através da Faculdade de Medicina e as Escolas de Enfermagem não possuíam representação no Conselho Universitário. Nessas condições existiam cinco escolas das quais quatro eram incorporadas a universidades governamentais e uma era agregada a Universidade Católica⁴⁷.

Ao ser concedida a autorização para o funcionamento do ensino da enfermagem, a EEAP foi considerada “Escola de Enfermagem”, termo tomado em sua acepção legal e conceituado pela Lei 775 de 1949⁴⁸. Essa lei também determinou que, após a autorização do funcionamento das Escolas, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) deveria promover o

⁴⁵ Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958. p. 220. Publicado pela Associação Brasileira de Enfermagem 1976-1980. Disponível no Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem - CEPEn-Brasília.

⁴⁶ Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958. p. 220. Publicado pela Associação Brasileira de Enfermagem 1976-1980. Disponível no Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem - CEPEn-Brasília.

⁴⁷ Não foi possível identificar quais eram essas escolas. Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958. p. 229. Publicado pela Associação Brasileira de Enfermagem 1976-1980. Disponível no Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem - CEPEn-Brasília

⁴⁸ Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958. p.217. Publicado pela Associação Brasileira de Enfermagem 1976-1980. Disponível no Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem - CEPEn-Brasília.

reconhecimento mediante aprovação, levando a efeito por enfermeiro designado pela Diretoria de Ensino Superior do referido Ministério.

Apesar de ser autorizado a continuidade de seu funcionamento, a EEAP encontrava-se em uma situação particular, pois o fato de ser subordinada ao Ministério da Saúde acabava por ocasionar o afastamento das relações administrativas entre Maria de Castro Pamphiro e os agentes que ocupavam as posições mais altas no campo da educação e que tinham o poder de decidir sobre as questões do ensino da enfermagem brasileira, assim como de emitir parecer sobre o reconhecimento das Escolas.

Ao comparar a qualidade do ensino entre as Escolas de Enfermagem, o Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958 (p. 38) afirmou que as Universidades proviam para suas Escolas de Enfermagem condições físicas, bem como educacionais, melhores do que outras instituições que não eram vinculadas às Universidades, quer concedendo recursos diretamente à escola, quer facilitando meios, não só para uso de salas de aula e laboratórios, mas também para várias espécies de experiência clínicas necessárias ao preparo dos enfermeiros.

As enfermeiras diplomadas necessitando definir os rumos da profissão na sociedade brasileira almejavam a consolidação do ensino da enfermagem Universitário para a preservação de seu “status” profissional e o estabelecimento de suas posições no campo do ensino.

Como a inserção das Escolas de Enfermagem nas Universidades contribuía para o desenvolvimento da enfermagem brasileira como profissão de nível superior, seriam necessários uma postura mais acadêmica e um discurso bem fundamentado na investigação científica. As enfermeiras diplomadas começaram a criticar métodos de ensino ultrapassados os quais se distanciavam daqueles utilizados pelo ensino superior, como por exemplo, o sistema de internato.

Waleska Paixão, diretora da EAN, em seu trabalho intitulado “A formação moral da estudante de enfermagem⁴⁹” discorre quanto à organização da vida das estudantes no internato e reflete que o internato oscila entre o excesso de disciplina, prejudiciais ao próprio desenvolvimento do espírito de iniciativa e do senso de responsabilidade, tão necessários à enfermeira, e uma falsa noção de liberdade que omite a moderada regulamentação indispensável a uma casa destinada a abrigar tantas jovens e contribuir para a sua formação. Qual será a chave desse equilíbrio no qual devemos nos estabelecer para realizarmos um trabalho realmente fecundo? (PAIXÃO, 1952, p.21).

Para o grupo de enfermeiros⁵⁰ que produziram o “Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958”, o sistema de ensino de enfermagem visava dar uma verdadeira e autêntica habilitação para o exercício profissional correlacionando teoria e prática durante todo o período de formação da estudante, contando com professores e alunos de tempo exclusivo, favorecendo assim longos períodos de convivência entre um grupo e outro, deste modo, se divergiu do sistema de ensino superior, de educação comumente mais acadêmica e freqüentemente de tempo parcial. Esses fatores contribuíram para que as Escolas de Enfermagem se constituíssem em escolas atípicas dentro das Universidades, sem o status de instituição de ensino superior⁵¹.

⁴⁹ A formação moral da estudante de enfermagem. Anais de Enfermagem V.1, janeiro de 1952. Dedicado ao V Congresso Nacional de Enfermagem ocorrido de 11 a 18 de novembro de 1951, DF, Rio de Janeiro. Disponível no Acervo da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn- RJ.

⁵⁰ Participaram da pesquisa 9 enfermeiras que formaram o Conselho de Colaboradores: A presidente era Maria Rosa Sousa Pinheiro, representando a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn). As demais integrantes listavam: Edith de Magalhães Fraenkel, ex-presidente da Aben; Glete de Alcântara, presidente da Comissão de Educação da ABEn; Irmã Helena Couto, diretora do Departamento de Assistência à Saúde; Izaura Barbosa Lima, chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde; Maria Gabriela Nogueira, presidente da Sub-Comissão de Diretoras de Escolas de Auxiliares de Enfermagem da ABEn; Marina de Andrade Resende, diretora da Divisão de Enfermagem do Serviço Especial de Saúde Pública; Waleska Paixão, presidente da Sub-Comissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem e Percília de Aguiar, professora da Escola de Enfermagem Hugo Werneck- Santa Casa de Misericórdia (MG).

⁵¹ Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958. p. 221. Publicado pela Associação Brasileira de Enfermagem 1976-1980. Disponível no Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem – CEPEn-Brasília.

Em novembro de 1951, através do V Congresso Nacional de Enfermagem, realizado no Distrito Federal-RJ, as diretoras enfermeiras de escolas de enfermagem começaram a debater sobre a importância da formação das organizações estudantis, incluindo suas finalidades e operacionalização das mesmas. Também foi definido o papel do docente e seu relacionamento com o corpo estudantil.

Ao organizar o V Congresso Nacional de Enfermagem, as enfermeiras diplomadas convidaram estrategicamente as principais autoridades do campo político, da educação e saúde para fazer valer sua própria visão da formação profissional e do desenvolvimento da enfermagem brasileira assim como, promover visibilidade, conquistar e ocupar espaços no campo da educação e saúde.

O V Congresso Nacional de Enfermagem contou com a presença dos principais porta vozes do campo político, da educação e da saúde. Foram convidados de honra o Presidente Getúlio Vargas, o Ministro de Educação e Saúde, Simões Filho, o Reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, o Diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS) Dr. Arlindo de Assis.

No que se referia à enfermagem, estavam presentes a Presidente da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), Waleska Paixão e diretoras diplomadas de Escolas de Enfermagem do Brasil, incluindo, Maria de Castro Pamphiro que foi membro organizador da comissão social e da comissão de registros.

Os resultados do V Congresso Nacional de Enfermagem foram favoráveis ao incentivo da formação de organizações estudantis para as escolas de enfermagem. A partir do momento que a existência das associações estudantis torna-se uma condição para o reconhecimento e a equiparação dos estabelecimentos de ensino do Brasil, as diretoras das escolas de enfermagem passam a desenvolver propostas que estimulassem o desenvolvimento dos diretórios acadêmicos.

Segundo Bourdieu (2007, p.175), o privilégio concedido na elaboração da representação legítima, a qual as propostas são de imediato submetidas à aprovação de um grupo e só podem ser impostas por profissionais capazes de manipular ao mesmo tempo idéias e grupos: criando idéias capazes de produzir grupos, e manipulando estas idéias de maneira a garantir-lhes a adesão de um grupo.

Sendo assim, consta nas resoluções do V Congresso Nacional de Enfermagem algumas recomendações direcionadas às diretoras das Escolas de Enfermagem estabelecendo que as mesmas deveriam:

“promover a criação de um órgão nas escolas que reúna membros do corpo docente e representantes do corpo discente, com a responsabilidade de promover governo conjunto para a escola em todos os assuntos que não sejam de alçada exclusiva dos outros órgãos do estabelecimento, e principalmente destinada a deliberar em conjunto sobre os assuntos que dizem respeito à vida do aluno fora das áreas do ensino sistemático da escola e que incentivem o contacto dos estudantes de enfermagem com outros estudantes universitários”⁵²”

Observamos no artigo “Organizações Estudantis em Escolas de Enfermagem”⁵³ de Maria Julieta Calmon Villas-Boas⁵⁴, que as principais finalidades das Organizações Estudantis em escolas de enfermagem eram: desenvolver a personalidade profissional das estudantes; orientar e proporcionar atividades extra-curriculares; manter o contato entre os estudantes de diversas escolas e fazer com que os alunos participem dos problemas da Escola e da profissão que escolheram (VILLAS- BOAS, 1952, p.46).

Villas-Boas (1952, p.47) definiu que as organizações estudantis eram dispostas das:

⁵² Resolução do V Congresso Nacional de Enfermagem (p.15). Anais de Enfermagem V.1, janeiro de 1952. Dedicado ao V Congresso Nacional de Enfermagem ocorrido de 11 a 18 de novembro de 1951, DF, Rio de Janeiro. Disponível no Acervo da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn - RJ.

⁵³ Organizações estudantis em escolas de enfermagem. Anais de Enfermagem V.1, Janeiro de 1952. Dedicado ao V Congresso Nacional de Enfermagem ocorrido de 11 a 18 de novembro de 1951, DF, Rio de Janeiro. Disponível no Acervo da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn- RJ.

⁵⁴ Professora de enfermagem médica e enfermagem oftalmológica na Escola de Enfermagem da Bahia; Enfermeira Chefe da clínica médica e oftalmológica no Hospital das Clínicas da Bahia. Cabe destacar que Maria Julieta Villas-Boas foi a primeira presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (Eeufba) fundado em 1947.

Associação Nacional de Estudantes de Enfermagem – Cujo seu principal objetivo era estabelecer contato entre os estudantes de todas as escolas do país, com reunião anual durante o congresso da Associação Brasileira das Enfermeiras Diplomadas (ABED);

Diretório Acadêmico ou Centro Acadêmico - Órgão que define na sociedade estudantil a posição das Escolas de Enfermagem, colocando –as no padrão de escola superior, como todas as outras que pertencem à organização central de estudantes (UNE);

Juventude Universitária Católica (JUC) - Única organização de caráter religioso no Brasil, com a meta de aprofundar os conhecimentos religiosos dos estudantes;

Associação das Antigas Alunas - Tinha como finalidade o contato entre a Escola e as ex-alunas;

Junta Administrativa - Formada pelo corpo Docente, incluindo a diretora da Escola e membros da Diretoria do Diretório Acadêmico, com a intenção de harmoniosamente, resolver os problemas emergentes da Escola.

A utilização da palavra “harmoniosamente” configurava a necessidade do docente em participar ativamente das decisões referentes aos Diretórios Acadêmicos, utilizando a estratégia de acomodação, os docentes conseguiriam legitimar algumas decisões e manter o controle dos acadêmicos no interior das Escolas de Enfermagem.

Como recomendação, Villas-Boas (1952, p. 47) enfatizou que os Diretórios Acadêmicos das Escolas de Enfermagem deveriam basear os seus Estatutos de Diretórios naqueles padronizados pelos diretórios das Universidades, organizados pela UNE já que: “*Já se foi o tempo em que os estudantes de enfermagem eram um elemento diferente, todos os estudantes devem falar a mesma língua*”.

As enfermeiras diplomadas para consolidar o ensino de enfermagem nos moldes do ensino universitário, além de cumprir com as determinações da Lei 775/1949, também

tiveram que enfrentar novas exigências após ser regulamentado o Decreto 37.613/1955⁵⁵, o qual determinou que *a existência da associação estudantil deveria se tornar obrigatória e condição para o reconhecimento e equiparação dos estabelecimentos de ensino superior do Brasil.*

Esse fato despertou a atenção das enfermeiras diplomadas, já que os estudantes passaram a ser vistos como grupo de agentes capazes de conservar ou transformar estruturas no campo da educação. Para que fosse conservada a estrutura de poder conquistada pelas enfermeiras diplomadas, as mesmas tiveram que adotar discursos e estratégias que influenciassem a vida dos estudantes dentro e fora da escola tanto no público quanto no privado.

Para acelerar o processo de reconhecimento das escolas de enfermagem como as instituições de ensino superior, era necessário aproximar as características do ensino das escolas de enfermagem com as estruturas didáticas e administrativas aplicadas nas Universidades. Para tanto, as enfermeiras diplomadas passaram a discursar sobre a necessidade de igualar também as atividades que envolviam o corpo discente das escolas de enfermagem com as demais especialidades do ensino superior o que incluía a padronização dos estatutos dos Diretórios Acadêmicos.

O Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto foi fundado em 28 de maio de 1955, na sede da União Metropolitana dos Estudantes (UME), por meio da Assembléia Geral do Corpo Discente na qual contou com a participação dos membros do corpo discente da Escola e com os membros da União Metropolitana dos Estudantes.

⁵⁵Decreto 37.613 de 19 de julho de 1955- Regula a constituição dos órgãos de representação do corpo discente e suas relações com a direção dos institutos de ensino superior. Coleções e Leis do Brasil P.243-246. Disponível na Biblioteca do Ministério da Fazenda/ Centro de Estudos Documentação Rui Barbosa –RJ.

A participação da União Metropolitana dos Estudantes na criação do Diretório Acadêmico ocorreu por intermédio do seu presidente, José Batista Oliveira Junior⁵⁶, que se encontrava na qualidade de secretário da assembléia. Em seu discurso, esclareceu a posição da UME em “tomar a si a luta” pela fundação do Diretório Acadêmico (Ata da Assembléia Geral do Corpo Discente dia 28 de maio de 1955 p.1).

O Diretório Acadêmico da Escola foi estruturado pelo presidente, vice-presidente, secretário geral, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro geral, primeiro tesoureiro e segundo tesoureiro. De acordo com o Decreto 37.613 de julho de 1955, o diretório acadêmico deveria ser composto por, no máximo, nove membros, eleitos por maioria absoluta, em reunião que estivessem presentes, pelo menos, dois terços dos alunos regularmente matriculados⁵⁷.

Durante o período estudado, o Diretório Acadêmico passou por duas eleições. A primeira eleição foi realizada na data da criação do DA, em 28 de maio de 1955, na sede da União Metropolitana dos Estudantes. Ocuparam a direção do recém criado Diretório Acadêmico, o aluno Djalma Alves da Silva⁵⁸ e, como vice-presidente, Odin de Carvalho Barreto⁵⁹, representando a primeira diretoria Acadêmica da Escola de Enfermagem Alfredo

⁵⁶ José Baptista de Oliveira Junior, nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 18 de dezembro de 1932. Filho de José Baptista de Oliveira e Dagmar Teixeira Batista de Oliveira. cursou o estudo secundário na Academia de Comércio, em Juiz de Fora e o curso ginásial num internato denominado Ginásio Santo Antônio, em São João Del Rei. Participou do movimento católico secundarista e ajudou a fundar a Juventude Estudantil Católica em Juiz de Fora. Durante a sua gestão na União Metropolitana dos Estudantes, o nome de José Batista ficou evidenciado por ter liderado a luta contra o aumento do preço das passagens de bonde no Rio de Janeiro. Em 1956, foi eleito presidente da União Nacional dos estudantes (UNE), onde promoveu um amplo movimento de politização estudantil, abalando assim o controle que o Ministério da Educação e Cultura exercia no que diz respeito a esse aspecto. Estudou na faculdade de Direito na PUC, no Rio de Janeiro. Foi advogado da Confederação Nacional das Indústrias e chefe do departamento jurídico do sindicato dos ferroviários. Leciona na Faculdade de Cândido Mendes desde 1993 e onde, atualmente, é diretor da Faculdade de Direito (Projeto Memória do Movimento Estudantil.) Disponível em www.memoriaestudantil.org.br

⁵⁷ Decreto 37.613 de 19 de julho de 1955- Regula a constituição dos órgãos de representação do corpo discente e suas relações com a direção dos institutos de ensino superior. Art VI. Coleções e Leis do Brasil. p. 243-246. Disponível na Biblioteca do Ministério da Fazenda/ Centro de Estudos Documentação Rui Barbosa –RJ.

⁵⁸ Filho de João Alves da Silva e Maria José da Silva. Nasceu em 2 de abril de 1914, no estado de Mato Grosso. Católico. Concluiu o curso secundário no Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha, Niterói, em abril de 1953. Tinha a tipografia como profissão. Iniciou o curso de enfermagem na EEAP em março de 1953, como aluno externo, com bom aproveitamento, foi aprovado em todas as disciplinas e estágios. Concluiu em 1956. Fonte: Arquivo Setorial Maria de Castro Pamphiro.

⁵⁹ Odin de Carvalho Barreto nascido em 12 de janeiro de 1932, era filho de José Lopes Barreto e Neusa de Carvalho Barreto. Estudou o ginásial no colégio Piedade. Em março de 1955 iniciou o curso de auxiliar de enfermagem na EEAP e concluiu em outubro de 1957.

Pinto. Em 10 de agosto de 1956, ocorreu a substituição da presidência pelo aluno Raulimo Pereira, em virtude da formatura de Djalma Alves.

A segunda eleição foi em 19 de setembro de 1957, quando as alunas Valdete Oliveira Dantas e Maria de Fátima Santos assumiram, respectivamente, a presidência e a vice-presidência do Diretório Acadêmico. . Em 2 de junho de 1958, a presidência foi substituída por Neuza Ignêz da Silva⁶⁰.

Apesar de Maria de Castro Pamphiro ter sido uma das organizadoras do V Congresso Nacional de Enfermagem (1950) e participar dos debates referentes às tendências que direcionavam para a criação dos Diretórios Acadêmicos nas Escolas de Enfermagem, não encontramos, em seus relatórios anuais, a iniciativa de fundar um DA na EEAP.

Ao contrário, em torno da criação do Diretório Acadêmico da EEAP, foi evidenciado um jogo de forças estabelecidos entre o diretor do SNDM, a enfermeira diretora da EEAP e os acadêmicos da EEAP, integrantes do movimento estudantil, para conservar ou manter as estruturas das posições sociais existentes no espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.

⁶⁰ Vale ressaltar que também foram eleitos alunos para o cargo de secretário geral, primeiro e segundo secretários, tesoureiro geral, primeiro e segundo tesoueiros, contudo não foi possível identificá-los pela ausência dos nomes completos nas atas e relatórios do Diretório Acadêmico.

3. CAPÍTULO II

O DIRETÓRIO ACADÊMICO E AS RELAÇÕES DE FORÇA NA EEAP

Neste capítulo, descrevemos o surgimento do primeiro órgão de representação estudantil no espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. Analisaremos as relações de força existentes entre o diretor do SNDM, Jurandyr Manfredini, a diretora Maria de Castro Pamphiro e membros da primeira diretoria do Diretório Acadêmico, em torno do Diretório Acadêmico da EEAP que representou a chegada de um novo grupo de agentes capazes de influenciar na transformação da estrutura do espaço social da EEAP e questionar a permanência de Maria de Castro Pamphiro na direção da Escola.

As eleições dos dirigentes do Diretório Acadêmico significaram o que Bourdieu (2004 a, p.188) denominou como delegação pela qual um agente ou um grupo de agentes transfere poder para outrem. Ocorre, portanto, a transferência de poder pela qual um mandante autoriza um mandatário a assinar em seu lugar, a agir em seu lugar e a falar em seu lugar, dando, assim, o pleno poder de agir por ele.

Nesse sentido, na primeira eleição do DA, em 1955, os alunos pertencentes ao Diretório Acadêmico da EEAP, ou seja, os mandantes, delegaram Djalma Alves para ser o mandatário ou porta-voz, no intuito de mostrar e fazer valer os interesses do grupo.

Ao analisar o efeito de delegação, podemos perceber que foi aplicado também nas relações entre a UME e UNE e os Diretórios Acadêmicos das instituições de ensino. Segundo José Baptista de Oliveira, as eleições eram diretas e cada faculdade tinha uma urna e todos os estudantes votavam. Os Diretórios Acadêmicos elegiam os porta-vozes que deveriam representar a união universitária frente aos principais agentes do campo político.

“Nesse período as principais reivindicações eram sobre a questão do transporte na luta pela redução do preço dos bondes, a luta pelas defesas de nossas riquezas naturais, o movimento pela Petrobrás, pela moralização dos concursos públicos que nós descobrimos fraudes etc. Depois a favor do melhor custo de vida da Aliança Operária Estudantil. Fizemos também um seminário sobre a Reforma de Ensino já naquele tempo. Pela liberdade de imprensa uma vez colocamos um L vermelho enorme na sede da UNE porque queriam fechar os jornais na época, tudo que era a favor da liberdade a gente se metia” (José Baptista de Oliveira Junior, 2008).

A criação do Diretório Acadêmico foi tornada pública 45 dias após a fundação efetiva do Diretório Acadêmico. O evento⁶¹ ocorreu durante Assembléia Geral do Corpo Discente, ocorrida na EEAP, em 14 de julho de 1955, que contou com a presença das autoridades da Escola, ou seja, a diretora Maria de Castro Pamphiro e o diretor do SNDM Jurandyr Manfredini. Esse evento ficou caracterizado como um rito institucional, pois teve o objetivo de consagrar e legitimar o Diretório Acadêmico da EEAP, isto é, fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário.

De acordo com Bourdieu (1998, p.98-101) o rito institucional é um ato capaz de criar a diferença, de explorar de alguma maneira as diferenças preexistentes. Instituir, ou seja, dar uma definição social, uma identidade e também impor limites de fazer o que é de sua essência fazer e não qualquer outra coisa.

Nesse sentido ao ser revelada a criação do DA perante as autoridades da EEAP estabeleceu-se uma diferença entre os estudantes do passado, “pré-Diretório Acadêmico”, que eram mais submissos diante da diretora da EEAP e sem participação política, já os estudantes ligados ao movimento estudantil “pós- Diretório Acadêmico”, mais participativos com um discurso mais contestador, crítico e que tinham interesses na política e nas decisões que eram tomadas na Escola. Foi, a partir de então, revelada a formação de uma nova identidade

⁶¹ Ata da Assembléia Geral do Corpo Discente de 14 de julho de 1955. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

estudantil na EEAP, constituída de um grupo de agentes que tinham objetivos diferenciados e engajados em lutas específicas.

Maria de Castro Pamphiro tomou conhecimento da fundação do órgão de representação estudantil por meio de uma carta escrita pelo presidente do DA, Djalma Alves. Consta na Ata da Assembléia de 14 de julho de 1955, um trecho do conteúdo da carta lido por Maria de Castro Pamphiro a todos os presentes durante a Assembléia.

“Sr. Diretor da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto faça-lhe ciente que no dia 28 de mês próximo passado foi fundado o Diretório Acadêmico, desta Escola e Eu, Djalma Alves da Silva, eleito presidente e responsável por tudo, peço-lhe o reconhecimento do Diretório do qual me acho responsável.”⁶²

O fragmento da carta creditado pela diretora a Djalma representou o ato de instituição, ou seja, um ato de comunicação onde foi notificado à Maria de Castro Pamphiro e Jurandyr Manfredini a identidade do Diretório Acadêmico da EEAP, e em particular a autoridade de Djalma como representante desse Diretório (quem ele era e o que ele deveria fazer).

Essa carta também representou a reivindicação do monopólio do direito de falar e de agir em nome dos estudantes da EEAP já que a palavra pela qual o porta-voz anuncia uma vontade, um projeto, um porvir a um grupo, faz o que ela diz na medida em que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e material que lhes permite realizar-se. Basta que as idéias sejam professadas para que se tornem “idéias-forças” capazes de se imporem à crença, ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou desmobilizar (BOUDIEU, 2007, p. 187).

Também na Ata da Assembléia Geral do dia 14 de julho de 1955 (p.5), Maria de Castro Pamphiro declarou que o aluno Djalma faltou com ética por ter criado o DA sem lhe dar o prévio consentimento, mas que reconhecia, naquele momento, o Diretório Acadêmico.

⁶² Ata da Assembléia Geral do Corpo Discente de 14 de julho de 1955. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

Maria de Castro Pamphiro inicialmente esclareceu que o ato de criar o DA sem a sua autorização foi antiético, já que ela era responsável por zelar administrativamente pelo funcionamento dos serviços da Escola, de modo que, em uma escala hierárquica, a fundação do DA deveria ser submetida, inicialmente, à autorização da diretora da Escola.

Segundo relato de José Baptista de Oliveira, à época, existia uma relação de dependência entre os alunos e os diretores das faculdades e o fato de criar um DA sem a concordância da diretora era um gesto de rebeldia, já que o DA precisava de apoio dos diretores para alocar as suas instalações.

“A autonomia dos Diretórios Acadêmicos legalmente é maior hoje do que naquela época. Porque hoje após a constituição de 1988 os Diretórios passaram a ter necessariamente personalidade jurídica. Antes, forçosamente, a faculdade se metia, coordenando, presidindo apurando os votos, havia essa relação de dependência nesse sentido. A autonomia era conquistada. Dependia era de fato. Menos de direito do que de fato. Dependia da atuação dos estudantes da maturidade, competência para poder se impor. Isso sempre foi assim” (José Baptista de Oliveira Junior, 2008).

Cabe destacar que o desejo das diretoras enfermeiras, sobre o controle das ações pedagógicas das Escolas de Enfermagem, principalmente, de intervenção do movimento estudantil e da criação dos Diretórios Acadêmicos expressou o desejo de conservar a violência simbólica. A consolidação da violência simbólica resultou do exercício do poder que as diretoras enfermeiras detinham sobre os acadêmicos, sem necessidade de exercer força física. Assim, a dominação foi imposta e vivenciada pela presença de uma violência doce, suave, naturalizada e quase invisível (BOURDIEU, 1999, p.47).

Essa relação de violência simbólica se explicitou quando a diretora Maria de Castro não aprovou a atitude de Djalma Alves em criar o Diretório Acadêmico sem a sua autorização. A diretora acabou exercendo a prerrogativa da hierarquia institucional ao impor um poder arbitrário, coercitivo e dominante na intenção de fazer com que os acadêmicos

agissem segundo um certo código de normas e valores legitimados por ela para a criação do DA.

Por outro lado, o diretor do SNDM, Jurandyr Manfredini, congratulou os estudantes pela criação do Diretório Acadêmico. Ele afirmou que a fundação de um DA seria importante para o progresso da Escola e que se prontificava a ajudar no que fosse possível⁶³.

Tal fato limitou o discurso autorizado da diretora frente às lideranças dos estudantes do Diretório Acadêmico, visto que Jurandyr Manfredini, por situar-se na posição mais elevada hierarquicamente no espaço social da EEAP, poderia repreender a iniciativa dos estudantes, principalmente de Djalma e apoiar a visão da Diretora em julgar como “antiética” a ação mas, pelo contrário, congratulou a atuação dos estudantes pela criação do DA. Esse gesto indicou uma provável aliança entre o diretor do SNDM e os estudantes do recém criado Diretório Acadêmico e comprovou a influência que o diretor do SNDM mantinha nas atividades estudantis. Assim, Maria de Castro Pamphiro não conquistou a simpatia dos acadêmicos que lideravam o Diretório Acadêmico, ficando enfraquecida no jogo de redistribuição de poderes.

O então recém-criado Diretório Acadêmico passou a ser denominado Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini⁶⁴ em razão de ser este um porta-voz autorizado a ocupar a direção do SNDM e obter o reconhecimento dos alunos do Diretório Acadêmico da EEAP.

Bourdieu (1996, p.124 e 131) esclarece que a adoção do nome de família representa um conjunto de indivíduos aparentados ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou excepcionalmente, por “adoção” e que esta transmite capital simbólico hereditário, conferindo poder e prestígio. Desse modo, atribuir o nome do diretor do SNDM ao Diretório Acadêmico representava poder simbólico e significava o mesmo que adoção de um nome da família dos

⁶³ Ata de Assembléia Geral do Corpo Discente do dia 14 de julho de 1955, p.5. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

⁶⁴ O Relatório da Diretora Maria de Castro Pamphiro de 1955, p. 32 foi o primeiro documento em que encontramos a denominação do Diretório Acadêmico como Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

psiquiatras renomados que haviam ocupado posições hierárquicas de destaque no campo da psiquiatria.

A adoção do nome de Jurandyr Manfredini para o Diretório Acadêmico da EEAP concretizou, de uma certa maneira, uma aliança velada ou não, entre o diretor do SNDM e os acadêmicos da EAPP, já que lhes foi permitida a possibilidade de trocas, favores. Ambos os agentes foram favorecidos na disputa pelo jogo de poder. Jurandyr Manfredini obteve visibilidade, poder e prestígio e, em troca, conferiu aos acadêmicos da EEAP proteção e apoio.

Segundo depoimento do Sr. José Baptista de Oliveira Junior, a escolha do nome do Diretório Acadêmico dependia da conjuntura e do poder de pressão de cada grupo, principalmente daqueles que estavam no comando.

“As pessoas quando criavam o Centro Acadêmico, naturalmente que já indicavam qual seria o nome. Isso dependia de cada um, de cada grupo que tivesse no poder e da quantidade de pressão de cada grupo para poder indicar um nome e ser eleito. São sempre as minorias que resolvem as coisas mais importantes e acabam propondo, quer dizer, resolvem mas, tem que ter o apoio da maioria. Não são muitos que tem capacidade de liderança e competência para isso mas tem que saber envolver os outros” (José Baptista de Oliveira Junior, 2008).

Para Boudieu (2004 b, p. 35) existem duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capital científico. De um lado, um poder temporal (ou político) institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, ao poder sobre os meios de produção (contratos e créditos) e de reprodução (o poder de nomear de fazer as carreiras). E, de outro, um poder específico que é o prestígio pessoal mais ou menos precedente, segundo os campos e as instituições, e que repousa quase que exclusivamente sobre o reconhecimento.

Jurandyr Manfredini era, portanto, dotado dos dois tipos de poderes descritos pelo sociólogo Bourdieu (2004 b, p. 35). De um lado, como detentor do poder temporal - estava

posicionado no nível mais elevado hierarquicamente do SNDM, pois como diretor, tinha em suas mãos, o poder de orientar e coordenar; indicar portarias, ditar instruções e ordens de serviço ligados ao SNDM, incluindo a EEAP - assim como detinha o poder de reprodução pela admissão, dispensa e aplicação de penas disciplinares de seus subordinados.

Jurandyr Manfredini, durante sua trajetória profissional e iniciação no cenário político nacional, esteve em contato intenso com personalidades politicamente influentes pelo qual foi estabelecida uma rede de relações entre os principais agentes que ocupavam o campo político.

Nesse sentido, quando adotamos o pensamento de Bourdieu (2007, p.174) consideramos que para se estabelecer uma rede de relações, os agentes por excelência, ou seja, os partidos mobilizam, de maneira duradoura, o maior número de agentes que possuem a mesma visão de mundo social. Para garantirem essa mobilização duradoura, os partidos devem elaborar e impor uma representação de mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de seguidores e conquistar postos capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários.

O envolvimento partidário que Jurandyr Manfredini possuía estava em torno do Partido Social Democrático⁶⁵. Nele estava inserido a estrutura hierárquica necessária para a manutenção e conservação do poder temporal que Jurandyr Manfredini possuía, a listar Juscelino Kubitscheck, presidente do Brasil de 1956 a 1961, Aramis Taborda Ataíde, Ministro da Saúde entre 1954 e 1955 e Maurício de Medeiros, Ministro da Saúde entre 1955 a 1958.

⁶⁵ Partido Social Democrático foi um partido político brasileiro, fundado em 17 de julho de 1945 e extinto pela ditadura militar, através do Ato Institucional Número Dois (AI-2), em 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki>

A permanência de JK na presidência favoreceu a continuidade dos agentes que eram partidários ao PSD, ao mesmo tempo em que as relações entre esses agentes permitiam que eles permanecessem no poder galgando postos importantes no escalão do governo.

Tanto Aramis Taborda Ataíde quanto Jurandyr Manfredini tiveram sua origem profissional no Paraná, ambos formaram-se na Faculdade de Medicina do Paraná. Aramis foi um dos fundadores do PSD e indicado em 1954 para assumir o Ministério da Saúde. Ao assumir essa pasta indicou Jurandyr Manfredini para exercer o cargo de diretor do Serviço Nacional de Saúde Mental. Aramis Taborda permaneceu como diretor do Ministério da Saúde até 20 de novembro de 1955 quando foi substituído por Maurício de Medeiros.

No caso de Maurício de Medeiros e Jurandyr Manfredini, ambos elaboraram um livro denominado “O casamento (Psiquiatria Forense)” que nasceu a partir de um curso de extensão universitária realizado em abril de 1954, no Ministério da Educação, como demonstrado nas palavras de Maurício de Medeiros.

“Não querendo ficar sozinho a realizar o curso, convoquei para colaborar comigo o meu assistente que estava mais intimamente em contato com o problema, já que por seu auxílio técnico nas perícias e consultas sobre a matéria, já pelos cursos abreviados de psiquiatria para os estudantes de direito, o Doutor Jurandyr Manfredini”⁶⁶.

Em 1955, Maurício de Medeiros, ao atingir o limite de idade para exercício das funções públicas como diretor do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, foi homenageado por Jurandyr Manfredini que, à época, era professor dessa Instituição. Em seu discurso percebe-se o vínculo de amizade que Jurandyr Manfredini mantinha com Maurício de Medeiros:

“Eminente mestre e amigo, Maurício de Medeiros, é a hora de agradecer, do fundo da alma, o muito que nos suportou, a paciência com que ouviu as nossas impaciências, a boa vontade com que ajudou os nossos interesses, a socrática filosofia com que tolerou e silenciou

⁶⁶ Maurício de Medeiros e Jurandyr Manfredini escreveram o livro O casamento: psiquiatria forense, Editora José Olympio. Rio de Janeiro, 1956, p.5-7. Disponível no Acervo do Instituto de Psiquiatria -IPUB da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*os nossos desassossego. O gabinete do catedrático foi também um pequeno recanto de amável palestra, troca de impressões de idéias, de experiências e de emoções, de memórias e de juízos*⁶⁷.

Maurício de Medeiros acreditava que a criação dos Diretórios Acadêmicos como órgãos de representação de classe era um dos elementos de formação de um espírito coletivo, dito como *essencial na vida universitária*, como consta em seu livro no Mundo do Ensino:

*“Sem dúvida são os Diretórios Acadêmicos que têm conseguido entendimento entre os universitários na formulação de seus desejos e aspirações. Por outro lado, associações, como esta em que se tem por objetivo a cultura médica, alimentam esse espírito coletivo levando-o para um campo de atividades espirituais que serão sem dúvida o melhor momento do espírito universitário”*⁶⁸ (MEDEIROS, 1953, p.152).

Maurício de Medeiros era um desses agentes que possuía uma posição destacada no campo da educação e saúde e era considerado por Jurandyr Manfredini *“seu mestre e amigo”*.

Maurício de Medeiros pode ter influenciado Jurandyr Manfredini a se posicionar na luta a favor do “espírito universitário” já que detinha o poder de exercer os efeitos de imposição simbólica e de produzir pensamentos e práticas sensatas e regradas sem a intenção de sensatez e sem uma obediência consciente a regras explicitamente colocadas por ele.

Além do mais, Jurandyr Manfredini dedicou-se, durante a maior parte de sua vida profissional, à atividade catedrática, o que lhe proporcionou relação de proximidade com os estudantes. Tal formação política, baseada em ideais progressistas, conferiu ao diretor do SNDM uma visão menos conservadora que apoiava a criação do Diretório Acadêmico.

O poder científico dito como prestígio também era conferido à Jurandyr Manfredini pelos estudantes do Diretório Acadêmico da EEAP, uma vez que o diretor por meio de ações sociais, tais como, o fornecimento de materiais de lazer para o corpo estudantil, presença em

⁶⁷ Jornal Brasileiro de Psiquiatria. Ano. 1955, vol. IV. n.º 3. p.342-347. Disponível no Acervo do Instituto de Psiquiatria - IPUB da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

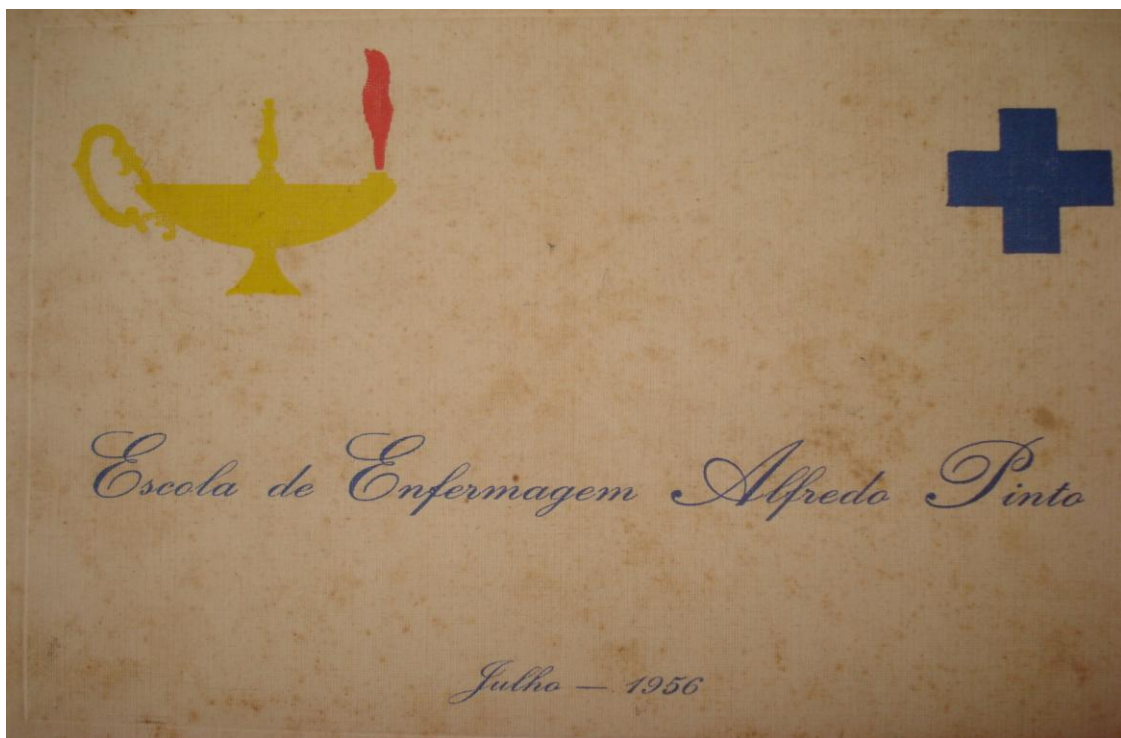
⁶⁸ Maurício de Medeiros autor do livro “No mundo do ensino”, Rio de Janeiro, 1953. Disponível na Casa de Oswaldo Cruz COC - Fiocruz, RJ.

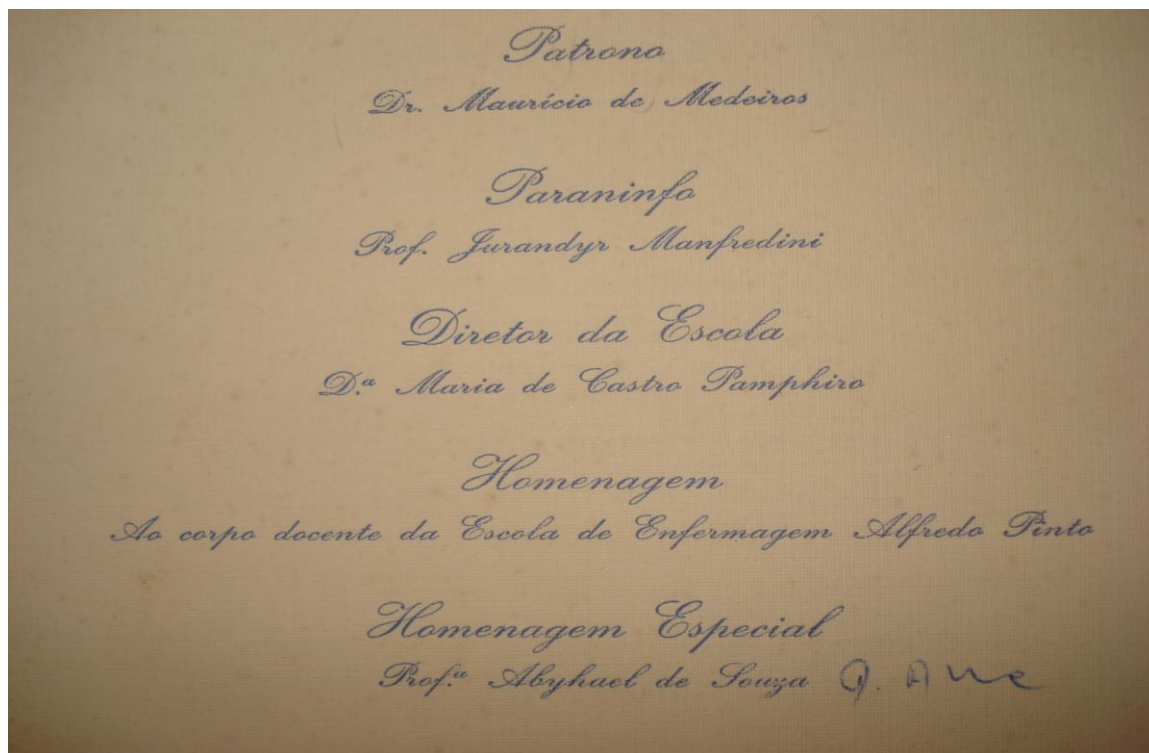
eventos sociais da EEAP e reuniões do Diretório Acadêmico e doações financeiras para manter o DA em funcionamento, acabou por atender aos interesses do corpo discente da Escola.

Apesar de lutar contra atitudes intervencionistas das autoridades no campo da educação, o Diretório Acadêmico procurava gozar dos benefícios atingidos pela aliança com Jurandyr Manfredini e deleitar do poder de intervenção que ele detinha como autoridade educacional.

Além disso, Jurandyr Manfredini mostrou-se atuante no espaço da EEAP, não apenas ao que se referia às atividades administrativas, mas também através de ações humanizadas, conferindo um papel social ao envolver-se com acontecimentos pessoais dos estudantes e interferindo diretamente no cotidiano dos mesmos (VIDAL & AMORIM, 2008, p.09).

Foto nº 1- Convite dos formandos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto em julho de 1956.





Fonte: Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro - EEAP-UNIRIO.

O prestígio conferido a Jurandyr Manfredini pelos estudantes da EEAP foi revelado publicamente quando os formandos da turma de 1956 da EEAP convidaram o Diretor do SNDM para ser o paraninfo da turma. A formatura ocorreu no dia 28 de julho de 1956, onde foram diplomados 24 acadêmicos, dentre eles, o primeiro presidente do DA, Djalma Alves da Silva. Consta no convite, em disposição hierárquica, o Ministro da Saúde, Maurício de Medeiros, na situação de patrono da turma, Jurandyr Manfredini ocupando a posição de paraninfo e a diretora da Escola, Maria de Castro Pamphiro, a qual não foi destacada para compor o conjunto de professores homenageados.

A escolha de Mauricio de Medeiros para ser o patrono da turma de 1956 foi feita como uma forma de homenagear uma personalidade de destaque no campo da saúde e, principalmente, da psiquiatria, de reconhecida competência e padrão de referência nessa área específica de conhecimento. Já a escolha do paraninfo significou uma homenagem prestada pelos acadêmicos ao reconhecer Jurandyr Manfredini como uma personalidade de destaque

no espaço estudantil e revelou a identificação e admiração que os acadêmicos mantinham com o diretor do SNDM.

Á luz da teoria do mundo social de Pierre Bourdieu, é possível perceber que nas relações de força entre o psiquiatra Jurandyr Manfredini e os estudantes de enfermagem da EEAP era exercido um poder simbólico, na medida em que tal poder é definido como aquele que é invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos. Nesse aspecto, os estudantes reconheciam Jurandyr Manfredini como um agente detentor de uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural especialmente) suficiente para ocupar posições dominantes no seio do campo da educação e saúde, e no espaço social da EEAP.

Para Bourdieu (2007, p.7-15), o poder simbólico é um poder capaz de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento e só se exerce se for reconhecido. Ao contrário da força nua, que age por uma eficácia mecânica, todo poder verdadeiro age enquanto poder simbólico. A ordem torna-se eficiente porque aqueles que a executam, com a colaboração objetiva de sua consciência ou de suas disposições previamente organizadas e preparadas para tal, reconhecem-na e crêem nela, prestando-lhe obediência.

Na divisão, na manutenção e na redistribuição do capital político social e do capital simbólico, foi atribuído aos homens Maurício de Medeiros, Jurandyr Manfredini e Djalma Alves as posições de liderança no espaço social da EEAP. Essa constelação masculina conferiu o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas e de representação, o que sinalizava uma forma de dominação masculina sob Maria de Castro Pamphiro e as estudantes do sexo feminino.

Algumas reivindicações foram evidenciadas nas Atas da Assembléia Geral do Corpo Discente entre os anos de 1955 a 1957, e estavam relacionadas às condições de infra-estrutura

e ensino, tais como: ausência de um veículo para transportar os alunos para os estágios, a falta de aparelhos sanitários em funcionamento e a indisciplinaridade dos alunos nos estágios.

“A Escola está em abandono, não há um aparelho sanitário em funcionamento e tendo pedido suas providências, até o momento nenhuma fora tomada”⁷⁰.

Entretanto, a primeira gestão do Diretório Acadêmico foi marcada pelo surgimento de argumentos de insatisfação contra a gestão da diretora Maria de Castro Pamphiro, o que acabou por evidenciar uma luta entre dois grupos de alunos do DA. Em jogo, estava a permanência ou não da Diretora Maria de Castro Pamphiro na gestão da EEAP.

De um lado, Djalma Alves, na condição de porta-voz e usando o poder que lhe foi conferido pela delegação pôde mobilizar parte dos alunos do DA para impor sua visão em prol da retirada da diretora por meio de um abaixo-assinado⁷¹:

“O colega presidente do DA. declarou sessão aberta e disse que está na ocasião oportuna para um abaixo assinado com a exposição de motivos pedindo a saída da Diretora da Escola explicando que a Escola está em abandono”⁷².

De outro lado, existia um grupo que não era favorável à saída da diretora⁷³. Esse grupo era representado por duas mulheres, ambas pertenciam ao movimento estudantil e se posicionaram contra as idéias de Djalma Aves.

“A colega Carmen pediu uma parte e disse que os alunos deveriam obedecer à diretora e não a diretora obedecer aos alunos, acho que não devemos assinar nenhum documento”⁷⁴.

“Pediu a palavra a colega Maria Luiza que falava pelo primeiro ano e não tomará parte e não assinaremos nenhum documento para depor a diretora”⁷⁵.

⁷⁰ Ata da Assembléia Geral do dia 8 de novembro de 1955. p. .6 Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

⁷¹ Documento coletivo pelo qual muitas pessoas fazem um pedido, uma reclamação, um protesto. (DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA. Academia Brasileira de Letras. Companhia Editora Nacional. 1º edição. São Paulo, 2008.)

⁷² Ata da Assembléia Geral do dia 8 de novembro de 1955. .p. 6. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

⁷³ Não foi possível identificar os agentes que pertenciam a esse grupo pelo desconhecimento dos nomes completos nas Atas das Assembléias Gerais do Corpo Discente.

⁷⁴ Ata da Assembléia Geral do dia 8 de novembro de 1955. p.6. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

De fato, a oposição das mulheres poderia significar, de uma certa maneira, o início de uma ação contra os efeitos da dominação masculina estruturados em uma instituição onde, até então, perpetuava-se e reproduzia-se a ordem masculina e também a ordem social para reproduzir os princípios de visão e divisão favoráveis ao gênero masculino. Entretanto, apoiar ou não a permanência de Maria de Castro Pamphiro como diretora da Escola não dependia apenas da questão de gênero, mas sim, das relações políticas que eram estabelecidas entre os agentes para que fossem atingidos os objetivos dos dois grupos distintos.

Como por exemplo, Djalma Alves, em sua luta para impor o veredicto imparcial, para fazer reconhecer a sua visão como objetiva, dispôs de forças que dependiam da sua posição política no campo do movimento estudantil como presidente do Diretório Acadêmico e de sua presença nas principais posições da diretoria da UNE.

Para Bourdieu (2004 b, p.29), quando os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital, eles desenvolvem estratégias que dependem dessas posições. Essas estratégias orientaram-se ora para a conservação da estrutura ora para a transformação do espaço social da EEAP.

Uma das estratégias elaborada foi que, na condição de secretário de assistência da UNE, Djalma Alves recorreu a esse órgão para angariar apoio para retirar a diretora, como consta a Ata de Assembléia Geral do Corpo Discente:

“Já tenho entendimento com o colega presidente da União Nacional dos Estudantes, contamos, portanto, com o inteiro apoio da UNE, disse ainda que nada tem contra D. Maria de Castro Pamphiro em particular, mas quero que ela trate todos iguais e que faça alguma coisa em benefício da Escola”⁷⁶.

⁷⁵ Ata da Assembléia Geral do dia 28 de março de 1956. p. .9. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

⁷⁶ Ata da Assembléia de 14 de Julho de 1955. p.5. .Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

A diferença no tratamento desses estudantes, conforme relatado por Djalma Alves, pode ser justificada pelo fato de que Maria de Castro Pamphiro adquiriu o *habitus* de enfermagem na Escola de Enfermagem Anna Nery, onde não se aceitava homem como aluno, já que a presença do sexo masculino não estava vislumbrada num projeto de enfermagem moderna. Para ela, lidar com homens, provavelmente, não era tão fácil em termos de formação do estudante de enfermagem.

O modelo de ensino adotado por Maria de Castro Pamphiro teve grande influência dos modelos implantados pelas escolas de enfermagem, criadas no período Vargas e posteriormente equiparadas a EEAN, e sob forte influência do catolicismo onde se objetivava zelar pela ordem e moral de suas acadêmicas, mantendo-se um regime controlador que não favorecia a inserção desses estudantes no mundo social e, muito menos, o engajamento político. Essas práticas distanciavam a enfermagem dos eventos políticos e econômicos do país.

Em razão disso, as informações advindas de acontecimentos políticos do mundo social eram transmitidas para os alunos do internato por meio das vivências experimentadas pelos alunos do semi-internato. Isso conferia aos alunos do semi-internato a capacidade de exercerem o poder por meio da comunicação, a fim de garantir a legitimação da dominação, já que os alunos do semi-internato acabavam por estabelecer um vínculo entre os alunos internos e o mundo social externo a EEAP.

Como afirma Bourdieu (2007, p. 11), as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulados pelos agentes envolvidos nessa relação.

A localização da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto foi um fator favorável para a aproximação dos alunos da EEAP com os estudantes do movimento estudantil da UME, visto que tanto a Escola como a Sede da UNE e UME localizavam-se na Praia Vermelha.

“Na verdade, a Praia Vermelha era um centro importante de manifestações estudantis. Como existia naquele local a Reitoria da Universidade do Brasil presenciavam-se as reivindicações mais sentidas. Aconteceu durante a greve dos bondes quando invadiram a Faculdade e foi necessário a Reitoria entrar em ação. Essa localização é fundamental. Se a Escola de Enfermagem fosse em Campo Grande, por exemplo, seria muito difícil haver essa conexão”(José Baptista de Oliveira Junior, 2008).

Em seus discursos, o aluno Djalma mencionava ser integrante da diretoria da UNE, na categoria de secretário de assistência. Tinha uma ativa participação nas reuniões que ocorriam na sede da UNE e nos Congressos Nacionais Estudantis. Tal situação permitiu que ele fosse o interlocutor dos ideais engajados pelo movimento estudantil. Sendo assim, Djalma convidava os estudantes de enfermagem da EEAP a participar das reuniões da UNE:

“Logo após, falou de uma reunião que realizar-se-ia dia seguinte, tendo na sede da UNE e que convidava as colegas a comparecer na mesma, salientando que não perderiam as saídas regulamentares”⁷⁷.

Nesse sentido, Djalma Alves ampliava o seu capital político enquanto liderança, na medida que exercia prática no debate e o poder de articular entre os integrantes da UNE e os estudantes da EEAP sobre as questões estudantis e da Escola.

No que se refere à Maria de Castro Pamphiro, as relações políticas estabelecidas no início de sua gestão, em 1950, era configurada por Lais Netto dos Reys, Adauto Junqueira Botelho e Getulio Vargas. Essas alianças promoveram a nomeação e permanência de Maria de Castro Pamphiro na direção da EEAP. Entretanto, quando as circunstâncias políticas foram alteradas após a morte de Getulio Vargas, novos agentes com capital político próprio passaram a pleitear cargos importantes nos escalões do governo buscando com eles, a

⁷⁷ Ata da reunião do D.A do dia 21 de agosto de 1956. p.12..Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

formação de um novo grupo de agentes com filosofias e estratégias diferentes daquelas que eram exercidas no governo de Getúlio Vargas.

Entra em cena os agentes Juscelino Kubitschek, Maurício de Medeiros e Jurandy Manfredini, dispostos hierarquicamente no campo político, que passaram a compor essa nova configuração, em torno do Partido Social Democrata. Esses agentes procuraram impor novas visões e divisões de mundo refletindo no campo da educação e saúde, assim como no Espaço social da EEAP.

A rede relações políticas de Maria de Castro Pamphiro começou a ser enfraquecida com o falecimento de Laís Netto dos Reys⁷⁸, em 1950, já que ela foi um importante agente que sustentava a permanência de Maria de Castro Pamphiro na direção da EEAP, isso porque a escolha por Maria de Castro Pamphiro para exercer a direção da Escola teve forte influência e indicação da diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery, Laís Netto dos Reys, que dizia ser Maria de Castro Pamphiro, pessoa de sua confiança e, por esse motivo, tornou-se um nome de consenso para dirigir a EEAP no âmbito do SNDM (AMORIM, 2004, p.139).

Como Laís Netto dos Reys fora um importante agente de decisão no campo político e da enfermagem brasileira, seus laços amigáveis com a diretora da EEAP, aumentavam a área de influência de Maria de Castro Pamphiro, tanto com as diretoras das escolas de enfermagem de todo Brasil como de agentes políticos que exerciam cargos mais elevados no governo.

Após a morte de Laís Netto do Reys, e enfermeira Waleska Paixão ocupou a direção da EEAN mas, apesar dela manter boas relações com Maria de Castro Pamphiro em virtude de sua trajetória acadêmica e religiosa, possuía um volume de capital político mais reduzido provocando um distanciamento maior entre os agentes que ocupavam o poder político central em relação à sua antecessora Laís Netto dos Reys.

⁷⁸ Enfermeira formada na primeira turma do curso de Enfermagem da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1925, atual Escola de Enfermagem Anna Nery. Realizou pós-graduação nos Estados Unidos da América. Atuou como assistente de diretora junto ao Hospital de Isolamento São Sebastião, até 1931. Teve presença marcante em MG participando efetivamente da criação da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, a primeira a formar irmãs de caridade no Brasil. Em 1938, foi nomeada diretora da EAN, onde permaneceu no exercício da função até julho de 1950, época de seu falecimento (ALMEIDA FILHO, 2004, p. 4).

Como o exercício de Waleska Paixão na direção da EEAN ocorreu após o processo de redemocratização no país ela, mesmo sendo formada na EEAN, possivelmente, não compartilhava da mesma rede de relações estabelecidas por Lais Netto dos Reys com as principais autoridades do Estado Novo.

Waleska Paixão possuía uma postura menos conservadora que Maria de Castro Pamphiro visto que nos depoimentos do V Congresso Nacional de Enfermagem (1950) ela ressaltou que as atitudes de autoritarismo poderiam ser atrofiadas e geradoras de conflitos entre o corpo discente e o docente, e o tradicionalismo exagerado poderia prejudicar o progresso da enfermagem brasileira:

*“O excesso de tradições [tais como o uso de uniformes com acessórios desnecessários e incômodos e o internato] nos prende, as vezes a técnicas bastante discutíveis sob o ponto de vista da rapidez e da economia de esforços e material, quando já temos elementos para ultrapassá-los, sem nada sacrificarmos do que nelas é realmente recomendável. Enfim, falei em uma posição de equilíbrio e examinei apenas alguns excessos tradicionalistas de certas escolas, bem como alguns comuns a todas”*⁷⁹ (Waleska Paixão, 1951).

Ao criticar as atitudes tradicionalistas e autoritárias impostas pelas diretoras de enfermagem, Waleska Paixão inseriu a concepção de liberdade, almejada pelo processo de redemocratização, o que por certo, pode ter aproximado as relações entre essa diretora e o corpo estudantil da EEAN.

O fim do segundo Governo Vargas, culminando com sua morte em 1954, proporcionou a instabilidade política dos agentes que ocupavam cargos importantes no Ministério da Saúde, Departamento Nacional de Saúde e do Serviço Nacional de Doenças Mentais, como ocorreu com a saída de Aduino Botelho da direção do SNDM que possuía grande influência no espaço da EEAP⁸⁰ e ocupava posição destacada no âmbito da psiquiatria.

⁷⁹ A formação moral da estudante de enfermagem. Anais de Enfermagem V.1, janeiro de 1952. Dedicado ao V Congresso Nacional de Enfermagem ocorrido de 11 a 18 de novembro de 1951, DF, Rio de Janeiro. Disponível no Acervo da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn- RJ.

⁸⁰ Conforme a Ata do dia 28 de setembro de 1944, da II Conferência de Diretoras de Escolas de Enfermagem, Aduino Botelho discordou da classificação de auxiliar de enfermeiras para o tipo de formação da EEAP. Esta posição indicou autonomia deste diretor frente às questões relativas à elevação do nível da EEAP (AMORIM, 2004, p.165).

Sua saída significou, de uma certa maneira, o afastamento de um importante ator na composição da constelação de alianças que cercavam Maria de Castro Pamphiro.

Ao ser iniciado o processo de democratização e de abertura política, todas as atitudes conservadoras adotadas foram severamente criticadas. Tal fato refletiu diretamente no enfraquecimento das relações de poder que Maria de Castro Pamphiro estabelecia com os próprios estudantes e com as autoridades do campo político. Isso porque a cultura política e institucional adotada por ela estava enraizada nas relações estabelecidas no período Vargas, como por exemplo, a influência da Igreja católica e das atitudes autoritárias no ensino da enfermagem da EEAP.

Nesse sentido, é importante ressaltar que apesar de ficar evidente a luta de alguns integrantes do Diretório Acadêmico pela retirada de Maria de Castro da direção da EEAP, não podemos inferir que o fim de sua gestão ocorreu única e exclusivamente por esse fato, mas sim, contribuiu para o seu enfraquecimento nas relações de poder na EEAP.

As relações de força entre os agentes que compunham o espaço social da EEAP estavam distribuídas não somente de forma hierárquica, mas também por meio das alianças consolidadas estrategicamente pelos dirigentes do Diretório Acadêmico.

O Ministro da Saúde Maurício de Medeiros e o Diretor do SNDM Jurandyr Manfredini mantiveram o poder reconhecido e legítimo no espaço social da EEAP, amparados pelas relações de poder no campo da educação e da saúde. Já os acadêmicos que lideravam o Diretório Acadêmico da EEAP, representados pela figura de Djalma Alves, apesar de não ocuparem as posições privilegiadas no topo da pirâmide hierárquica do movimento estudantil foram eficazes nas estratégias para conseguir o fortalecimento e apoio dos agentes que eram capazes de utilizar instrumentos de imposição ou legitimação da dominação, ou seja, da UNE e de Jurandyr Manfredini para fazer frente ao poder da Diretora. E por fim, a enfermeira Maria de Castro Pamphiro, ao contrário, estava enfraquecida,

somente detinha apoio de certos acadêmicos da EEAP⁸¹. Sua constelação de alianças já não fazia mais parte do grupo dominante que ocupava o campo da educação e saúde.

⁸¹ Não foi possível identificar os agentes que pertenciam a esse grupo pelo desconhecimento dos nomes completos nas Atas das Assembléias Gerais do Corpo Discente.

4. CAPÍTULO III

OS EFEITOS SIMBÓLICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO.

Neste capítulo, apresentamos os efeitos da implementação do Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini que acarretou em uma redistribuição de poder político, no espaço social da EEAP, e no surgimento de novos agentes capazes de influenciar nas decisões da Escola. E, posteriormente, apontamos a participação dos estudantes do Diretório Acadêmico da EEAP no campo de ensino e da enfermagem brasileira e sua luta pela manutenção de suas posições de poder, o que provocou desdobramentos simbólicos dentro e fora do espaço da Escola.

4.1 O jogo de forças entre os agentes na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.

O jogo de forças estabelecido entre o médico diretor do SNDM, a enfermeira diretora da EEAP e os estudantes integrantes do movimento estudantil impulsionou a redistribuição do poder no espaço da EEAP, colocando em xeque a antiga configuração dos poderes no espaço social da EEAP.

A nova base de influências dos poderes na Escola foi reconstituída quando o presidente Juscelino Kubitschek decretou, em 7 de março de 1956, a substituição de Jurandyr Manfredini pelo médico Lysânias Marcellino da Silva⁸² na direção do SNDM.

⁸² Lysânias Marcellino da Silva, exerceu as funções de externo e de inspetor especializado do SNDM de 1935 a 1945. Tornou-se médico psiquiatra efetivo do SNDM pelo decreto de 16 de outubro de 1945. Em setembro de 1954, assumiu o cargo de diretor do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho (MJHC). Exerceu o cargo até 7 de março de 1956, quando o deixou por ter sido nomeado, na mesma data, diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais. Após dois anos e meio de gestão, Lysânias Marcellino passou a atuar no ambulatório de Psicoterapia de grupo do SNDM até se aposentar em 2 de novembro de 1967. Revista Brasileira de Saúde Mental. p.210. Ano 13. Vol XI. 1967- Número único. Disponível na Biblioteca Nacional. RJ.

Jurandyr Manfredini e Lysânias Marcellino da Silva eram psiquiatras e técnicos do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil e trabalharam juntos como redatores do *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* sob direção de Maurício de Medeiros.

Em 1954, na condição de diretor do SNDM, Jurandyr Manfredini indicara Lysânias Marcellino da Silva para o cargo de diretor do Manicômio Judiciário. Sua atividade como diretor do Manicômio Judiciário pode ser constatada no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, o qual informa que:

“Doutor Lysânias ao comemorar um ano de atividade administrativa inaugurou um pavilhão, edifício moderno, preenchendo os requisitos técnicos para abrigar as instalações necessárias às atividades daquele manicômio, empenhando intensa e laboriosa atividade no sentido de colocar o Manicômio Judiciário em condições materiais e culturais que possibilitem o eficiente desempenho das tarefas periciais e assistenciais. O atual Diretor organizou um modelo de serviço de Terapêutica ocupacional de acordo com as atuais conquistas da assistência psiquiátrica”⁸³.

Publicar a boa gestão de Lysânias Marcellino pode ter indicado que este psiquiatra apresentou condições necessárias para ascender posições no campo da psiquiatria e no campo da saúde. Tais condições giraram em torno do capital cultural e político acumulado durante sua trajetória de vida profissional no SNDM e também nas relações políticas estabelecidas entre ele e Jurandyr Manfredini.

Em outra publicação, já na condição de comando do SNDM, consta na *Revista Brasileira de Saúde Mental* que o diretor Lysânias Marcellino elaborou um relatório referente ao seu primeiro ano de gestão no SNDM. Nesse relatório, o Diretor esclareceu sua posição de fornecer um novo modelo de administração ao SNDM e também para assistência em psiquiatria.

“Ao assumirmos a direção do SNDM, outro não foi o nosso pensamento senão de imprimir a este Serviço o dinamismo e a atualidade que o desenvolvimento das novas idéias no campo da

⁸³ *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* 1956 v. 5. n. 1 p.88-87. Disponível no Acervo do Instituto de Psiquiatria-IPUB da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

psiquiatria, tinham dado assistência aos psicopatas e à administração em geral. Elevar o SNDM à altura de sua importância no plano assistencial, tornando-o um organismo adequado as necessidades nacionais, foi desde o primeiro momento o escopo da nossa direção”⁸⁴.

Este diretor, a fim atingir sua proposta inovadora para o SNDM, modificou toda estrutura de poder administrativo do mesmo, começando com as substituições dos diretores dos órgãos a quem o SNDM estava subordinado. Na EEAP, a dispensa de Maria de Castro Pamphiro do cargo de diretora ocorreu em 17 de outubro de 1956, ou seja, aproximadamente sete meses após sua convivência com o diretor Lysânias Marcellino.

Assim como ocorreu com Jurandyr Manfredini, a chegada de Lysânias Marcellino na direção do SNDM, foi um significativo fator propulsor para a dispensa de Maria de Castro Pamphiro que havia constituído suas relações sociais e políticas com lideranças que já não estavam mais no poder, tanto no campo da saúde quanto da educação.

Sob a ótica do discurso de Lysânias Marcellino, a gestão de Maria de Castro Pamphiro poderia ser vista como algo ultrapassado e o novo diretor necessitava de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir, algo inovador. Nesse aspecto, a enfermeira Lydia das Dores Matta, formada na EEUSP, representava o moderno na formação de enfermeiros.

“Procuramos inicialmente trazer novos valores para que, mais em acordo com nossos pontos de vista, pudéssemos elaborar um programa em conjunto. Nesse sentido foram nomeados por decreto presidencial os seguintes diretores: Humberto Mathias Costa-diretor do CPN; Rodrigo Ulisses de Carvalho, diretor do MJHC e Lydia das Dores Matta, diretora da EEAP”⁸⁵.

Em outubro de 1956, Lydia das Dores Matta foi designada pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek, para exercer a função de diretora da EEAP⁸⁶.

⁸⁴ Revista Brasileira de Saúde Mental. p.161-162.. Vol III. nº1-junho de 1957. Disponível na Biblioteca Nacional. RJ.

⁸⁵ Revista Brasileira de Saúde Mental. p.161-162. Vol III. nº1- junho de 1957. Disponível na Biblioteca Nacional. RJ.

⁸⁶ Decreto de 17 de outubro de 1956, publicado no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 1956.

Como Lydia das Dores Matta fora diplomada em 1948, pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP), sua vinda significou a aproximação das relações entre a EEAP e a EEUSP, escola caracterizada como um modelo de ensino de enfermagem, mais próximos dos anseios e das prescrições da Fundação Rockefeller e ao mesmo tempo, fora da área de influência da EEAN.

Desde 1940, a Fundação Rockefeller patrocinou a implantação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, anexa à Faculdade de Medicina, com o objetivo principal de dar sustentação ao projeto do Hospital das Clínicas, em um contexto de tecnificação da medicina e do avanço do hospital moderno como expressão da racionalização do processo de diagnosticar e curar (BARREIRA & BAPTISTA, 2002, p.205-216).

Carvalho (1980, p.1-271) verificou que a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo era *“uma das escolas mais importantes na formação do pensamento da Enfermagem brasileira, se constituindo em um novo centro difusor da profissão no Brasil, exercendo profunda influência na organização de novas escolas no país”*.

Por possuir um capital cultural originado da EEUSP, a nova diretora pertencia a um grupo de elite em ascensão, no interior de uma universidade governamental, e mantinha relações com novos grupos de agentes com interesses e visões de mundo diferentes daquelas que antes eram legitimadas no espaço social da EEAP. Em sua rede de relações estava incluída Edith Magalhães Fraenkel⁸⁷, primeira diretora enfermeira da EEUSP personagem de grande influência para o desenvolvimento da enfermagem moderna brasileira.

⁸⁷ Edith Magalhães Fraenkel nasceu em 9 de maio de 1889, no bairro de Santa Thereza no Rio de Janeiro, antiga Capital da República. Era neta pelo lado materno do líder republicano Benjamin Constant Botelho. Quando criança morou no exterior por mais de uma década, viveu e estudou na Alemanha, Suécia e Uruguai. Retornou ao Brasil, em 1906 após a morte de seu pai. Edith completou o curso Normal e foi lecionar em uma escola particular no Bairro de Santa Thereza. Concluiu o curso da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha, em 1918. No ano seguinte, iniciou o Curso para visitadoras do serviço de tuberculose. Pelo fato de ser oriunda de um parentesco ilustre, de possuir inúmeras viagens e ser detentora de uma cultura incomum, colocava-se numa situação de distinção que certamente lhe favoreceu para abrir espaços sociais e políticos na profissão de enfermagem. Aos 29 anos foi nomeada chefe do Serviço de Visitadoras da Inspeção de Tuberculose do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Em 1922, inicia o curso de graduação em enfermagem na Filadélfia. Retornou ao Brasil em 1925 quando foi imediatamente nomeada instrutora da Escola de Enfermeiras Anna Nery. Foi eleita primeira diretora da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, em 1927. Foi incentivadora e idealizadora do primeiro número da Revista Annaes de Enfermagem. Em 1928 foi designada Superintendente do Serviço de

No estudo de Oguisso & Freitas, denominado “Irmã Tereza Notarnicola”, encontramos afirmativas de que Lydia das Dores Matta em sua trajetória na profissão, possuía grande influência entre as autoridades do Ministério da Saúde:

“Ela foi para Brasília logo no começo da construção, junto com os candangos e foi a primeira enfermeira a trabalhar no Senado Federal. Conhecia todo mundo em Brasília, ministros ou militares e era respeitada por todos os senadores e deputados. Ela abriu muitas portas e oportunidades em Brasília para que a ABEn pudesse discutir com autoridades os projetos de interesse para a classe e para aprovação das leis de enfermagem”(Irmã Tereza Notarnicola, 2006).

Ao assumir a direção do SNDM, Lysânias Marcellino solicitou a cada um dos novos diretores que procedesse a um levantamento da situação real de cada órgão do SNDM. Para atender às determinações, Lydia das Dores Matta tratou de redigir um relatório que traçava um diagnóstico da situação da EEAP, incluindo os aspectos administrativos, financeiros, estruturais e do ensino de enfermagem teórico-prático.

*“Ao procurar inteirar-me da situação curricular, encontrei sérios problemas, decorrentes de fatores puramente financeiros. A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, criada em 1890, mantém em 1956, as verbas daquele século, para pagamento dos professores. Aqui, portanto, está o fator principal da decadência profissional em que se encontra a mesma [...] Observando, depois de verificar e ouvir alunos e funcionários da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, cheguei a conclusão de que todos estão cômnicos da decadência profissional da Escola no que se refere a parte didática”*⁸⁸(Lydia das Dores Matta, 1956).

Como Lydia das Dores Matta não tinha governabilidade sobre a questão salarial, recorreu ao diretor do SNDM, por meio do relatório onde esclareceu que deveriam ser

Enfermeiras do DNSP. Trabalhou intensamente pela campanha a favor do voto feminino e criou a Liga de Emancipação Intelectual da Mulher no Brasil. No final de 1938 deixa a presidência da Aben, depois de quase quatorze anos. Em 1942 foi nomeada diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Em 1949 colaborou na reorganização da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Em 1956, coordenou o Departamento de Ensino da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto até o ano de 1961. Em 1967 reorganizou e dirigiu o serviço de enfermagem da casa de Saúde e maternidade Santa Maria, no RJ. Faleceu em 5 de abril de 1969 (MANCIA & PADILHA, 2006, p. 432-437).

⁸⁸ Relatório da Diretora Lydia das Dores Matta de 1956 p. 3. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

tomadas medidas para valorizar o salário dos docentes da EEAP, ou seja, estrategicamente, ela procurou, no vácuo do discurso de modernidade utilizado por Lysânias Marcellino, lutar pela valorização salarial do corpo docente da EEAP.

As reflexões a cerca da questão salarial e valorização da enfermeira no mercado de trabalho já se faziam presentes desde 1934, já que a elevação do capital econômico permitiria que as enfermeiras galgassem melhores posições no campo da saúde além adquirir prestígio e reconhecimento:

“É indispensável uma remuneração suficiente que permita à enfermeira procurar alguma compensação pelo seu trabalho”.

“Consideradas sob o ponto de vista econômico, as remunerações oferecidas a algumas enfermeiras, fora de nosso serviço não são adequadas, nem ao menos à média do padrão de vida, o que é uma evidência regular de que a necessidade consciente da enfermagem ainda não está tão nítida como deveria estar. No mundo econômico, os preços dependem da procura; quanto maiores forem os pedidos e menor a produção, melhor a oferta”.⁸⁹ (Bertha L Pullen, 1943).

As enfermeiras passaram a lutar pelo seu capital econômico específico quando perceberam que suas posições na ordem social estavam ameaçadas em função da baixa remuneração, pois como afirma Bourdieu (2004b, p.34), no mundo econômico, os agentes reconhecem nas relações de força, fenômenos de concentração de capital e do poder ou mesmo do monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução.

De acordo com o Relatório de Financiamento de Recursos Humanos (p.281)⁹⁰, existia acentuado desnível de remuneração que se patenteava entre as escolas de enfermagem, essa variabilidade salarial dos docentes poderia ter sido influenciada pelos fatores de localização geográfica da escola, do custo de vida, do tipo de escola e do preparo necessário para desempenho da função docente.

⁸⁹ Annaes de Enfermagem ano II julho de 1943 - número 4 p.12-13.

⁹⁰ Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958. p. 221. Publicado pela Associação Brasileira de Enfermagem 1976-1980. Disponível no Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem - CEPEn-Brasília.

Lydia das Dores Matta observava que como o pagamento dos professores era insuficiente ocasionava desinteresse dos mesmos em ministrar as aulas na EEAP. A diminuição do quantitativo de professores que compunha o quadro do corpo docente privativo da Escola prejudicava tanto o ensino teórico quanto o prático, por meios dos estágios, levando ao que a diretora caracterizava como “decadência profissional”.

Nesse aspecto, para que os estágios fossem realizados, a Escola dependia da ajuda de Instrutoras da Escola de Enfermagem Ana Néri ou das chefias dos setores hospitalares em que os alunos estagiavam⁹¹.

Durante a gestão de Maria de Castro Pamphiro, a EEAP acumulou capital simbólico como Escola detentora do saber de enfermagem na área de psiquiatria, tornando-se referência para as demais escolas de enfermagem. Como a EEAP possuía campo de estágio nas unidades assistenciais do Centro Psiquiátrico Nacional, no Engenho de Dentro, foi possível que Maria de Castro Pamphiro utilizasse estratégias para promover intercâmbio de campos de estágios, ou seja, os alunos das outras escolas poderiam usufruir o campo de estágio em psiquiatria e em troca, os alunos da EEAP utilizariam os campos de estágios, nas demais disciplinas das escolas de enfermagem (AMORIM, 2004, p.187).

A saída de Maria de Castro Pamphiro implicou no fim de alguns acordos relativos a oferta de campos para estágios, nos quais as escolas deveriam, por efeito da Lei 775/1949, prover espaços para o ensino prático de enfermagem nas diversas especialidades médicas.

No acordo era incluído o acompanhamento dos estudantes nos campos práticos pelas professoras das Escolas que ofereciam o espaço de estágios. Nessas condições, Lydia das Dores Matta procurou estender alianças entre outros serviços de saúde para garantir os estágios e conseguir manter o ensino prático na EEAP.

“Em virtude da falta de pessoal habilitado para acompanhar os alunos nos estágios práticos, em hospitais e centros de saúde, não se

⁹¹ Relatório da Diretora Lydia das Dores Matta de 1956 p. 2. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

pode afirmar que os alunos desta Escola estejam habilitados nos mesmos. Com o fim de estender campo para os estágios práticos, esteve a Diretora da EEAP no Hospital Central da Aeronáutica, Centro Psiquiátrico Nacional, Instituto de Neurologia, Instituto Fernandes Figueira e Hospital Missão das Cruzes”⁹².

A mudança na direção da EEAP implicou na geração de novas redes de relações entre a Escola e os potenciais serviços de saúde que poderiam ceder seus espaços para a atuação dos estudantes da EEAP. Por certo, Lydia das Dores Matta enfrentou dificuldades para estabelecer os campos de estágio porque ela tinha base de apoio originada em São Paulo. Como a diretora mantinha um distanciamento da rede de relações estabelecidas por Maria de Castro Pamphiro com a EEAN, foi necessário estabelecer alianças com enfermeiros influentes e que já tivessem atuado no Distrito Federal (RJ).

Nesse aspecto, Lydia das Dores Matta propôs a formação de um quadro privado de enfermeiros para administrar as aulas da EEAP. Certamente, a escolha desses agentes seria estabelecida pela diretora para compor a nova rede de relações política que se configurava na direção da EEAP, a partir de 1956.

“Que seja organizado um quadro privativo de enfermeiras da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e pagar salários condignos e dentro do alto custo de vida aos professores, enfermeiras e demais funcionários, para não obrigá-los a servir a Escola por caridade nas suas poucas horas de folga”⁹³(Lydia das Dores Matta, 1956).

No seu primeiro ano de gestão do SNDM, Lysânias Marcellino anunciou que faria uma viagem de inspeção a todos os estados que o SNDM estendia a sua ação para que, segundo ele, *“in loco pudesse auscultar os problemas e tomar juízo da situação da assistência aos psicopatas no território nacional”⁹⁴.*

⁹² Relatório da Diretora Lydia das Dores Matta de 1957 p. 7. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

⁹³ Relatório da Diretora Lydia das Dores Matta de 1956 p. 4. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

⁹⁴ Revista Brasileira de Saúde Mental. p.161-162. Vol III. n.º1- Junho de 1957. Disponível na Biblioteca Nacional. RJ.

A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto recebeu visitas do diretor substituto do SNDM e também foram realizadas algumas conferências entre diretor Lysânias Marcellino e Lydia das Dores, a fim de resolver certos problemas pelos quais a EEAP enfrentava. Nesse sentido, foi traçada para a EEAP a seguinte meta:

“Através da Divisão de Coordenação procuraríamos promover a elevação do nível técnico e cultural do SNDM e a ela estaria subordinada a EEAP, cujas finalidades seriam a da preparação de enfermagem especializada e centro oficial do ensino do currículo de psiquiatria para todas as demais escolas de enfermagem”⁹⁵.

Mais uma vez os psiquiatras tentaram resgatar o domínio que mantinham sobre o ensino de enfermagem na EEAP, na justificativa de elevar o padrão de ensino da Escola e torná-la referência na formação da assistência psiquiátrica. A aliança estabelecida entre Lydia das Dores e Lysânias Marcellino resultou em um ganho de três funcionários para preencher o quadro de professores nos meses de julho, agosto e setembro de 1957.

A escolha de novas enfermeiras para ministrar aulas na EEAP contou com antigos relacionamentos que Lydia das Dores Matta mantinha na EEUSP, como foi o caso de Edith Magalhães Fraenkel, designada instrutora da EEAP, como consta no Relatório da diretora em 1957.

“Durante este trimestre a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, ganhou três funcionários: D. Edith Magalhães Fraenkel designada para instrutora da Escola, D. Diva Camera e D. Mariada das Dores Matta, nomeadas interinamente”⁹⁶ (Lydia das Dores Matta, 1957).

Podemos afirmar que Lydia das Dores Matta agiu estrategicamente ao escolher Edith Magalhães Fraenkel para atuar como instrutora e coordenadora do Departamento de Ensino da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, já que esta enfermeira dirigiu a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (ANED), em 1927, e foi a primeira diretora da EEUSP em 1942.

⁹⁵ Revista Brasileira de Saúde Mental. p.161-162. Vol III. n.º1- Junho de 1957. Disponível na Biblioteca Nacional. RJ.

⁹⁶ Relatório da Diretora Lydia das Dores Matta de 1957 p. 5. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

Certamente, Lydia das Dores Matta enquanto aluna da EEUSP pôde conviver com Edith Magalhães e reconhecê-la como um agente dotado de um *habitus* diferenciado e de um grande capital cultural acumulado sobre uma formação de enfermagem nos moldes anglo-americanos, fato que a colocava em melhor posição no campo da enfermagem (MANCIA & PADILHA, 2006, p. 433).

Edith Magalhães Fraenkel era considerada como *“uma personalidade marcante por sua liderança, visão de futuro refletida em sua atuação e capacidade de agregar as enfermeiras em torno de seus ideais o que a tornou uma liderança de longa duração na história da enfermagem brasileira”* (ALENCAR & BAPTISTA, 2001 p. 157-73).

Como Edith Magalhães Fraenkel possuía capital cultural e político no campo da educação, saúde e enfermagem brasileira, a aliança estabelecida entre ela e Lydia das Dores Matta assegurava ganhos específicos para a EEAP na luta por solução dos problemas que a Escola enfrentava.

*“Durante estes três meses a Diretora da EEAP, acompanhada pela secretária e por Edith de Magalhães Fraenkel compareceram várias vezes ao Ministério da Saúde, da Fazenda e Hospitais a fim de tratar de interesses da Escola”*⁹⁷.

Mas, apesar das dificuldades enfrentadas pela EEAP, Lydia das Dores Matta reconheceu, em seu relatório, o trabalho desenvolvido por Maria de Castro Pamphiro e por Jurandyr Manfredini em prol da melhoria da EEAP.

*“Não queremos com esta exposição, menosprezar o esforço sobre-humano dos dois elementos que muito deram de si neste problema magno da Escola, pois sabemos que trabalharam com a maior e melhor de suas capacidades profissionais, sem medir sacrifícios, enfrentando da melhor maneira a situação”*⁹⁸ (Lydia das Dores Matta, 1956).

⁹⁷ Relatório da Diretora Lydia das Dores Matta de 1957 p. 5. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

⁹⁸ Relatório da Diretora Lydia das Dores Matta de 1956 p. 4. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

A chegada de enfermeiras advindas de EEUSP para dirigir a EEAP provocou um rompimento das alianças que a EEAP mantinha com a EEAN. Esse distanciamento pode ser explicado pela existência da rivalidade entre as duas escolas de enfermagem EEAN e EEUSP, essas divergências foram transmitidas em forma de capital cultural e político pelas enfermeiras Lais Netto dos Reys (EEAN) e Edith Magalhães Fraenkel (EEUSP) para suas sucessoras Waleska Paixão (EEAN) e Lydia das dores Matta (EEUSP- EEAP).

Nesse sentido a EEAP sob influência dos agentes de enfermagem da EEUSP, se aproximava cada vez mais do modelo de ensino adotado pela Enfermagem Moderna, voltada não apenas para preparar enfermeiros e enfermeiras na especialidade psiquiátrica, mas também para torná-las aptas a prestar cuidados técnicos de enfermagem geral e especializado a doentes nos espaços hospitalares.

4.2 A participação dos estudantes da segunda gestão do Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini dentro e fora do espaço social da EEAP.

A diretoria do Diretório Acadêmico era composta por Neuza Ignez da Silva, a presidente, e sua vice, Maria de Fátima Dantas, que foram eleitas na segunda gestão, e no final desta, elaboraram um relatório pontuando todas as atividades por eles desenvolvidas entre os anos de 1957 e 1958.

“Compreendemos os problemas e necessidades estudantis e mesmo financeiras, pelas quais o nosso Diretório tem passado até hoje, desde a época de sua fundação”⁹⁹.

Nesse período, ficou evidente o descontentamento dos estudantes com algumas questões vivenciadas na EEAP, fortalecendo o desejo de luta por soluções de diversos problemas e melhores condições de vida aos estudantes, principalmente no que se referia ao desenvolvimento e benefício da entidade estudantil.

Na visão do presidente da UME:

“Não havia mandonismo, não havia ditadura o que havia eram conselhos que se reuniam, opinavam, decidiam e o presidente seguia” (José Baptista de Oliveira Junior, 2008).

Para José Baptista, as reivindicações a nível local das faculdades eram direcionadas para entidade estadual, ou seja, a UEE. Quando havia uma proposta importante ou alguma reivindicação, eram debatidas no Conselho do qual participavam todos os presidentes dos diretórios do Rio de Janeiro.

Uma das lutas enfatizadas pela diretoria do Diretório Acadêmico na gestão 1957/1958 foi pelo registro, em cartório, do Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini como Pessoa Jurídica, para que o DA fosse capaz de exercer direitos e contrair obrigações e patrimônios próprios por

⁹⁹ Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico - gestão 1957/1958 p. 1. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

meio de seu estatuto. Entretanto, a direção do DA enfrentou dificuldades políticas para continuar na campanha de registrar o DA¹⁰⁰.

“O nosso DA é reconhecido pelas outras classes estudantis, mas não é registrado em cartório, isto é, oficialmente não existe. Essa campanha não foi por nós levada a termo para que não agravassem ainda mais as rixas e tensão política por nós já reinante em nosso meio”¹⁰¹.

A falta de verba para manter o Diretório Acadêmico em funcionamento foi um dos motivos de descontentamento dos alunos do DA. Algumas estratégias eram utilizadas pelos alunos para angariar recursos financeiros, tais como rifa e empréstimos cedidos pelo Diretor do SNDM e pela UNE.

“A presidência foi pedir em particular ao Diretor do SNDM [Lysânias Marcellino] uma verba para o nosso Diretório. Explicou nosso diretor que o SNDM, no momento acha-se com dificuldades de verba e cedeu-nos de seu próprio dinheiro, que ficou dessa forma a título de doação ao Diretório Acadêmico”¹⁰².

“Outro problema interno para nós, foi a instalação de um telefone. Para a ligação deste aparelho foi necessária a quantia de Cr\$5.000,00, a qual não estávamos com a posse no momento de fazer a transação. Assim sendo, recorreremos à UNE para que ela nos emprestasse o dinheiro, pedido que foi prontamente atendido”¹⁰³.

A EEAP por ser uma Escola situada em uma hierarquia pertencente ao SNDM, do Ministério da Saúde, apresentava uma condição de vínculo administrativo peculiar entre a saúde e educação, distinta das escolas de enfermagem situadas em universidades e estruturadas no Ministério da Educação. Assim, na EEAP, os estudantes do movimento estudantil reivindicavam junto ao diretor do SNDM, como agente que ocupava a posição mais alta dessa estrutura diferente

¹⁰⁰ Evidenciamos que somente em 1995, o Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini foi registrado como Pessoa Jurídica cuja publicação foi em 15 de março de 1995 (Diário Oficial Ano XXI nº 50 parte V).

¹⁰¹ Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico - gestão 57/58 p. 5. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

¹⁰² Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico - gestão 57/58 p. 2. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

¹⁰³ Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico - gestão 57/58 p. 4. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

das escolas universitárias, onde os alunos buscavam os Reitores para fazer frente a suas necessidades.

“A UNE não tinha proventos próprios, mas sim um subsídio do governo para manter a sede da UNE que era um prédio público do Ministério da Educação. Os alunos que vinham de outros Estados recebiam um pró-labore do governo e dormiam no próprio prédio da UNE. Como esses alunos eram a elite financeira, ninguém reclamava, não sentiam falta” (José Baptista de Oliveira Junior, 2008).

José Baptista declarou que o correto era naquela época haver uma pequena verba da própria faculdade para fazer funcionar os Diretórios Acadêmicos na manutenção da sala e dos encargos administrativos, já que a UNE não possuía a capacidade de manter financeiramente os Diretórios Acadêmicos.

No caso da EEAP, a situação da falta de recursos se agravava, pois não existia nenhum tipo de repasse do Estado para subsidiar o funcionamento do DA pelo fato dessa escola não possuir a titulação de universidade e sim, Escola de Enfermagem e também estar subordinada ao Ministério da Saúde.

Nesse momento ressaltamos o paradoxo existente nas relações entre o movimento estudantil e o Estado já que, ao mesmo tempo em que o movimento estudantil lutava pela autonomia e liberdade que deveriam ser cedidas pelo governo, também eram de uma certa forma, dependentes economicamente do Estado para manter o prédio da UNE em funcionamento. Estrategicamente, estabelecia-se uma relação de dependência de ambos os lados (tanto por parte dos estudantes quanto por parte do Estado) para que fossem atingidos os objetivos políticos que lhes cabiam.

Ao contrário dos movimentos liderados pela antiga diretoria da UNE, não houve nenhuma evidência de conflitos entre a diretora Lydia das Dores Matta e as lideranças do DA. Os

estudantes mostraram-se agradecidos pela cooperação da diretora da EEAP pelas causas estudantis.

“Queremos ainda agradecer à D. Lydia das Dores Matta que tão generosamente vem prestando a sua valiosa cooperação”¹⁰⁴.

A luta e o discurso para enfrentar as dificuldades financeiras eram interesses comuns encarados pela diretora Lydia das Dores Matta e a gestão do DA o que pode ter impulsionado o estabelecimento de uma aliança entre esses dois grupos. Lydia das Dores Matta possivelmente incorporou a posição de portavoz do corpo da EEAP frente às instancias superiores ao pedir melhora salarial para docentes, o que de uma certa maneira, atenuou, mesmo que de forma simbólica, a relação de distanciamento existente entre a direção e os estudantes da EEAP.

Nesse aspecto, a diretora tentava manter um canal de comunicação aberto com os estudantes do Diretório Acadêmico. Por meio de reuniões, eram discutidos os problemas sobre internato e sobre a situação escolar e profissional. Em seu relatório, Lydia das Dores Matta esclareceu que fazia reuniões com o corpo discente a fim de ouvir os estudantes a respeito dos seus problemas escolares e tratar de assuntos referentes ao comportamento e ética dos estudantes¹⁰⁵.

Quando comparamos a cultura institucional adquirida por Maria de Castro Pamphiro e Lydia das Dores Matta percebemos que essas culturas eram bastante diferenciadas, o que certamente, implicou em condutas pedagógicas também distintas.

Maria de Castro Pamphiro possuía uma formação proveniente de uma escola de implementação da enfermagem moderna (EEAN) onde adquiriu um capital institucional conservador, controlador dos corpos femininos (moças de boa família) e menos dialogante,

¹⁰⁴ Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico - gestão 57/58 p. 3. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

¹⁰⁵ Relatório da Diretora Lydia das Dores Matta de 1956 p. 1. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

espelhados na primeira República e no período de Getúlio Vargas. A conduta pedagógica utilizada por Maria de Castro Pamphiro já não condizia com o contexto de liberdade experimentado no período de redemocratização gerando conflitos entre a direção e o Diretório Acadêmico da EEAP. Enquanto que Lydia das Dores Matta detinha uma cultura institucional proveniente da Universidade de São Paulo (USP). Essa vivência universitária (estabelecida entre corpos masculinos e femininos, reivindicações dentre outros aspectos) em sua formação deu a ela uma possibilidade de lidar melhor com o movimento estudantil e os estudantes da EEAP.

Quando consideramos a trajetória da enfermagem brasileira constatamos que a enfermagem foi institucionalizada na sociedade moderna ocidental como uma profissão majoritariamente feminina já que desde os primórdios da formação de enfermeiros, o sexo feminino era preferido em razão da crença de uma natureza específica para o cuidado, disciplina, obediência e respeito aos superiores. Atribuía aos representantes do sexo masculino uma ambição sem limites, o que facilmente poderia levar a extrapolar suas funções, enquanto que a mulher era vista como mais modesta em suas aspirações, tendo campos de ações bem mais limitados, sendo capaz de exercer a profissão sem sair de suas atribuições facilitando assim o domínio e o controle dos médicos psiquiatras sobre o campo da psiquiatria (MOTT & TSUNECHIRO, 2002, p.595).

Os homens somente eram admitidos nos manicômios e hospitais militares que acumulavam as funções de portaria e as de vigilância. Para tanto se exigia dotes físicos como força e robustez para exercer tarefas de controle e repressão, podendo para isso utilizar força física no contato com os doentes (JORGE; ALENCAR; BELMONTE & REIS, 2003, p.33).

Como a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto foi criada inicialmente, para atender as necessidades do Hospício Nacional dos Alienados (HNA), sob a influência de renomados

psiquiatras, manteve a sua tradição de formar enfermeiros e enfermeiras funcionando sob o regime de escola mista:

*“Desde sua criação vem a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, passando por várias transformações em sua estrutura, criada por um grupo de médicos idealistas do Hospital de Alienados onde passou a funcionar, foi depois dividida em duas seções, uma feminina que funcionava no Engenho de Dentro e a outra mista funcionando na Praia Vermelha”*¹⁰⁶(Lydia das Dores Matta, 1956).

Através do relatório de Maria de Castro Pamphiro referente às atividades de 1955, é possível verificar a permanência de representantes do sexo masculino e feminino na EEAP:

Quadro n. 1- Quantitativo de enfermeiros diplomados na EEAP entre os anos de 1950-1955

Enfermeiros	1950	1951	1952	1953	1954	1955	Total
Sexo Feminino	19	17	13	15	5	20	89
Sexo Masculino	1	3	5	3	3	0	15
Total	20	20	18	18	8	20	104

Relatório da diretora Maria de Castro Pamphiro de 1955, p.20. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

Observa-se que mesmo sendo pequeno o quantitativo de homens que estudavam na EEAP, a escola se distinguia das demais escolas de enfermagem e acabava por aproximar seu modelo de ensino ao nível universitário já que segundo Baptista & Barreira (2006, p.412) a maioria das escolas de enfermagem se diferenciavam das demais unidades universitárias por não aceitarem candidatos do sexo masculino.

Araújo (2007, p. 74) apontou que, desde os seus primeiros anos, nos seus primeiros congressos, a UNE contou com a participação feminina. A preocupação da UNE com a mulher estudante foi anunciada em abril de 1938, no 2º Congresso Nacional de Estudantes, conhecido como 2º Congresso da UNE, onde foi recomendado que as organizações

¹⁰⁶Relatório da Diretora Lydia das Dores Matta de 1956. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

universitárias femininas deveriam defender os interesses peculiares à mulher estudante (POERNER, 1979, p. 329). Também foram formuladas algumas teses com temáticas voltadas para a “mulher estudante frente aos problemas do trabalho e em face das organizações profissionais”; “a mulher estudante frente ao problema do lar” e “associações femininas como membro de estudo e defesa dos interesses peculiares à mulher” (POERNER, 1979, p. 136).

O século XX iniciou com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, clamavam pelo direito ao voto, acesso ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, repartições, hospitais e nas indústrias. O exercício dos direitos civis e políticos e o acesso aos cursos superiores eram ainda novidade para as poucas jovens estudantes universitárias no Congresso da UNE de 1948, que elegeu o paraibano Genival Barbosa. No entanto, esse Congresso, que se realizou no Rio de Janeiro, contou com a presença de 60 mulheres, sendo, todas elas, segundo Genival, das escolas de Filosofia e de Enfermagem do país inteiro.

Conforme o relato de José Baptista de Oliveira, a participação das mulheres no movimento estudantil UME e UNE era pequena.

“As meninas começaram a ingressar na faculdade fortemente nos últimos 20 anos mais ou menos. Na época que estudei, posso comparar que num grupo de cinquenta alunos havia duas a três meninas. Era muito pequeno o número de meninas que participaram da UNE, mas aquelas que participavam, participavam mesmo” (José Baptista de Oliveira Junior, 2008).

As mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atitudes associadas à reprodução biológica e social da descendência (BOURDIEU, 1999 p.116). Para alterar a condição feminina na sociedade como a submissa e obediente à ordem social em vigor, as mulheres tiveram que lutar pela transformação das estruturas na conquista de posições mais privilegiadas. Assim ocorreu com o fortalecimento da participação política das estudantes de enfermagem do sexo feminino no movimento estudantil.

“Podemos ainda ressaltar a vitória desta escola, ao receber uma aluna sua para a presidência da União Brasileira dos Estudantes de Enfermagem, órgão máximo dos estudantes de enfermagem brasileiros”¹⁰⁸.

A ocupação das mulheres nos cargos de liderança política simbolizou uma grande vitória para a mulher nas disposições dos espaços sociais.

As estudantes do Diretório Acadêmico da EEAP, para participar dos eventos promovidos pelo movimento estudantil, deveriam pedir dispensa e autorização por escrito para a diretora da Escola. Exigir o pedido de autorização para que as acadêmicas participassem dos eventos era uma estratégia da diretora de dominação e de imposição do poder simbólico já, ao mesmo tempo em que permitia o controle da diretora sobre a vida estudantil, levava os acadêmicos a agirem segundo um certo tipo de regras e valores por ela impostas.

Os componentes da diretoria do Diretório Acadêmico da gestão 1957-1958 participaram das reuniões do Congresso de Estudantes de Enfermagem¹⁰⁹. A participação dos estudantes da EEAP em tais congressos adquiriu uma importância fundamental, pois funcionavam como fórum de debates e consolidação dos avanços da enfermagem e de sua difusão entre os profissionais da área. Possibilitou, ainda, agregar as atividades de ensino e o exercício da prática política no movimento estudantil. Assim, em julho de 1958, duas alunas foram enviadas para representar a EEAP, no Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em São Paulo.

“As nossas duas representantes que tão dignamente honraram o nome de nossa escola dentro do Congresso da UNE, tiveram participação ativa no decorrer de todas as atividades que esse conclave anual oferece aos estudantes”¹¹⁰.

¹⁰⁸Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico - gestão 57/58 p. 2. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

¹⁰⁹ Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico Juurandyr Manfrenidi p.8. Até o momento foi o único registro encontrado que trata da existência desse evento.

¹¹⁰ Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico - gestão 57/58 p. 7. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

Nos Congressos estudantis, a visibilidade dita como indispensável à existência social (BOURDIEU, 1989, p.145) foi conferida aos acadêmicos da EEAP que conquistaram a autonomia de falar e de adquirir legitimidade instituinte no campo da educação e no espaço social da EEAP.

As alunas também participaram ativamente do Congresso da UME, realizado em setembro de 1958.

“Durante todo o Congresso, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, liderou a bancada das escolas de enfermagem cariocas, e foi, como já dissemos, a única das escolas no gênero, a pronunciar-se dentro do Congresso”¹¹¹.

Nesses Congressos, os estudantes da EEAP adquiriram o poder de fazer grupos e manipular a estrutura objetiva da sociedade, o que significa para Bourdieu (2004a, p.167) o poder de impor uma visão das divisões, o poder de tornar visíveis, explícitas as divisões sociais implícitas.

De acordo com o depoimento de José Baptista de Oliveira, os Congressos da UNE eram realizados uma vez por ano e em diferentes locais e Estados.

“Lembro-me do Congresso de Belém do Pará e depois do Km 47 da Universidade Rural quando eu fui eleito. Teve também um Congresso em Nova Friburgo quando saí. Três lugares bem distintos. Isso era decisão do Conselho Nacional que tinha representação em cada União Estadual dos Estudantes (UEE). Conseguíamos verba, apoio local para esse acontecimento. A prefeitura ajudava. Havia interesse pelo governo” (José Baptista de Oliveira Junior, 2008).

A participação ativa dos alunos da EEAP no movimento estudantil proporcionou a aproximação do Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini com diversos diretórios acadêmicos

¹¹¹ Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico - gestão 57/58 p. 8. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

existentes, tanto das Escolas de Enfermagem quanto nas Faculdades de Medicina, Direito, Odontologia, Educação Física e desportos e Arquitetura.¹¹²

“Vimos mantendo desde o início de nossa gestão, a mais estreita relação social com os demais Diretórios Acadêmicos, bem como, com as Bancadas Estaduais de Estudante, por ocasião do Congresso da UME, reuniões, conferenciais e demais acontecimentos sociais”¹¹³.

Os agentes do movimento estudantil enfatizavam que a mocidade das escolas tinha o dever e a necessidade de se conhecer, para, unida, poder melhor trabalhar, orientando a sua ação num sentido comum (POERNER, 1979, p.136).

Nesse sentido, os estudantes da EEAP fizeram seu papel na integração com os estudantes dos demais diretórios acadêmicos existentes, servindo na construção negociada pelos os avanços dos seus interesses nas diversas esferas de discussão e decisão da política estudantil. Esse envolvimento permitia que os acadêmicos da EEAP ficassem mais interados das questões do ensino universitário, de cunho nacional e da problemática educacional frente à reforma universitária.

Para Bourdieu (1989, p.145), a construção da luta política passa pela construção de lutas simbólicas e que exprimem a luta por uma posição dentro da estrutura social, ou seja, mobilizam relações práticas, de força, dentro da estrutura.

Nesse sentido, por meio das lutas políticas e estratégias adotadas, os estudantes puderam adquirir o reconhecimento e visibilidade não só no espaço social da EEAP, mas também no campo da educação, diante de outras instituições universitárias ao conquistar um poder específico, simbólico, de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz do mundo natural e social, e por essa via de fazê-las existir.

¹¹² Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico - gestão 57/58 p. 10. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

¹¹³ Relatório das atividades da diretoria do Diretório Acadêmico - gestão 57/58 p. 5. Disponível no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da EEAP-UNIRIO.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1950 compreendeu um período histórico caracterizado pelo pós-segunda guerra mundial. A Guerra Fria, assim chamada, ocupou o cenário político internacional por meio de suas ideologias que passaram a repercutir nos campos da política, educação e saúde da sociedade brasileira.

O período estudado demarcou diversas transformações no setor político e econômico do país. Após a morte de Getúlio Vargas (1954), a instabilidade política acarretou disputas internas entre diversos grupos de agentes para ocupar os mais altos escalões do poder da República e a sucessão presidencial passou a ser tema chave nas discussões da vida política brasileira.

Os governos de Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek foram estruturados a partir dos princípios de visão e divisão, os quais orientaram as lutas entre os diversos agentes envolvidos e impuseram os limites históricos ao seu desenvolvimento.

Sob a égide do processo de democratização e de enaltecimento do nacionalismo, o movimento estudantil, por meio da União Nacional dos Estudantes, consolidava-se de forma organizada, com forte capacidade de mobilização e força política, permitindo que o estudante participasse ativamente de disputas políticas, tanto no âmbito universitário quanto perante os altos poderes da República.

Nesse sentido, a voz estudantil, na luta pela defesa de seus interesses, passou a ser ouvida, trazendo reflexos para a política brasileira, para o campo da educação e, consecutivamente, para a enfermagem brasileira.

O Decreto 37.613 de 1955, ao regular a constituição dos órgãos de representação estudantil, em todos os institutos de ensino superior, conferiu ao estudante autonomia e o poder de impor um discurso autorizado em prol da necessidade de estabelecer diretórios

acadêmicos nas instituições de ensino em diversas áreas profissionais. Esse decreto também estabeleceu que a existência dos diretórios acadêmicos seria condição para o reconhecimento e equiparação dos estabelecimentos de ensino superior no Brasil.

Almejando consolidar o ensino de enfermagem universitário, as enfermeiras diplomadas refletiram sobre a necessidade de mudar alguns métodos de ensino considerados ultrapassados e manter um canal de comunicação mais aberto com os estudantes, aumentando o vínculo de aproximação entre eles. Sendo assim, as enfermeiras passaram a recomendar que as diretoras das escolas de enfermagem passassem a estimular a criação de órgãos de representação estudantil, no sentido de aproximar as características das Escolas de Enfermagem com as Universidades.

Podemos considerar que essa estratégia de aproximação com os estudantes foi uma tentativa de conservar a violência simbólica que as diretoras detinham sobre os acadêmicos, pois ao mesmo tempo em que elas estimulavam a criação dos Diretórios Acadêmicos também controlavam o movimento estudantil e os Diretórios Acadêmicos por meio do controle de ações pedagógicas, elaboração de normas e legitimações.

Após a Lei 775 de 1949 a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto encontrou-se em uma situação particular, pois inserida na estrutura do setor saúde, enfrentava questões de cunho propriamente educacional, os quais mais facilmente seriam resolvidos se a Escola estivesse subordinada exclusivamente ao Ministério da Educação e Cultura. Ocorreu, portanto, um distanciamento da direção da EEAP com as instâncias administrativas do MEC, responsáveis pelo reconhecimento das escolas de enfermagem brasileiras.

Nesse período, a EEAP estava subordinada ao Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) cujo diretor era Jurandyr Manfredini que detinha o capital institucional e o poder de legitimar sobre todos os serviços da Escola. Em uma hierarquia abaixo, a enfermeira Maria de

Castro Pamphiro ocupava a direção da EEAP, acumulando funções administrativas e pedagógicas.

Em maio de 1955, os estudantes de enfermagem da EEAP, apoiados pela União Metropolitana dos Estudantes (UME) criaram o Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. No mesmo dia, os mandantes delegaram o estudante Djalma Alves para ser o presidente da primeira diretoria do Diretório Acadêmico, dando plenos poderes para que representasse, falasse, agisse em nome do corpo discente da Escola.

A criação do Diretório Acadêmico da EEAP constituiu-se como um novo espaço de luta simbólica, até então, ausente dos desafios administrativos e pedagógicos enfrentados pela Direção da Escola. Com a aproximação dos alunos de enfermagem, as lideranças do movimento estudantil foram criadas e, com isso, surgiram as condições para se alterar as regras e regularidades políticas de dominação inscritas na Escola, inclusive o surgimento de disputas políticas que levaram a redistribuição do poder no espaço social da EEAP.

A EEAP representou um campo de lutas que visava transformar ou conservar a relação de força estabelecida. Cada um dos agentes investiu o capital que adquiriu pelas lutas anteriores em estratégias que dependiam, quanto à orientação, da posição desses agentes nas relações de força.

Desde 1943, a disposição dos agentes no espaço da EEAP e no campo político, da educação e da saúde estava configurada em torno da rede de relações políticas estabelecidas, durante o Estado Novo, por Getúlio Vargas e sua rede de confiança Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde), Barros Barreto (diretor do DNS), Adauto Junqueira Botelho (diretor do SNDM), Laís Netto dos Reis (diretora da EEAP até 1950) e Maria de Castro Pamphiro (diretora da EEAP). Esses agentes representaram uma política institucional embasada nas concepções expandidas pelo Estado Novo e também pela Igreja Católica, mantendo por isso, atitudes conservadoras e autoritárias que eram severamente criticadas

pelos agentes opositores do sistema (incluindo o movimento estudantil) que vivenciavam o processo de democratização e abertura política, a partir de 1950.

Após a morte de Getúlio Vargas, uma nova configuração política ficou estabelecida em torno do governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961), pois, novos agentes de acordo com seus capitais políticos e relações políticas passaram a pleitear os cargos importantes nos escalões do governo e a posicionar-se nos campos da educação e saúde.

Assim ocorreu com Maurício de Medeiros (Ministro da Saúde) e Jurandyr Manfredini (diretor do SNDM) que dispostos hierarquicamente no campo da saúde e detentores do poder de exercer os efeitos de imposição simbólica, passaram a impor novas visões e divisões de mundo inclusive no espaço da EEAP e no mundo universitário ao posicionar-se a favor da luta pela criação dos Diretórios Acadêmicos como órgãos de representação estudantil.

O diretor do SNDM, Jurandyr Manfredini, posicionado no topo da estrutura hierárquica no espaço da EEAP era detentor dos poderes temporal e específico. O primeiro era exercido por meio das relações políticas com personalidades influentes e do capital político acumulado pela sua trajetória profissional. Já o poder específico era reconhecido pelos estudantes de enfermagem que adotaram como título do Diretório Acadêmico o nome de Jurandyr Manfredini.

A adoção de seu nome para o Diretório Acadêmico e a nomeação de Jurandyr Manfredini como paraninfo da turma selou um pacto de cumplicidade e de troca de favores. Para Jurandyr Manfredini ficou comprovado seu capital cultural de notoriedade e de popularidade resultado do fato de ser conhecido e reconhecido. Para os acadêmicos do DA, a garantia de apoio e proteção de um agente detentor de um capital político acumulado, de autoridade capaz de legitimar decisões de interesse para o movimento estudantil.

Nesse sentido, as relações de força entre os agentes no espaço social da EEAP estavam estabelecidas não somente de acordo com o posicionamento desses agentes na hierarquia dos campos, mas, também pelas alianças firmadas de forma estratégica.

Os psiquiatras Jurandyr Manfredini (diretor do SNDM) e Maurício de Medeiros (Ministro da Saúde) estabeleceram uma relação política para conservar o poder legítimo no campo da saúde; assim como a diretora da EEAP, Maria de Castro Pamphiro sem a atuação de Laís Netto dos Reys (ex-diretora da EEAN) formou alianças com Aduino Botelho (ex-diretor do SNDM) para preservar sua posição como diretora da EEAP. Por outro lado, os estudantes da EEAP se aliaram com Estudantes do Movimento Estudantil (UME/UNE) e com o psiquiatra Jurandyr Manfredini (diretor do SNDM) para angariar apoio na luta da defesa de seus interesses dentro e fora do espaço social da EEAP.

Com a chegada de Lysânias Marcellino da Silva na direção do SNDM configurou uma nova redistribuição do poder na EEAP. O novo diretor com o objetivo de renovar a assistência em psiquiatria e modificar toda a estrutura administrativa do SNDM nomeou agentes que possuíam um capital político e cultural com características inovadoras, que representassem a ruptura de um modelo arcaico.

Sendo assim, a enfermeira Lydia das Dores Matta, formada na Escola de Enfermagem na Universidade de São Paulo, assumiu a direção da EEAP em outubro de 1956. Lydia das Dores Matta despertou o interesse de Lysânias Marcellino da Silva por possuir um *habitus* de uma enfermeira inserida num grupo em ascensão com diferentes agentes e com outras relações de poder no campo da educação.

A chegada de Lydia das Dores Matta representou, para EEAP, a possibilidade de iniciar um modelo de ensino semelhante aos moldes da Escola de Enfermagem de São Paulo, o que contribuiu para a formação de novas alianças com agentes que de lá pertenciam, assim

como de Edith Magalhães Fraenkel, agente dotada de um grande capital cultural e político, com fortes influências no campo da saúde, educação e enfermagem brasileira.

Por certo, a redistribuição de poderes na EEAP implicou no distanciamento das relações de cooperação e troca de favores entre a EEAP e EEAN, anteriormente estabelecidas entre Laís Netto dos Reys e Waleska Paixão com Maria de Castro Pamphiro já que Lydia das Dores Matta carregava consigo um capital institucional e político advindo da EEUSP, considerada concorrente à EEAN no campo da enfermagem.

Como estratégia Lydia das Dores Matta procurou gerar outras redes de relações políticas com novas enfermeiras para preencher o quadro de professores na EEAP e também com os potenciais serviços de saúde que poderiam servir como campo de estágio para os acadêmicos da Escola.

Na gestão de Lydia das Dores Matta, uma das primeiras medidas adotadas por ela foi elaborar um relatório direcionando ao diretor do SNDM Lysânias Marcellino Silva para que fossem tomadas providências em relação ao pagamento insuficiente dos docentes, fato segundo ela, levava a decadência profissional da EEAP. As dificuldades financeiras também era um problema vivenciado pelos acadêmicos da EEAP que buscavam subsídios das instâncias do SNDM para a manutenção o Diretório Acadêmico.

Nesse sentido, tanto os estudantes quanto Lydia das Dores Matta, no que se refere ao enfrentamento dos problemas financeiros vivenciados na EEAP possuíam o mesmo discurso e interesses em comum, o que por certo impulsionou a aproximação entre eles já que a diretora conquistou o reconhecimento e tornou-se uma porta voz na luta pela melhoria do capital econômico dos professores, como no avanço da economia da Escola.

Maria de Castro Pamphiro e Lydia das Dores Matta possuíam o *habitus* da enfermagem moderna, mas institucionalmente diferenciado e por esse motivo, cada uma adotou uma conduta pedagógica de acordo com o capital institucional adquirido ao longo de

suas trajetórias acadêmica e profissional. Enquanto Maria de Castro Pamphiro detinha em sua formação uma postura mais escolar, feminina e conservadora, Lydia das Dores Matta formada em uma universidade, estava mais próxima de movimentos e órgãos estudantis, por isso, procurou manter um bom relacionamento com os acadêmicos da EEAP o que por certo amenizou os possíveis conflitos entre os acadêmicos da EEAP e a direção da Escola.

A atuação dos estudantes do Diretório Acadêmico da EEAP no campo de ensino e da enfermagem brasileira e sua luta pela manutenção de suas posições de poder provocaram efeitos simbólicos dentro e fora do espaço social da EEAP.

No espaço social da EEAP o surgimento do Diretório Acadêmico contribuiu, de forma simbólica, para o enfraquecimento das relações de poder que eram estabelecidas por Maria de Castro Pamphiro, o que por sua vez, impulsionou a redistribuição dos poderes ao colocar em xeque a permanência de Maria de Castro Pamphiro na gestão da EEAP.

Dentro e fora do espaço social da EEAP, a ocupação das mulheres na presidência do Diretório Acadêmico da Escola, pode alterar a condição feminina de submissão e possibilitou que essas acadêmicas participassem dos debates políticos e exercitassem a liderança política, o que por certo simbolizou uma grande vitória nas disposições dos espaços sociais.

Os congressos estudantis e de enfermagem funcionavam como uma arena de debates onde eram discutidos os rumos do movimento estudantil, o ensino universitário, a vida política e os avanços da enfermagem brasileira. A participação dos acadêmicos da EEAP proporcionou uma visibilidade para Escola enquanto instituição formadora de agentes capazes de possuir raciocínio crítico, de participação política e de negociação.

Como a EEAP era subordinada ao Ministério da Saúde, os estudantes do Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini conseguiram transcender a barreira que distanciava a Escola do Ministério da Educação e Cultura, quando tornou essa instituição com características semelhantes às universidades, já que passou a possuir um Diretório Acadêmico altamente

participativo ligado aos movimentos políticos e sociais e com conflitos de uma instituição de ensino superior, pois esses acadêmicos vivenciavam juntamente com estudantes de outras escolas a realidade do ensino universitário.

Nesse sentido, a União Nacional dos Estudantes (UNE) teve um papel fundamental porque representou o elo de ligação entre os estudantes da EEAP e os estudantes universitários e permitiu que os estudantes da EEAP rompessem os muros que os separavam do mundo externo, aproximando-os dos problemas políticos nacionais e educacionais.

A criação do Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini significou uma vitória na manutenção do espírito de luta a favor do estudante, já que possibilitou a participação desses em discussões relativas ao ensino, ao cotidiano acadêmico, à enfermagem, à vida social e à política brasileira da época.

Também podemos considerar que a construção de um Diretório Acadêmico da EEAP possuiu um papel mediador na formação da identidade social dos estudantes da mesma, construída pelo sentimento de pertencer a um grupo social específico, com papéis e interesses particulares.

Dentre os efeitos simbólicos, a participação do Diretório Acadêmico Jurandyr Manfredini proporcionou a proximidade com diversos acadêmicos de outras instituições, dentre elas, as Escolas de Enfermagem e Universidades. Tal aproximação foi fundamental para conceder uma expansão na rede das relações interpessoais entre esses futuros enfermeiros.

Por fim, os estudantes conseguiram de acordo com seus interesses e estratégias conquistar um poder simbólico de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver, crer, de confirmar, de mobilizar, de transformar a visão de mundo e a ordem social dentro e fora do espaço social da EEAP.

6. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA FILHO, Antonio Filho. A Escola Anna Nery (EAN) no “front” do campo da educação em enfermagem e o (re)alinhamento de posições de poder (1931-1949). Rio de Janeiro; 2004, tese (doutorado em enfermagem)- Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. 200p.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Movimento estudantil e consciência social na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALVES, Ana Paula Costa e SILVA JUNIOR, Osnir Claudiano da. Páginas de História da Enfermagem: o jubileu de ouro de uma obra (1951-2001). Esc. Anna Nery, ago. 2006, vol.10, no.2, p.181-186. ISSN 1414-8145.

AMORIM, Wellington Mendonça de. A reconfiguração da primeira escola de enfermagem brasileira: A missão de Maria de Castro Pamphiro, 1937-1949. Rio de Janeiro; 2004, tese (doutorado em enfermagem)- Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. 218p.

AMORIM, Wellington Mendonça de; BARREIRA, Ieda de Alencar. As Circunstâncias do Processo de Reconfiguração da Escola Profissional de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal. Escola Anna Nery: Rev. de Enfermagem, v.10, n.2,p.195-203. UFRJ: Rio de Janeiro, 2006.

AMORIM, Wellington Mendonça de; BARREIRA, Ieda de Alencar. O jogo de forças na reorganização da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Rev Bras Enferm, v.60, n.1,p.55-61: Brasília, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula. Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará Fundação Roberto Marinho, 2007.

BAPTISTA, Suely de Souza; LIMA, Thaísa Góis. Do público ao privado: a situação dos cursos superiores privados de Enfermagem no Estado do Rio de Janeiro. Escola Anna Nery: Rev.de Enfermagem, v.6, n.3, p.359- 374. UFRJ: Rio de Janeiro, dez. 2002.

BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA; Ieda de Alencar. A (Re)Configuração do campo da Enfermagem durante o Estado Novo (1937-1945). Rev. Bras. Enferm., v.55,n.2, p.205-216: Brasília, mar./abr.2002.

BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA; Ieda de Alencar. O movimento associativo das enfermeiras na primeira metade do século XX. Rev. Bras. Enferm., v.54,n.2, p.157-173: Brasília, abr/jun.2001.

BESSA, Marina do Nascimento; AMORIM, Wellington Mendonça de. Aspectos da Formação Profissional da Escola de enfermagem Alfredo Pinto (1943-1949). Escola Anna Nery: Rev. de Enfermagem, v.10, n.1, p.64-74. UFRJ: Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890. Cria no Hospício Nacional dos Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras. (Enfermagem Leis, decretos e Portarias) Ministério da Saúde/ SESP, 2ª edição rev. e aum, Rio de Janeiro, DF, set. 1959.

_____. Decreto Lei n.4.725, de 22 de setembro de 1942. Reorganiza a Escola Profissional de Enfermeiros criado pelo decreto nº791, de 27 de setembro de 1890, e dá outras providências. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Atos do Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, v.6, p.544-547, jul.-set 1942.

_____. 10.472 de 22 de setembro de 1942. Aprova o regulamento da Escola de Enfermeiro Alfredo Pinto. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Atos do Poder Executivo, Rio de Janeiro (DF), v.5, p.292-293, jul.-set 1942.

_____. Decreto s/n. de 29 de dezembro de 1942. O presidente da república designa: Maria de Castro Pamphiro para exercer o cargo de diretora da Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 6 de jan. de 1943.

_____. Lei n.775, de 06 de agosto de 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no país e da outras providências. Enfermagem (Leis, Decretos e Portarias) Ministério da Saúde/SESP, 2ª edição ver. E aum, Rio de Janeiro, DF, set.1959.

_____. Lei nº 1920, de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, p.13193, coluna 1, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, jul.1953.

_____. Lei nº decreto 17.185 de 18. Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Doenças Mentais do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Atos do Poder Executivo, Rio de Janeiro (DF), v.8, p.424-437, out.-dez 1945.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. O poder simbólico. 10ªed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Coisas Ditas. 1ªed, São Paulo: Brasilienses, 2004 a.

_____. Os usos sociais da ciência. São Paulo: Unesp, 2004 b.

BURKE, Peter(Org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDEIRA, Jorge. Viagem pela História do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. 5ª ed, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Anayde Correa. Associação Brasileira de Enfermagem-1926-1976-documentário. Brasília (DF): Aben 1976

CARVALHO, Anayde Correa. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Resumo histórico-1942-1980. Rev Esc Enferm USP; 14 (supl), p.1-271, ago.1980.

CUNHA, Marcus Vinicius da. A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do Inep. Rev. bras. Est. pedag., Brasília, vol. 83, n. 203/204/205, p. 127-140, jan./dez. 2002.

D´ARAÚJO, Maria Celina. A Era Vargas. São Paulo: editora Moderna, 1997.

D´ARAÚJO, Maria Celina. As Instituições da Era Vargas. Nos Braços do Povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Ed UERJ: Ed. FGV, 1999.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Biografias : Os anos JK- Nereu Ramos. Disponível em : http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Nereu_Ramos.asp. Acesso em 29 jul. 2008.

_____. Biografias : Os anos JK- Carlos Luz. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Carlos_Luz.asp Acesso em 29 jul. 2008.

_____. Verbetes Biográfico - Café Filho. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/920_1.asp Acesso em 29 jul. 2008.

_____. Biografias: Os anos de JK - Maurício de Medeiros. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Mauricio_de_Medeiros.asp. Acesso em 04 agosto. 2008.

_____. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945)- Queda de Vargas e fim do estado Novo. A Era Vargas. Partidos Políticos Nacionais. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_fim_ppn.htm. Acesso em 29 jul. 2008.

DOURADO. Haydée Guanais. O papel da Escola. Anais de enfermagem, janeiro 1952, p 53-63.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp & Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. História e memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo, RS: Ediupf, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; REDE DE COMUNICAÇÃO. Hospital Colônia Aduato Botelho foi batizado com o nome de seu idealizador. Disponível em: www.es.gov.br/site/noticias/show. Acesso em 03 out. 2006.

HAMILTON, Wanda. FONSECA; Cristina. Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde, em 1953. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v.10, n.3: 791-825, set-dez 2003.

JORGE, Marco Aurélio Soares; ALENCAR, Paulo Sérgio Silva; BELMONTE, Pilar Rodriguez; REIS, Valéria Lagrange Moutinho. Textos de apoio em saúde mental. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2003.

LAMARÃO, Sérgio. Verbete temático: Movimento do 11 de novembro. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb> . Acesso em: 30 set.2006.

LAFER, Celso. Uma interpretação do sistema das relações internacionais do Brasil. In: Argentina e Brasil no sistema de relações internacionais. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de; PINTO, Maria Marta Saavedra. Fontes para a história dos 50 anos do Ministério da Saúde. Hist. cienc. saúde-Manguinhos., Rio de Janeiro, v.10, n.3, 2003.

LINHARES, Maria Yedda (org); FLAMARION, Ciro; TEIXEIRA, Francisco Carlos; MENDONÇA, Sônia Regina. História Geral do Brasil. 9ªed, Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MANCIA, Joel Rolim; PADILHA, Maria Itayra Coelho Souza. Trajetória de Edith Magalhães Fraenkel. Rev. bras. enferm., Brasília, 2006, v. 59, n. esp: 432-437, .

MARTINS, Lucila Esteves; ANTONIO, Liliane de Fátima. Lídia das Dores Matta: trajetória de vida. Trabalho apresentado como conclusão da Disciplina Temas Emergentes em História da Enfermagem. Novembro de 2006.

MEIRELLES, Márcia da Rocha; AMORIM, Wellington Mendonça de. O cotidiano dos alunos na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1949-1956. Ver. Latino-Am. Enfermagem [online]. 2008, vol.16,nº.6, p.1005-1011.

MENDES JUNIOR, Antônio. Movimento estudantil no Brasil. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Galeria dos Ministros da Saúde. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/popup/estrutura/ministros/galeria.html>. Acesso em: 09 out. 2005.

MONTEIRO, Bernardo Assis; AMORIM, Wellington Mendonça. O impacto da Lei 775 na formação profissional da escola de enfermagem Alfredo Pinto (1950-1956). Rev. Enfermagem Brasil, Atlântica.v.6, n.1:38-46, jan-fev 2007.

MOREIRA, Almerinda; OGUISSO, Taka. Profissionalização da Enfermagem Brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

MOTA, Myriam; BRAICK, Patrícia. História das Cavernas ao Terceiro Milênio. São Paulo: Moderna, 1997.

MOTT, Maria Lucia; TSUNECHIRO, Maria Alice. Os cursos de enfermagem da Cruz Vermelha e o início da enfermagem profissional no Brasil. Rev. Brasileira de Enfermagem. Brasília. Vol. 55, n.5, p.592-599, Set/ Out. 2006.

OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival Fernandes. Irmã Tereza Notarnicola. Rev. Brasileira de Enfermagem. Brasília. Vol. 59, n.6, Nov/ Dez. 2006

PAIXÃO, Waleska. A Formação Moral da Estudante de Enfermagem. Anais de enfermagem, janeiro 1952, p 17-23.

PEREIRA NETO, André de Faria. Ser médico no Brasil: o presente no passado. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

PERES, Laerte. Breve história das políticas de saúde deste século no Brasil. Disponível em: <http://www.hospvirt.org.br/enfermagem/port/polsaude.html>. Acesso em 18/08/2007.

POERNER, Arthur José. O Poder Jovem- História da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RESENDE, Maria de Andrade. Ensino de Enfermagem. Rev. Brasileira de Enfermagem. Ano XV, nº1, fev.1961.

SANTOS, Regina Maria dos; TREZZA, Maria Cristina Figueiredo; CANDIOTTI, Zandra Maria Cardoso; LEITE, Josete Luzia. Circunstâncias de oficialização do curso de auxiliar de enfermagem no Brasil: estudando as entrelinhas da lei 775/49. Rev. Latino-am Enfermagem 10(4): 561-570, julho-agosto 2002.

SARLO, Roberta Soares; BRÊTAS, Ana Cristina Passarela. A participação política de graduandos(as) de enfermagem. Online Brazilian Journal of Nursing, vol 6,n.0 2007.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. A JUC: os Estudantes Católicos e a Política. Petrópolis: Vozes, 1984.

SILVA JUNIOR, Osair; BRAGA, Marie- Nöelle. A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospício Nacional dos Alienados e a Enfermagem no Alvorecer do século XX(1890-1920). Relatório Final de Projeto- apoio UNIRIO, junho, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. Micro-história: Protagonistas Anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus,2002.

VILLAS – BOAS, Maria Julieta Calmon. Organizações Estudantis em Escolas de Enfermagem. Anais de enfermagem, janeiro 1952, p 46-52.

VIDAL, Louise Vieira de Mello; AMORIM, Wellington Mendonça. Reconhecimento do Psiquiatra Jurandyr Manfredini entre Estudantes da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1954-1955. Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas. vol 4, n. 1, art 8. 2008.

**APÊNDICE 1- Entrevista direcionada ao depoente membro da entidade estudantil
(UME/UNE).**

- 1) Como você se inseriu no movimento estudantil?
- 2) Quais eram as reivindicações do estudante em 1955- 1958?
- 3) Como os estudantes do movimento estudantil se relacionavam com os partidos políticos da época?
- 4) Como eram feitas as reivindicações a nível local das faculdades?
- 5) Existia algum critério utilizado para a escolha do nome dos Diretórios Acadêmicos?
- 6) Quais eram os embates mais comuns entre os diretores das escolas e o D.A?
- 7) O senhor acha que o fato da EEAP ser localizada na Urca influenciou a participação dos alunos de enfermagem na UNE?
- 8) Como era a relação financeira da UNE com os Diretórios Acadêmicos? A UNE ajudava financeiramente os Diretórios?
- 9) Como e quando eram realizados os Congressos dos Estudantes?
- 10) Comente sobre a autonomia dos D.A em suas instituições de ensino.
- 11) Como foi a participação feminina na UNE?
- 12) Como a influência das ideologias da Guerra Fria se deu na UNE?

APÊNDICE 2- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “O movimento estudantil na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1955-1958”, que tem como objetivos: Descrever as circunstâncias da criação do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; Analisar as relações de força entre o recém criado Diretório Acadêmico, a direção da EEAP e o Serviço Nacional de Doenças Mentais e Discutir a redistribuição do poder, no espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, após a criação do Diretório Acadêmico, 1955 a 1958.

Trata-se de um estudo de natureza histórico-social, baseado em análise documental. Também utilizaremos os depoimentos orais como fontes documentais. A história oral será um método para orientar as entrevistas, as quais são semi-estruturadas e possuem a técnica do gravador como suporte.

Os dados coletados serão utilizados nesta pesquisa, que terá duração de 2 anos, e os resultados serão divulgados em eventos e revistas científicas.

A sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder a pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador.

Sua participação nesta pesquisa constituirá em uma entrevista gravada. Caso concorde, ao término da pesquisa, a fita poderá ser cedida ao arquivo do Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da UNIRIO, após a sua transcrição e conferência.

Você não terá nenhum custo ou compensação financeira.

Tal pesquisa não implica em riscos ou danos para a integridade física ou mental do depoente. Os benefícios relacionados com a sua participação são as contribuições significativas para a memória da *Primeira Escola de Enfermagem Brasileira* (1890) e sobre a História da Enfermagem Brasileira, no Distrito Federal, 1955-1958.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone/e-mail e o endereço do pesquisador principal e demais membros da equipe, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Nome e assinatura do pesquisador

Pesquisadora: Marina do Nascimento Bessa
Rua Torres de Oliveira 166 Piedade
Telefone: 25954055- 25940577- 93874648
marinabessa@hotmail.com

Pesquisador responsável: Wellington Mendonça
de Amorim
Telefone: 22955737 R. 274 - 88995772
amorimw@gmail.com

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2008.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de punição ou constrangimento.

Sujeito da pesquisa

**APÊNDICE 3- Carta de cessão de direitos sobre depoimento oral para o Laboratório de
Pesquisa em História da Enfermagem (Laphe).**

Pelo presente documento _____ (nome),
_____(nacionalidade), _____(estado
civil), _____(profissão), carteira de identidade nº
_____ emitida por _____ cede e transfere neste ato, gratuitamente,
em caráter universal e definitivo ao Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem, da
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro a
totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia
_____, na cidade do Rio de Janeiro, perante a pesquisadora Marina do
Nascimento Bessa.

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento.

3. Para melhor aplicação da pesquisa o depoente concorda em ter seu nome integralmente citado, sem precisar da aplicação de pseudônimos.

4. Fica, pois o LAPHE plenamente autorizado a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral em pesquisas de interesse para a História da Enfermagem.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em duas vias de igual teor e para um só efeito.

Rio de Janeiro, de de 2008.

APÊNDICE 4 - Listas Especiais- SIGLAS

Associação Brasileira de Enfermagem	ABEn
Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas	ABED
Diretório Acadêmico	D.A
Divisão da Assistência a Psicopatas	DAP
Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras	EPEE
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto	EEAP
Escola de Enfermagem Anna Nery	EEAN
Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo	EEUSP
Hospital Nacional dos Alienados	HNA
Instituto Superior de Estudos Brasileiros	ISEB
Juventude Universitária Católica	JUC
Ministério da Educação e Saúde Pública	MESP
Ministério da Educação e Saúde	MES
Ministério da Saúde	M.S
Ministério da Educação e Cultura	MEC
Serviço Nacional de Doenças Mentais	SNDM
União Metropolitana dos Estudantes	UME
União Nacional dos Estudantes	UNE
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO
Serviço Especial de Saúde Pública	SESP
Serviço de Assistência a Psicopatas	SAP

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)